

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS.**

ERILAINE RIBEIRO DA SILVA

**FÉ E REPRESSÃO POLÍTICA: ATUAÇÃO DE MILITANTES CRISTÃOS
CATÓLICOS SOB O OLHAR DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DOPS/ES.
(1974 – 1985)**

VITÓRIA

2013

ERILAINÉ RIBEIRO DA SILVA

**FÉ E REPRESSÃO POLÍTICA: ATUAÇÃO DE MILITANTES CRISTÃOS
CATÓLICOS SOB A VIGILÂNCIA DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E
SOCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DOPS/ES
(1974-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Silva, Erilaine Ribeiro da, 1980-
S586f Fé e repressão política : atuação de militantes cristãos
católicos sob o olhar da delegacia de ordem política e social do
estado do Espírito Santo–DOPS/ES (1974 – 1985) / Erilaine
Ribeiro da Silva. – 2013.
182 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espírito Santo (Estado). Delegacia de Ordem Política e
Social. 2. Católicos - Espírito Santo (Estado) – Atitudes. 3.
Polícia política. 4. Igreja Católica - Espírito Santo (Estado). 5.
Espírito Santo (Estado) – História. I. Fagundes, Pedro Ernesto.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ERILAINÉ RIBEIRO DA SILVA

**FÉ E REPRESSÃO POLÍTICA: ATUAÇÃO DE MILITANTES CRISTÃOS
CATÓLICOS SOB O OLHAR DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DOPS/ES. (1974 – 1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovada em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
PPGHIS/UFES – Orientador**

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.
PPGHIS/UFES – Membro Titular**

**Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
Universidade de Vila Velha – Membro Titular.**

**Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil.
PPGHIS/UFES . Membro Suplente.**

AGRADECIMENTO

Considerando esta dissertação como resultado de uma importante caminhada, penso que agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr riscos, agradeço de antemão, a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de minhas ideias e do que sou hoje.

Agradeço primeiramente ao meu orientador Pedro Ernesto Fagundes, pela oportunidade e privilégio que me concedeu acolhendo meu projeto. Agradeço pelos encaminhamentos e pela proposta de expandir minha pesquisa apresentando-me os arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES). Para além do seu brilhantismo profissional, agradeço, de forma especial, pela paciência, disponibilidade e, principalmente, pela humanidade e tolerância que demonstrou respeitando meus momentos de dificuldade. Agradeço-o, ainda, pelas colaborações a partir da disciplina *História dos Partidos Políticos*. Sei que diante de toda dedicação e parceria, minhas palavras jamais darão conta de expressar a gratidão que tenho por tudo que ele fez em meu favor.

Agradeço também à professora Vânia Maria Losada Moreira, pelas sugestões durante o seminário de pesquisa. Nesse sentido, meu agradecimento também se estende, aos professores Vitor Amorim de Angelo e Júlio Cesar Bentivoglio, pelos apontamentos, críticas e sugestões apresentadas durante a banca de qualificação. Reforço meus agradecimentos ao professor Vitor Amorim de Angelo e ao professor Sebastião Pimentel por terem aceitado compor a banca de defesa dessa dissertação.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), do Arquivo da Arquidiocese de Vitória e também ao Secretariado de Pastoral da Diocese de São Mateus, pela abertura dos arquivos de suas respectivas instituições e pelo interesse em colaborar com minha pesquisa. Nesse sentido, meu agradecimento também se estende à Dom Aldo Gerna, bispo emérito da diocese de São Mateus, aos Pe. Rubens Duque e Pe. Adwalter Carnielli e também ao Senhor Ozório Lopes Soares, pela partilha de suas experiências vividas em meio ao período retratado.

Agradeço de forma especial à senhora Ilda B. Lima e ao casal Francisca e Genair Sabará da Silva, pelas vezes em que fui acolhida em seus lares. Em meio às adversidades, agradeço a todos os colegas da turma de mestrado 2011 que de alguma forma me incentivaram a continuar este trabalho de pesquisa.

De forma muito especial, agradeço a todos de minha família pelo apoio e compreensão em todos os momentos. Com muito carinho dedico este trabalho à memória de meu pai, Dorval Ribeiro da Silva. A alegria que dividimos em 2011 quando eu soube que teria a oportunidade de continuar estudando, foi a força que me sustentou em meio à saudade, e às dificuldades do caminho.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas pela qualidade na formação e ao Fundo de Apoio a Ciência e tecnologia (FACITEC), pela concessão da bolsa de mestrado, fundamental para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre a atuação de militantes cristãos católicos no Espírito Santo e as memórias de repressão a partir dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - (DOPS/ES), referentes ao período entre 1974 a 1985. Nesse contexto, setores da Igreja capixaba, em sintonia com a Igreja do Brasil e da América Latina, despontaram para posicionamentos políticos capazes de gerar desconfiança e alarde nos órgãos de repressão responsáveis pela chamada “manutenção da ordem”. Os documentos da DOPS produzidos com o intuito de identificar os “inimigos” do regime, nos apresentam a face de uma polícia política que em nome do Estado reprimia todos os focos de oposição e, neste sentido, atestam o monitoramento sofrido por cristãos católicos no Estado. Assim sendo, esta pesquisa se propõe a identificar a atuação política desses militantes e segmentos pastorais em meio ao contexto de abertura política característica inicial do período e pretende promover uma reflexão sobre o papel social desses militantes bem como sua contribuição à redemocratização do país no estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Atuação Católica. DOPS/ES. Polícia Política. Espírito Santo.

ABSTRACT

This research propounds a study on the role of militant Catholic Christians in the State of Espírito Santo and the memories of repression from the files of the Bureau of Political and Social Order of Espírito Santo - (DOPS / ES) from the period of 1974 to 1985. In this context, sectors of the Church of Espírito Santo, with the Church of Brazil and Latin America, have emerged into political positions that generate distrust and fanfare on enforcement agencies responsible for the so-called "maintenance of order". The documents DOPS produced in order to identify the "enemies" of the regime, present to us the face of a political police that on behalf of State used to suppress all sources of opposition and, in this sense, attest monitoring suffered by Catholic Christians in the State. In other words, this research aims to identify the political activities of these militants and pastoral segments amid the backdrop of political openness characteristic initial period and intend to promote reflection on the role of these social activists as well as its contribution to the democratization of the country in the state of Espírito Santo.

KEYWORDS- Catholic proceeding, DOPS/ES, Political, Espírito Santo.

LISTA DE FOTOGRAFIAS, QUADROS E FIGURAS.

Fotografia 01: Missa Festiva. Dia 05 de dezembro de 1975	68
Fotografia 02: Clero em dia de ordenação	69
Fotografia 03: Ordenação de Antônio Rocha de Araújo	69
Fotografia 04: Ritual de ordenação	70
Fotografia 05: Visão geral de evento.....	71
Fotografia 06: Visão geral de evento.....	71
Fotografia 07: Padre Rubens Duque durante o Concílio de Jovens.....	98
Fotografia 08: Dom João Batista da Motta e Albuquerque	98
Fotografia 09: Dom Aldo Gerna durante o Concílio de Jovens	99
Fotografia 10: Irmão Michael da comunidade de Taizé.....	100
Fotografia 11: Padre Thiago durante o Concílio de Jovens.....	100
Fotografia 12: Marlene de Fátima Cararo Pires no Concílio de Jovens.....	102
Fotografia 13: Padre Bruno da comunidade de Taizé	105
Fotografia 14: Arquibancada do ginásio no dia do Concílio de Jovens.	105
Fotografia 15: Dom João Batista visitando preso vítima de espancamento	112

QUADROS

Quadro 1: Oficiais e agentes que integravam ou tinham ligação com a DOPS/ES.	49
---	----

FIGURAS

Figura 1: Protesto e Passeata.	152
-------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

ADES – Associação de Defesa Social

AI – Ato Institucional

ALN – Aliança Libertadora Nacional

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNM – Brasil Nunca Mais

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

COFAVI – Companhia de Ferro e Aço de Vitória

COPAV – Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória.

CST – Companhia Siderúrgica Tubarão

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEE – Diretório Estadual dos Estudantes

DEOPS – Delegacia Especializada de Ordem Política e Social.

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações
Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IFTAV – Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JUC – Juventude Universitária Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JAC – Juventude Agrária Católica

JAT – Juventude Amizade e Trabalho

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Movimento Estudantil

MEB – Movimento de Educação de Base

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

OBAN – Operação Bandeirantes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PP – Partido Popular

PR – Partido Republicano

PRP – Partido da Representação Popular.

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PO – Pastoral Operária

SIDAV – Serviço Interno de Documentação e Informação da Arquidiocese de Vitória

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SISSEGIN – Sistema Nacional de Segurança Interna

SNI – Serviço Nacional de Informações

SBDTFP – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade

TFP – Tradição Família e Propriedade

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNE – União Nacional dos Estudantes

UDN – União Democrática Nacional

UPES – União dos Professores Estaduais do Espírito Santo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CATOLICISMO EM EVOLUÇÃO E INTERVENÇÃO MILITAR	22
1.1 CRISTÃO CATÓLICOS E POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	22
1.2 CRISTIANISMO LIBERTADOR	28
1.3 PRENÚNCIOS DO GOLPE	36
1.4 FORMAÇÃO DO APARATO REPRESSIVO	44
2 DOCTRINAS INVERSAS – UMA IGREJA DE BASE POPULAR NA MIRA DA DOPS/ES	56
2.1 BISPOS DO ESTADO SOB A VISÃO DOS MILITARES	56
2.2 CEBs SOB O OLHAR DA DOPS/ES	72
2.3 VIGILÂNCIA TAMBÉM AO NORTE DO ESTADO	84
2.4 COMUNIDADE DE TAIZÉ E O CONCÍLIO DE JOVENS NO ES	94
2.5 CJP E REPRESSÃO	107
2.6 SOCIEDADE DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE NO ES	116
3 ARTICULAÇÃO ENTRE IGREJA E MOVIMENTOS SOCIAIS SOB VIGILÂNCIA DA DOPS/ES	122
3.1 MANIFESTAÇÕES DE APOIO AOS MILITANTES, RELIGIOSOS E ESTUDANTES	122
3.2 DIÁLOGO COM O MDB	131
3.3 MOVIMENTO PELO TRANSPORTE COLETIVO EM VILA VELHA	141
3.4 VIGILÂNCIA E VOLTAS COM O MOVIMENTO SINDICAL	147
3.5 CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA	161
3.6 MOBILIZAÇÃO POR DIRETAS JÁ	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
FONTES	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

Com a abertura dos acervos sigilosos referentes à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 – 1985), a historiografia sobre esse período passou a evidenciar novas oportunidades de estudo e de conhecimento. As novas fontes constituem-se como uma possibilidade de reencontro da sociedade com segmentos sociais que, mergulhados em um período de repressão, ajudaram a compor a história de nosso país.¹

Envolvido nesse contexto, o presente trabalho ocupa-se em pautar de que forma a fé e a atuação de cristãos católicos no Espírito Santo incitou a vigilância e preocupação por parte da polícia política do estado. Nesse sentido, os documentos presentes na DOPS/ES referente ao monitoramento de cristãos nos são valiosos por se constituírem uma linguagem mista, pois além da possibilidade de identificar quais ações e segmentos da Igreja eram considerados “subversivos”, também temos a oportunidade de nos aproximar do universo presente nos órgãos de repressão.²

A Igreja Católica do Espírito Santo se instituiu como força política no estado, haja vista seus desdobramentos pastorais e seu envolvimento em diversos segmentos sociais, como movimentos sindicais, estudantis e políticos. No período em análise, esse modelo pastoral não era uma exclusividade da Igreja do Espírito Santo, mas uma característica que se percebeu em setores ligados à Igreja do Brasil de forma geral. Até o ano de 1895, a Igreja do Espírito Santo era vinculada a arquidiocese de Niterói no Rio de Janeiro. A primeira diocese do estado foi criada em 15 de novembro de 1895, tendo como seu primeiro bispo Dom João Baptista Corrêa Nery. Somente em 1958 a diocese do Espírito Santo recebeu o título de arquidiocese, tendo como seu primeiro arcebispo D. João Batista da Motta e Albuquerque e

¹A iniciativa de abertura dos diversos documentos agora disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) sobre a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES) é uma proposta do “Projeto Memórias Reveladas” criado por iniciativa da Casa Civil e da Presidência da República em 2009. Os documentos utilizados nessa pesquisa ainda não se encontram disponíveis no portal do projeto, a consulta aos mesmos pode ser feita no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. A consulta para presente pesquisa foi realizada através de reprodução fotográfica dos mesmos. Projeto Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/mr_dops.html>. Acesso em: 24 de jan. de 2013.

² KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso às informações e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). **Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002. p. 570-571.

agregando as dioceses de São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim e, posteriormente, a diocese de Colatina.

Ao considerar a atuação de cristãos católicos durante o estabelecimento do governo ditatorial no Brasil, consideramos a tese defendida por Daniel Aarão Reis que aborda a participação de amplos seguimentos da população na conjuntura do golpe que instaurou a ditadura em 1964 e a define como sendo uma “Ditadura Civil-Militar”.

[...] No Brasil, estiveram com as Marchas a maioria dos partidos, lideranças empresariais, políticas e religiosas, e entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as direitas. A favor das reformas, uma parte ponderável de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, alguns partidos, as esquerdas. Difícil dizer quem tinha a maioria. Mas é impossível não ver as multidões – civis – que apoiaram a instauração da ditadura. [...] ³

Podemos considerar que após o golpe de 1964, a Ditadura Civil-Militar no Brasil se dividiu em três períodos de repressão. O primeiro abrangendo os anos de 1964 - 1968, onde o principal foco era desarticular setores políticos ligados a João Goulart e às reformas de base, os anos de 1969 a 1974, quando se configurou a legislação repressiva e, os anos de 1974 – 1985, quando teve início a distensão política.⁴ É justamente nesse último período que se concentra o foco de nossa pesquisa.

Muitas análises sobre a atuação da Igreja Católica reforçam a ideia de que, na década de 1970, parte da Igreja se constituiu como força que deu sustentabilidade aos movimentos sociais que lutavam por abertura política e redemocratização se configurando como importante força política. Nossa pesquisa, além de considerar que parte da Igreja do Espírito Santo se inseriu nesse contexto, apresenta a atuação de católicos sob o olhar da (DOPS/ES). Portanto, não se trata apenas de refletir

³REIS, Daniel Aarão. A Ditadura-Civil-Militar. **Grupo Tortura Nunca mais**, 02 de abr.2012. Disponível em < <http://www.torturanuncamais-sp.org/site/index.php/noticias/552-a-ditadura-civil-militar>> Acesso em: 02 set. 2013. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram, nesse contexto uma resposta política ao discurso de 13 de março na central do Brasil. Jango criticara a indústria do anticomunismo e a utilização de símbolos religiosos como instrumentos políticos de oposição a seu governo. As marchas se proliferaram depois de uma afirmação de Jango que destacou que os rosários não podiam ser levantados contra o povo, fazendo alusão ao episódio onde um grupo de mulheres com rosários nas mãos impediram o então deputado federal Leonel Brizola de discursar na capital mineira no início de março. A primeira “Marcha da família com Deus pela liberdade” aconteceu em São Paulo no dia 19 de março de 1964 em São Paulo e reuniu mais de quinhentas mil pessoas. Ver mais em: PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

⁴ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 66.

acerca da atuação dos cristãos, mas de também retratar mecanismos que levaram a Polícia Política a identificá-los como agentes subversivos e passíveis de vigilância sistemática. No contexto ditatorial, ser subversivo era sinônimo de ser “agitador”, “baderneiro”, “comunista”, era ser considerado um “perigo a segurança nacional”, em outras palavras, era se opor de alguma forma à ordem vigente.

O contexto que levou a efetivação do regime foi complexo e em parte, traduziu-se como um divisor de águas na relação entre Igreja e Estado no Brasil. Evidenciamos, contudo, que não havia unidade nas bases das duas instituições. Não era característica de todas as camadas de militares o extremo desejo de governar, assim como também não havia por parte de toda Igreja a necessidade de se opor aos regimes instituídos.

O recorte apresentado é compatível ao período em que um novo modelo de Igreja se organizava no Brasil e no Espírito Santo. Cristãos que se engajavam em pastorais sociais ficaram conhecidos como militantes.⁵ As CEBs que se estruturavam no Espírito Santo nesse período passaram a refletir sobre um tipo de cristão que pudesse se envolver nas questões sociais a ponto de realmente se tornar um “militante político”. O militante com envolvimento político aqui apresentado pode ser entendido como aquele que se engaja em segmentos sociais diversos e defende ativamente as reflexões sociais da comunidade cristã a que pertence.

Ao conceituar o político, o autor Rosanvallon o corresponde como sendo um campo e um trabalho. Como campo, designa o lugar em que se entrelaçam a vida dos homens e das mulheres; como trabalho, ele qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano deixa de ser uma população para se tornar uma verdadeira comunidade.⁶ O modelo de CEBs que se formatava no Espírito Santo se constituía como um espaço gerador de reflexões que não abordava somente as necessidades espirituais, como também questionava a realidade temporal dos fiéis.

Dessa forma, compreendemos que esse militante não se tornou político por determinação, mas justamente por causa das raízes teológicas e reflexões sociais

⁵ Na sua origem o termo militante deriva do latim *militare*, expressão que começou a ser empregada na linguagem teológica a partir da idade média e que no Brasil teve ênfase a partir da criação da Ação católica, em 1920.

⁶ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História conceptual de lo político**. México et AL: Fondo de Cultura Económica, 2002. p.15 e 16.

que foi capaz de absorver. Esta pesquisa, portanto, pretende analisar através dos arquivos da DOPS/ES de que forma esse militante foi sendo construído nos campos eclesiais e demais seguimentos da sociedade, bem como pretende abordar a visão dos órgãos de segurança quanto às ações pastorais propostas pela Igreja.

Abordamos como base a noção de que o campo político não pode ser visto como um espaço isolado, mas que se faz em comunicação com os demais segmentos, inclusive o religioso. Nesse sentido, corroboramos com o conceito de política adotado por René Remond que a concebe como sendo uma prática social que envolve a participação de diferentes coletividades na sociedade articulada com as situações diversas em que vive.⁷

Sendo assim, para analisar a atuação de setores da Igreja católica no Brasil e no estado, adotamos o conceito de cultura política. O contexto político e econômico que desencadeou no processo de abertura em 1974 marcou o início de uma internalização da ideia de que o regime, embora ainda rosnando de forma feroz, deveria ser derrubado. O embate acabou incitando toda a sociedade a uma cultura política de enfrentamento e de contestação. Serge Bestein ressalta que a cultura política inclui a prática, as pessoas, as ideias, as discussões e, que a verdadeira aposta em estudar o tema está em compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político.⁸

Foi nesse sentido que procuramos situar e analisar no período estudado a formação de uma prática “libertadora” por parte dos segmentos sociais da Igreja Católica Capixaba. Mas, se por um lado evidenciamos uma cultura política de resistência, também nos deparamos com o imaginário político presente nos órgãos de repressão. Mais que analisar as DOPS enquanto corporações policiais, partimos do pressuposto de que os aparatos de repressão no Brasil assumiram como característica uma ideologia política de enfrentamento que, em nome do Estado, monitorava e reprimia os opositores do regime.

A proposta de analisar a atuação dos cristãos católicos sob o olhar da DOPS/ES se vale das observações que a historiografia nos tem incitado ao longo de diversas

⁷ REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p.444-446.

⁸ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988. p. 359

reflexões. Ter um arquivo documental como uma das bases da pesquisa exige uma análise do contexto em que eles foram escritos, que se considere toda a complexidade envolvida na montagem dos mesmos, bem como os vários significados que eles tiveram ou que ainda têm na sociedade.

[...] O documento não é inócuo. Antes de mais, é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante às quais continuou a ser manipulado, também pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando o seu significado aparente [...].⁹

Os documentos que atestam a vigilância sofrida pelos militantes cristãos propostos para a análise de nossa pesquisa são realmente o que se *quis* construir acerca do que estava sendo investigado. Nesse sentido, é válida a observação de Étienne François que ressalta que nada é mesmo mais enganador do que a aparência da evidência.¹⁰

[...] Nada poderia ser pior que considerar ao pé da letra o que dizem os arquivos, pois com o pré-texto da denúncia purificadora, cair-se-ia na armadilha que se pretende denunciar, acreditando na imagem que o regime defunto quis dar de si mesmo – ao passo que, precisamente, as condições de seu desmoroamento demonstram a sua vaidade [...].¹¹

O que chama a atenção em trabalhar com os arquivos da DOPS/ES é justamente o fato de produzirmos uma pesquisa com uma fonte documental criada pelo próprio regime com o objetivo identificar oposições, caracterizá-las como “subversivas” e repreendê-las. Sendo assim, trabalhar com os arquivos da DOPS/ES é também expor o debate sobre uma das mais importantes instituições do mundo moderno, que, caracterizando-se como braço repressor do Estado, tinha como função o controle social dos indivíduos.¹²

⁹ Le GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Rui Oliveira. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000. p. 114.

¹⁰ FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos** – campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1998. p. 158.

¹¹ Ibidem, p. 158.

¹² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira**: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. PROIN (Projeto Integrado) Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013. p. 01.

Um cuidado que deve ser observado quanto à análise dos documentos da DOPS, refere-se ao risco de expor a vida pessoal dos que foram indiciados. Nesse sentido, a abordagem dos mesmos deve fazer frente às garantias individuais de cada indivíduo. Atualmente, por conta das novas leis criadas após a abertura política no Brasil, percebe-se a mudança que ocorreu com relação aos arquivos. Documentos que antes teriam sido criados para condenar e reprimir, hoje são provas de perseguição política e ajudam cidadãos a tomar posse de seus direitos.¹³

Instituídas, principalmente, a partir da década de 1930, já em um contexto de luta contra o comunismo, as DOPS, a partir da Lei de Segurança Nacional, se trajaram do pensamento de que “a sociedade sendo um organismo indefeso, frágil e despreparado” não teria condições de enfrentar o perigo comunista.¹⁴ Essa afirmativa, nos ajuda a compreender a necessidade que se tinha em identificar, e caracterizar como subversista e comunista toda ação que questionasse a ordem vigente.

Assunção ao analisar a DOPS/MG concebe que foi a partir da ameaça caracterizada pelo outro e de forma mais específica pelas ações ligadas ao anticomunismo, que a polícia política foi construindo sua identidade enquanto órgão responsável por manter a ordem em nome dos interesses do Estado.¹⁵ Nesse mesmo sentido, ao considerar o policial enquanto agente do Estado, JÚNIOR ainda ressalta:

[...] O policial é treinado para reproduzir a ordem ritualmente, como efeito dramático. Assim, o espírito de Estado contribui para formação de um habitus de polícia. Quando atua de forma ostensiva em locais públicos, o

¹³ Com as leis criadas após a abertura política no Brasil a responsabilidade em provar a violência sofrida durante o regime militar, bem como o pedido de indenização ficou por conta dos próprios expostos ou de seus familiares no caso de desaparecidos políticos. Neste sentido, os arquivos constituem-se armas contra o regime que os instituiu.

¹⁴ HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão**: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977). 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: http://dSPACE.c3sl.ufpr.br/dSPACE/bitstream/handle/1884/26283/Dissertacao_DAYANE_HESSMANN.PDF?sequence=1. Acesso em: 02 fev.2013. p. 2.

¹⁵ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História e culturas Políticas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dSPACE/bitstream/handle/1843/VGRO-6YCH3R/disserta_o_de_ros_ngela_pereira_de_abreu_assun_o.pdf?sequence=> Acesso em 07 fev. de 2013. p. 28.

policial é a face mais visível do estado, poderoso concentrador de capital simbólico. [...]¹⁶

Ao analisarmos os documentos da DOPS/ES, podemos constatar que usar o “rótulo” de subversivo para caracterizar os membros da ala progressista não era uma exclusividade dos militares. Embora caracterizada como uma “Igreja libertadora”, a homogeneidade de atuação política por parte dos cristãos também não era uma regra dentro do contexto. Através dos arquivos, teremos a oportunidade de observar que a relação conflituosa ocorreu também dentro da própria Igreja e, não apenas entre esta e a Polícia Política. O fato é que o contexto social em que se depararam essas duas instituições fomentou uma imprevisibilidade de acontecimentos subsequentes para ambos os lados.

O recorte proposto pela pesquisa refere-se justamente ao período em que as novas leituras da ação e militância dos leigos, bem como a nova postura de muitos representantes da hierarquia, extrapolaram as paredes da Igreja e se constituíram em mobilização nacional impulsionando assim, as reflexões que foram a base das lutas e manifestações em favor da defesa dos direitos humanos, anistia e abertura política.

Sendo assim, considerando que os militantes católicos se engajavam em diversas pastorais e segmentos sociais, julgamos relevante ter como fonte não somente os dossiês presentes na série sobre Movimentos Religiosos da DOPS/ES, como também, documentos que se encontram nas séries Movimento Sindical e Movimento Político, além de alguns documentos presentes na Série Organização e Funcionamento todos presentes no Arquivo Público do Estado.

Compreendendo que a história da DOPS e da Igreja tem início antes do período de repressão, julgamos relevante contribuir inicialmente com uma pequena abordagem sobre as duas instituições e sobre o posicionamento das mesmas frente ao contexto político da época. Nesse sentido, o primeiro capítulo deste trabalho, aborda apontamentos sobre a evolução social e política do catolicismo, bem como a

¹⁶ JÚNIOR, Almir de Oliveira. **Cultura de polícia:** Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte. 2007. 212 f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Ciências Humanas Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7FFJV7/tese_cultura_policia_almir_oliveira_jr_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 de fev. 2013. p. 51.

formação do contexto que deu origem ao golpe e a institucionalização dos aparatos repressivos. Evidenciaremos, nesta parte do trabalho, a formação das ideologias que deram sustentabilidade a atuação de militares e cristãos durante o período que compreende o recorte analisado.

No segundo capítulo, daremos início a uma abordagem sobre os segmentos pastorais da Igreja Católica do Espírito Santo sob a vigilância da DOPS/ES. Teremos como principal fonte para o desenvolvimento do mesmo, uma série de relatórios, panfletos e anexos que, arquivados, apresentam um panorama das dioceses e movimentos religiosos no estado. Neste capítulo, a abordagem ao período inicial de abertura política terá como princípio apresentar a Igreja do estado, evidenciando a vigilância sofrida por militantes católicos e segmentos pastorais que atuaram na década de 1970.

Para o desenvolvimento deste capítulo foram analisados oito dossiês, todos arquivados no APEES/DOPS. Da Série Movimentos religiosos foram usados documentos do dossiê 4, sobre a arquidiocese de Vitória; documentos do dossiê 2, sobre os Irmãos de Taizé e o Concílio de Jovens; documentos do dossiê 5, sobre o Movimento do Clero; do dossiê 06, sobre a atuação de Clérigos nos Movimentos Rurais; do dossiê 13, referente ao 3º Encontro Nacional Ecumênico de Direitos Humanos e documentos do dossiê 01 sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (SBDTFP). Da Série Movimentos Políticos usamos documentos do dossiê da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e usamos também o dossiê sobre Boletins Internos de número 01 da série “Organização e funcionamento” com 180 páginas. Os documentos apresentados nos permitirão visualizar as diversas ações pastorais presentes na Igreja do estado.

E enfim, no terceiro capítulo, teremos como propósito apresentar o engajamento de militantes cristãos no processo de luta por anistia e redemocratização política, bem como o envolvimento direto entre setores da Igreja e segmentos sociais no Espírito Santo. Neste capítulo, teremos a oportunidade de observar os mecanismos e estratégias de mobilização da Igreja do estado que permitiram que ela se configurasse como uma das mais importantes forças de oposição à Ditadura Civil-Militar no período estudado.

Para o desenvolvimento deste capítulo teremos como ponto de análise documentos presentes em seis dossiês. Da Série Movimentos Religiosos foram usados os dossiês 04 e 05 já mencionados e o dossiê de número 07 sobre Atividades nas Paróquias e Igrejas Católicas. Da Série Movimentos Políticos usamos o dossiê 03 sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o dossiê 16 sobre o Partido dos Trabalhadores (PT). Da Série Movimento Sindical usamos o dossiê referente à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os documentos apresentados nos permitirão conceber uma análise da militância dos cristãos católicos nos diversos segmentos sindicais, estudantis e partidários que compunham o cenário de lutas capixabas.

1 CATOLICISMO EM EVOLUÇÃO E INTERVENÇÃO MILITAR

Considerando o relevante histórico de proximidade entre Igreja e esferas de poder no Brasil, fica difícil a possibilidade de visualizarmos em meio a esta secular instituição, setores que, na década de 1970, apareceram como porta-vozes de contestação ao regime instituído. No mesmo sentido, compreender a atuação da polícia política neste novo contexto de oposição é um trabalho que requer uma análise inicial dos acontecimentos e ideias que suscitaram o conflito. Sendo assim, antes de citarmos a presença e importância da Igreja do Espírito Santo em meio a este cenário de oposição, consideramos pertinente apresentar a evolução do catolicismo e das novas formas de cristianismo social que moldaram algumas das práticas dos cristãos católicos. Por conseguinte, apresentar o contexto político que deu origem ao regime, bem como seu desdobramento, formação ideológica e integração dos aparatos repressivos, nos ajuda a compreender e identificar a face da polícia política que agia em nome do Estado.

1.1 CRISTÃOS CATÓLICOS E POLÍTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A relação entre Igreja e Estado apresenta uma trajetória de parceria e cumplicidade que caracterizou grande parte da História do Brasil. O golpe civil militar de 1964, embora não tenha significado uma ruptura pode ser considerado como um marco político que desencadeou uma série de conflitos entre duas instituições. A repressão e a tortura tomadas como estratégia por parte dos militares fizeram com que parte da Igreja se configurasse como um dos principais redutos de oposição ao regime militar no país.

Diante dessa afirmativa, podemos concluir que diferentes formas de atuação caracterizam a relação entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil. Um atrito significativo entre a Igreja e o Estado aconteceu em 1874 e ficou conhecido como a “Questão Religiosa”. Os bispos Dom Vital Maria Gonçalves e Dom Macedo Costa foram julgados e condenados por serem porta-vozes das ideias de Pio XI,¹⁷ que advogava maior poder temporal para a Igreja em detrimento do Estado.¹⁸ Embora

¹⁷ O papa Pio XI defendia a doutrina do ultramontanismo, que designa uma política católica que busca em Roma de forma específica nas encíclicas papais a sua principal referência. Oriundo da França, esse movimento reforça e defende o direcionamento do papa no diz respeito à disciplina e fé.

¹⁸ CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade. 2011.p. 17.

houvesse conflitos, a cisão entre Igreja e Estado só aconteceu formalmente em 1891, após a Proclamação da República. Desde então, o Estado brasileiro passou a ser denominado como laico.¹⁹ No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica se opunha ao projeto liberal que dentre outras questões, consistia na redução do poder econômico e político da instituição.

Identificar a definição da Igreja quanto à sua missão social é um elemento que ajuda a compreender de forma direta sua ação na vida política.²⁰ Assim, a doutrina social da Igreja ajudou a formatar em meio aos contextos sociais o posicionamento da instituição. Como importante marco no catolicismo romano, a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII em 1891 tornou-se uma carta magna da atividade cristã no meio social e se propôs a analisar as condições dos operários. Posteriormente, a cada nova encíclica eram retomadas as questões propostas por Leão XIII.²¹ Na carta, a Igreja se pronuncia contra o comunismo, e dessa forma se insere na discussão social e apresenta a conciliação de classes como alternativa para solucionar a questão operária.²²

É com toda confiança que nós abordamos esse assunto, e em toda a plenitude do nosso direito; por que a questão de que se trata, é de tal natureza, que a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução [...] Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços: isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos operários de cuja sorte se trata [...] O primeiro princípio a pôr em prática, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível social. É sem dúvida isso que querem os socialistas, mas contra a natureza todos os esforços são em vão. Foi ela realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas [...]. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar um remédio que possa aliviar nossos males. O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas uma da outra [...]. É dever principalíssimo dos governos assegurar a propriedade particular [...] Nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda, nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não sei que igualdade [...] O trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha, dão poucas vezes, aos operários

¹⁹ Ibidem, p. 20. Para a Igreja que tinha todas as suas questões subordinadas ao governo, a separação exigiu uma reorganização nas bases de sua estrutura. Longe da tutela do governo, houve a necessidade da Igreja se voltar novamente para Roma, com o objetivo de se aparelhar e dar continuidade a expansão do catolicismo. (20).

²⁰ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 44.

²¹ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 60.

²² LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum sobre a condição dos operários**. Edições Paulinas. 1991. p. 19-21.

ocasião de greves. É preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e frequente [...].²³

Como se observa, o tom conservador da encíclica reflete o posicionamento da Igreja frente à questão social e se opõe a grandes mudanças. No entanto, sem desconsiderar tais observações, Jessie Jane Vieira de Souza aponta que ela (a Igreja) conseguiu romper com a “nostalgia medievalista” católica de cunho rural e pré-capitalista, que emergia como uma reação à burguesia.²⁴

Em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*, o papa Pio XI publicou em 1931, a encíclica “*Quadragesimo Anno*”. Elaborada após a crise do capitalismo de 1929, a encíclica faz uma releitura do passado à luz de uma situação econômica e social em que a industrialização e a expansão dos grupos financeiros cresciam em âmbito nacional e internacional.²⁵

[...] Visto como o modelo econômico moderno se baseia principalmente no capital e no trabalho, é preciso que as normas da reta razão ou da filosofia social cristã, relativas a estes dois elementos e a sua colaboração, sejam conhecidas e postas em prática. Para evitar o escolho, quer do individualismo, quer do socialismo, ter-se-á em conta o duplo caráter individual e social, tanto do capital ou propriedade, como do trabalho. As relações mútuas de um com o outro, devem ser reguladas segundo as leis de rigorosa justiça comutativa, apoiada na caridade cristã. A livre concorrência contida dentro de justos e razoáveis limites e mais ainda o poderio econômico devem estar efetivamente sujeitos à autoridade pública [...].²⁶

Na encíclica, a Igreja propõe como estratégia para enfrentar o socialismo e o individualismo desenfreado uma reflexão do social, apoiada na ideia de que entre a ordem natural e o evangelismo sempre haverá uma concordância que nunca desembocará em conflitos. Aponta também que não se deve delegar à autoridade civil a restauração social, e que caberia a Igreja direcionar esse processo.²⁷ Essa afirmativa refletiu, por exemplo, a posição do arcebispo de Olinda e Recife Dom Sebastião Leme, quando este passou a defender a ideia de que a autoridade civil do país, representada pelo governo de Getúlio Vargas, não seria capaz de, sozinha, dar

²³ Ibidem, 20.

²⁴ SOUZA, Jessie Jane de. **Círculos Operários**: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 84.

²⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. 2005, op. cit., p. 61.

²⁶ PIO XI, Papa. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*. In: Documentos da Igreja: **Documentos de Pio XI**. Achilli Ratti; tradução Darci Marin. São Paulo: Paulus, 2004. p. 315.

²⁷ SOUZA, op. cit., p. 90.

conta das questões que assombravam a nação. Dom Sebastião ²⁸ tinha como carro chefe de suas interpretações a ideia de que as implicações sociais do país aumentavam por causa da falta de instrução e via na Educação Religiosa um dos principais meios para vencer tal crise.

O anticomunismo era característica comum entre Igreja e Estado durante a década de 1930. Cabe destacar que o movimento liderado por Vargas incumbiu o então bispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme de convencer o presidente Washington Luís a não reagir na retirada do poder. Após esse episódio, Vargas privilegiou o diálogo com Dom Sebastião Leme.²⁹ A reestruturação da Igreja brasileira durante as primeiras décadas da república a tornaram politicamente atraente. A Igreja Católica do Brasil na década de 1930 apresenta historicamente uma hierarquia ligada às oligarquias conservadoras. Mesmo as capelanias militares proibidas na primeira república, foram restituídas na década de 1930 fazendo com que os militares cultivassem novamente o respeito pela Igreja.³⁰

Como sugere a autora Souza, partindo do princípio de que a ação estatal não se caracteriza por uma racionalidade que lhe confere uniformidade, é possível sim afirmar que o Estado brasileiro tenha elaborado distintas estratégias para serem usadas com diferentes parceiros.³¹ Afinal, não seria prudente negar a influência de uma instituição que possui extrema capacidade de adaptar seu discurso teológico-político aos apelos temporais que lhe são incutidos.

Na década de 1930, o papa Pio XI também publicou no dia 29 de junho de 1931 a encíclica “*Non Abbiamo Bisomo*” onde protestava contra o totalitarismo da Itália. Já em 1937 publicou a “*Mit Brennender Sorge*” encíclica que surgiu após anos de abusos sofridos por parte da Igreja Católica durante o regime nazista (1933-1945). Com a encíclica “*Divini Redemptoris*”, o papa deu prosseguimento às discussões da

²⁸ Amigo pessoal do presidente Getúlio Vargas, Dom Sebastião Leme procurou influenciar nas decisões de causas públicas. Ele obteve a ajuda financeira estatal para amparar as escolas públicas, conseguiu vetar o divórcio e reintegrar a educação religiosa durante o período escolar e outras medidas. MAINWARING, 2004, p. 44.

²⁹ CANCIAN, Renato. 2011, p. 23.

³⁰ SERBIN, Kenneth P. **Díálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura/** Kenneth P. Serbin; tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 83.

³¹ SOUZA, 2002, op. cit., 21.

Igreja sobre a questão operária e, mais uma vez, criticou de forma sistemática o comunismo, definido como intrinsecamente perverso.³²

Dom Sebastião Leme, com o intuito de mobilizar a ação do leigo, trabalhou na construção de estâncias como a Confederação das Associações Católicas; a Coligação Católica Brasileira e a Ação Católica.³³ Outro movimento característico desse período foi o circulismo, que visava cristianizar os operários, incentivando a participação dos mesmos nos sindicatos como defensores de sua fé e combatentes do comunismo.³⁴

O papa Pio XII não publicou nenhuma encíclica. Suas radiomensagens aprofundavam as reflexões propostas pela Igreja. Ele defendeu o corporativismo que deveria ser marca nas ações católicas, mas seus pronunciamentos tinham por caráter fundamental a conexão dada entre a moral e o direito, vindo na noção de direito natural, o pilar de um ordenamento social.³⁵ Ponderando acerca do pensamento tomista, de que toda lei por ser promulgada por uma autoridade civil corria o risco de ser injusta, pensava-se que a lei natural ou o exigido pela natureza seria o fundamento mais adequado. Mas a grande questão era determinar de forma concreta essa lei natural. Nesse contexto, a propriedade privada passava a ser lei natural na sociedade.

Na obra referente à Ética Comunitária, Dussel reflete sobre os tempos de paz aparente vividos pela Igreja³⁶, quando, segundo ele, a Igreja viveu um tempo de

³²PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. 2005. op. cit., p. 62.

³³CANCIAN, Renato, 2011. p. 25. A instituição da Ação Católica Brasileira ocorreu em 1920 e se apresentava como uma grande escola de apostolado e militância cristã com formação de quadros. A Ação Católica foi criada anteriormente na Itália nos anos 20, sob o pontificado do papa Pio XI, como um instrumento para fortalecer a influência da Igreja sobre a sociedade devido à unificação que aconteceu no país em 1870. A ação católica aparece no Brasil como um esforço em produzir valores cristãos, mas se projeta como um olhar da hierarquia para o campo político e social. Seguindo o processo de romanização do catolicismo brasileiro, esse movimento chegou ao Brasil em 1929. O próprio Dom Sebastião Leme acreditava que o fortalecimento das relações entre a Igreja e estado eram suficientes para sustentar o catolicismo e tentou frear as atividades sociais que estavam surgindo oriundas de organizações católicas. (26).

³⁴MAINWARING, 2004. op. cit., p. 150. O código social era o texto guia da Ação Católica e do movimento circulista no Brasil. Afirmava que a vida humana se desenvolve na sociedade familiar, onde o homem deve receber orientação, e na sociedade civil e política, onde o homem ao nascer é introduzido por meio da família.

³⁵PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2005. op. cit., p. 63.

³⁶DUSSEL, Enrique. Hipóteses Fundamentais para a História da Igreja na América Latina. In: CEHILA. **Para uma História da Igreja na América Latina**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 110.

profecia guardada pelo silêncio, não sendo capaz de levantar-se contra o que ajudou a instituir.

[...] É então que a Igreja se considera também sociedade perfeita. Conserva desse modo sua autonomia diante do Estado, e o aceita fundamentalmente (do mesmo modo que o regime econômico ou ideológico), embora o reforme parcialmente. O capital não contradiz nem a natureza humana nem a moral; mas é bom que o lucro devido não seja excessivo. A Terra tem uma renda que lhe é devida também por natureza, mas não deve ser injusta. A maneira adequada de pagar o trabalho é o salário; mas é necessário que ele seja justo. A “ordem vigente” foi identificada com a natureza humana. O pecado estrutural desapareceu e a dominação e a morte (que produz o pecador) ficou esquecida [...].³⁷

A reflexão desse autor caracteriza a ausência de propostas sociais mais significativas na estrutura das encíclicas papais até então apresentadas. Para a Igreja, o Estado realmente não era algo que se deveria destruir ou contestar, era simplesmente a ordem natural das coisas.³⁸ A Instituição da Ação Católica em 1920 tinha como objetivo reforçar a adesão ao cristianismo católico no processo de romanização proposto pela Igreja, no entanto, ela acabou se transformando no berço de esquerdização de grande dos setores católicos progressistas no Brasil.³⁹ A partir da instituição da Ação Católica, de forma gradativa, no Brasil, outras formas de atuação, mesmo que ainda em parceria com o governo, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e as escolas radiofônicas, foram se desenvolvendo e agitando os grupos de leigos.

A partir da década de 1950 foram sendo criadas associações civis católicas como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Escolar Católica (JEC), foram ganhando espaço. Oriundos da Ação Católica, eles, a princípio, também detinham caráter hierarquizante, mas foram orquestrando aos poucos os novos rumos de um catolicismo que se mantinha em constante movimento. Sem negar a importância da percepção de “corpo místico” atribuídos à Igreja por Roberto Romano⁴⁰, compreendemos que a busca por legitimidade e permanência fez da Igreja a Instituição que mais soube se adaptar às mudanças políticas, que, de forma

³⁷ Ibidem, p. 109-110.

³⁸ Ibidem, p. 110.

³⁹ MANOEL, Ivan A. Ação Católica Brasileira: marco na periodização da História da Igreja Católica no Brasil. In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org.). **Religiosidades, misticismo e História no Brasil Central**. Brasília: CEHILA, 2001, p. 328-329.

⁴⁰ ROBERTO ROMANO apud SOUZA, 2002. op. cit., p. 24-25.

incontestável, ajudou a legitimizar ou a derrubar. Tudo indica que justamente essa movimentação que há no discurso teológico político da Igreja, o que os militares erradamente mais tenham subestimado após o golpe de 1964.

1.2 CRISTIANISMO LIBERTADOR

A intervenção militar de 1964 traduziu-se em um golpe à democracia. A segunda metade da década de 1970 emerge sob o fim dos focos de luta armada e sequenciando um processo de abertura política lenta e gradual. Nesse contexto, setores da Igreja católica e novas articulações de força dentro da sociedade civil aparecem associados à oposição ao regime estabelecido. Lowy concluiu que, neste cenário, a Igreja se apresentava como a principal adversária do Estado autoritário e se configurava como um inimigo muito mais poderoso e radical que a oposição parlamentar apresentada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).⁴¹

Importante ressaltar que, apesar do impacto político trazido pelo papa João XXIII já em fins da década de 1950 e da orientação favorável às reformas sociais de vários bispos brasileiros, no contexto que se deu o golpe militar no Brasil em 1964, grande parte da hierarquia da Igreja acabou assumindo com satisfação o campo das forças autoritárias por considerar necessária uma intervenção diante do perigo comunista.⁴² Nesse mesmo contexto, a América Latina refletia os rumores que ecoavam no continente por conta da Guerra Fria. Ainda segundo Lowy, nessa mesma conjuntura, aqui no Brasil, no início dos anos 1960, surgia uma esquerda cristã que já se colocava no campo de resistência ao regime militar.

[...] Essa esquerda católica de 1960 será a primeira manifestação, no Brasil e mais tarde na América Latina, do que se poderia chamar cristianismo da libertação, que é bem anterior e bem mais amplo em suas manifestações à teologia do mesmo nome. Trata-se de um conjunto de reflexões e práticas que questionam a injustiça social e se traduzem em compromissos cristãos [...].⁴³

O autor ressalta que para compreender a formação dessa nova cultura política que se formava no seio da Igreja na década de 1960, faz-se necessário levar em consideração as mudanças que desencadearam a base para posicionamentos

⁴¹ LOWY, Michael. As Esquerdas na Ditadura militar: o cristianismo de libertação . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964...). **As esquerdas no Brasil**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 313.

⁴² Ibidem, p. 305

⁴³ Ibidem, p. 306

contrários ao regime que acabaram por abocanhar setores eclesiais. Ele destaca que nos anos 1960 vão se cruzar dois aspectos históricos independentes e que acabaram por ter feitos convergentes: a convocação para o concílio Vaticano II feita pelo papa João XXIII e o triunfo da revolução cubana em 1959.⁴⁴ O concílio Vaticano II (1962 – 1965) incorporou e legitimou tendências de inovação social que já existiam na Igreja,⁴⁵ enquanto a revolução cubana representava uma proposta anti-imperialista e, posteriormente, socialista deflagrando um ciclo de lutas sociais, insurreições e guerrilhas que se estenderiam no continente sul americano até os anos noventa.

A expressão político religiosa da Ação Católica, de forma particular a JUC e a JOC, extrapolou as dimensões do movimento religioso, principalmente, após o golpe civil militar de 1964. A JUC apresentava em suas reflexões um marxismo que se diferenciava da esquerda partidária pela presença de elementos teológicos, e pela face radical de seu anticapitalismo. Posteriormente, em 1966, a JUC se desvinculou da hierarquia católica e seus membros foram para a Ação Popular criada em 1962. Com forte conotação religiosa, o capitalismo era visto pela JUC, como um sistema perverso que dava base para todos os tipos de exploração humana.⁴⁶

Em fins da década de 1950, dentro da Ação Católica, o embrião de radicalização lançado pela JUC daria início ao processo de formação da esquerda cristã no Brasil. Os militantes da JUC incentivavam os jocistas a terem uma visão de fé mais progressista.⁴⁷ Em 1962, ex-jocistas criaram a Ação Católica Operária (ACO), com o intuito de dar continuidade aos trabalhos da JOC entre os operários. No entanto, apesar da virada política, a JOC ainda continuava a se posicionar a favor das reformas de base. Somente na segunda metade da década de 1960, mais precisamente em 1968, a JOC se posicionou contra o capitalismo, influenciada pelas

⁴⁴ Ibidem, p. 308

⁴⁵ MAINWARING, 2004, p. 63.

⁴⁶ LOWY, 2007, p. 308. As mudanças na Ação Católica começaram a surgir por conta da influência de pensadores europeus como Lubac, Chenu, Congar e dado ao movimento humanista liderado pelo padre Lebret e também da nomeação do Pe. Hélder Câmara que futuramente se tornaria bispo. A partir dessas influências, a ação política aparece como importante prática para o compromisso cristão. Ver mais in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e humanos (1960 – 1970). FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**, vol. 4, O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 101.

⁴⁷ MAINWARING, op. cit., p.144.

interpretações do marxismo que permeavam as esquerdas na América Latina.⁴⁸ A JOC continuou sua militância religiosa, no entanto, o jocista que até 1958 era visto somente como um militante religioso ligado mais a vida sacramental, passou a ser um cristão cada vez mais politizado e tornou-se um dos principais alvos de perseguição durante o regime militar.⁴⁹

Igualmente importante no desenvolvimento da esquerda católica, o Movimento de Educação de Base (MEB) nasceu em 1961, motivado por um acordo entre o bispo de Aracaju Dom José Távora e o presidente Jânio Quadros. Segundo Mainwaring (2004), uma das abordagens do MEB sobre a educação popular era a de que o povo deveria ser o agente de sua própria história, deveria tomar as decisões importantes relacionadas a sua própria vida, independente de uma força externa.⁵⁰ O MEB também sofreu represálias durante o período militar. O episcopado se incumbiu de reduzir a autonomia do movimento, exigindo do mesmo uma orientação mais religiosa. Esse posicionamento acabou permitindo que o movimento sobrevivesse à repressão, apesar de ter suas abordagens remodeladas.⁵¹

A atitude de repreender movimentos como o da JUC, que se desvinculou da institucionalização católica e de incentivar novos moldes para o MEB, demonstra a dificuldade da hierarquia da Igreja no início da década de 1960 em admitir e tolerar em seu seio ideias que ligassem a atuação católica aos elementos sociais vinculados ao comunismo.

Inovações no cenário social da Igreja do Brasil iriam se processar com a chegada do papa João XXIII.⁵² A Encíclica “*Mater et Magistra*” de quinze de maio de 1961 publicada por João XXIII, teve por objetivo atualizar os documentos já conhecidos e, nas palavras “comunidade e socialização”, apresentava uma chave para convocar a Igreja a uma comunhão que seria a mola para fazer do crescimento econômico,

⁴⁸ Ibidem, p. 149. O MEB foi responsável em parte pela introdução na fé católica do pensamento de que o objetivo principal da fé era a realização completa de todos os seres humanos. Como expoente desse movimento, vemos a figura de Paulo Freire que acreditava que a realização completa do ser humano não se daria em uma sociedade como a formatada no contexto ditatorial. Embora se considerasse católico, nunca trabalhou extensivamente com a Igreja no Brasil, até retornar do exílio no final da década de 1970. (90 e 91).

⁴⁹ Ibidem, p.139

⁵⁰ Ibidem, p. 88

⁵¹ Ibidem, p. 89.

⁵² DELGADO, 2003, p. 110. Joao XXIII foi papa entre os anos 1958 e 1963. Também foi o autor da encíclica *Pacem in Terris*.

algo que não se limitasse a satisfazer as necessidades dos homens, mas que também promovesse sua dignidade.⁵³

Nesse mesmo ano, em dezembro de 1961, o papa João XXIII assinou a constituição Apostólica *Humanae Saluts*, convocando a Igreja para o concílio que teria início no ano seguinte. O concílio Vaticano II, que aconteceu entre os anos de 1962 a 1965, teve como fruto uma série de constituições, declarações e decretos que demonstravam o novo tom das discussões que permeavam as visões de mundo e ações da Igreja. Em seu terceiro documento intitulado a Constituição Pastoral *Gaudiun et Spes* (1965), o Concílio Vaticano II ressalta que o gênero humano não só pode como deve fortalecer o seu domínio sobre as coisas criadas e salienta que a ele compete estabelecer uma organização política, social e econômica que com o tempo sirva melhor ao homem e ajude cada um e cada grupo a afirmar e cultivar sua própria identidade.⁵⁴

Todos os cristãos tenham consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política; por ela são obrigados a dar exemplo de sentida responsabilidade e dedicação pelo bem comum, de maneira a mostrarem também com factos como se harmonizam a autoridade e a liberdade, a iniciativa pessoal e a solidariedade do inteiro corpo social, a oportuna unidade com a proveitosa diversidade. Reconheçam as legítimas opiniões, divergentes entre si, acerca da organização da ordem temporal, e respeitem os cidadãos e grupos que as defendem honestamente. Os partidos políticos devem promover o que julgam ser exigido pelo bem comum, sem que jamais seja lícito antepor o próprio interesse ao bem comum.⁵⁵

Outro documento, fruto das reflexões do concílio Vaticano II, foi a declaração *Dignatatis Humanae* onde se conclamava o direito à liberdade religiosa tendo como princípio o direito da pessoa humana.⁵⁶ Como vemos, as reflexões da Igreja passaram a ter como base a pessoa humana, o que modificou de forma definitiva o modo de olhar a questão social e ação da Igreja na sociedade. Mainwaring destaca que mesmo antes do concílio Vaticano II, muitos teólogos, bispos e movimentos trabalhavam pela mudança na Igreja e que, nesse sentido, as encíclicas progressistas e o concílio incorporaram e legitimaram tendências que já existiam ao invés de criar algo novo. O autor ainda ressalta que apesar do concílio ser um

⁵³ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2005, p. 64.

⁵⁴ CONCÍLIO VATICANO II – **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

⁵⁵ _____. **Gaudiun et spes**. Comunicação Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de hoje. Paulinas. 1983. p. 107.

⁵⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. op.cit., p. 65.

evento europeu, dominado por bispos europeus e dirigido principalmente à Igreja europeia, as reformas do concílio acabaram por conduzir mudanças que foram mais significativas em alguns países da América Latina que na própria Europa.⁵⁷

Em pleno contexto do Concílio Vaticano II, o golpe civil militar de 1964, proporcionou um momento político decisivo para a Igreja. A mobilização política ressaltava dois campos opostos. De um lado, ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos de grandes mudanças; de outro, estavam os militantes da antiga Ação Católica do Brasil, os padres radicais e as lideranças da CNBB, que apoiaram as reformas sociais de Goulart.⁵⁸ A Igreja católica pode até ser como ela se intitula, “uma e santa”, mas preserva dentro de si pluralidades teológicas e diversidades pastorais tão grandes que quase garantem a existência de igrejas dentro da Igreja. Logo, a análise de Delgado se faz pontual quando destaca que a década de 1960 nos convida a enxergar a pluralidade do período.

[...] O pensamento religioso não evolui sozinho no espaço simbólico. Ele interage com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural. Nessa perspectiva é necessário, ainda, articular esse período com a conjuntura religiosa internacional [...] No entanto a mudança nem sempre é pura, vem rastreada de marcas, contradições. A Igreja é antiga e inovadora ao mesmo tempo. Se aquele momento parecia sufocar-se sob o peso do passado, fragmentos diversos contribuíram, impregnando com seus rastros e sinais as futuras ações inovadoras. A alvorada da década de sessenta encontrou a sociedade polarizada. Respirava-se política por todos os poros [...].⁵⁹

Na encíclica “*Poppulorum Progressio*” de 1967, o papa Paulo VI convidou a Igreja a refletir sobre o verdadeiro desenvolvimento enquanto sinônimo de paz. A encíclica pode ser entendida como uma ampliação da discussão referente à vida econômica e social já expressa desde as conclusões do concílio. Nela, são traçadas as coordenadas de um desenvolvimento integral do homem e de um desenvolvimento solidário da humanidade.⁶⁰ Nesta encíclica a Igreja enfatiza que “o desenvolvimento deve ser visto como a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas”, sendo implicitamente necessário para este processo a aquisição de cultura, o respeito à dignidade, o reconhecimento dos valores supremos tendo Deus

⁵⁷ MAINWARING, 2004. p. 63

⁵⁸ A Conferência nacional dos Bispos no Brasil foi criada no ano de 1952, sob iniciativa de Dom Helder Câmara. Mainwaring destaca que entre 1955 e 1964, a CNBB era a força mais importante para os impulsos reformistas da Igreja Brasileira. Foi uma das primeiras conferências episcopais do mundo e a primeira da América Latina. MAINWARING, op. cit., 66.

⁵⁹ DELGADO, 2003, p. 16

⁶⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2005, p. 66.

como princípio e termino de tudo. Nesta perspectiva, Paulo VI instituiu em 1967 a Pontifícia Comissão “*Instituíta et Pax*” que tinha por objetivo despertar os católicos para que promovessem o progresso das regiões indigentes e a justiça social.⁶¹

[...] A Igreja sente-se convocada a agir como instância problematizadora da sociedade, no aspecto concreto da injustiça do subdesenvolvimento. Não traz uma solução ou alternativa, mas denuncia através desse humanismo novo, tudo que contradiz a dignidade humana ou implica sua negação prática. Não é sua missão oferecer alternativas. Por isso, sua crítica do capitalismo não implica propor uma solução alternativa. Mas é capaz de apoiar determinadas propostas, que tenham sido apresentadas através de outras instâncias (reforma das estruturas comerciais ou planejamento do desenvolvimento, para citar apenas) como sendo coerentes com este humanismo que ela compartilha com tantos setores humanos de boa vontade [...] Os esforços, realmente consideráveis, que foram feitos para ajudar em planos financeiro e técnico aos países em via de desenvolvimento, seriam ilusórios se os seus resultados fossem em parte anulados pelo jogo das relações comerciais entre países ricos e países pobres [...].⁶²

A América Latina e o Brasil, em especial, viviam um período de dependência e de desenvolvimento de lutas sociais que buscavam a ruptura. É nesse contexto social que a América Latina interpreta o Concílio Vaticano II, bem como a Conferência Episcopal Latino Americana em Medellín na Colômbia que aconteceu no ano de 1968. A proposta de reflexão da “*Populorum Progressio*” permeou as discussões dos bispos em Medellín, que acabaram por destacar o subdesenvolvimento dos países sul americanos, como a marca deixada por um sistema econômico de dominação, que dava base às desigualdades sociais do continente.⁶⁴

Dessa experiência de fé nasceu a Teologia da Libertação que reafirmava a evangélica preferência da Igreja pelos pobres e se constituiu como uma das maiores expressões teológicas da América Latina. A questão da pobreza, que permeava o milenar discurso católico, mudou de foco: o pobre antes necessitado de ajuda agora se tornara sujeito histórico e responsável por sua libertação. Diferentemente da teologia europeia progressista, a Teologia da libertação parte da análise de uma América Latina dominada.⁶⁵

⁶¹ Ibidem.

⁶² CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina Social da Igreja**: Abordagem Histórica. São Paulo: Loyola. 1995. p. 337.

⁶³ Ibidem, p. 335.

⁶⁴ PONTÍFICIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. 2005, op. cit., p.66.

⁶⁵ LOWY, 2007, p. 311. Enquanto a teologia progressista europeia estava atenta aos desafios da racionalidade crítica, e das liberdades individuais no contexto de uma realidade forjada pela burguesia, a teologia da libertação tinha como interlocutores, os pobres ausentes da história, que na

[...] Toda teologia, qualquer que seja se encontra socialmente situada. O teólogo da libertação optou ver a realidade (social) a partir dos pobres, analisar nos processos o interesse dos pobres e atuar na libertação junto com os pobres. É uma decisão política porque define o teólogo como um agente social que ocupa um determinado lugar na correlação de forças sociais, isto é, do lado dos pobres e oprimidos [...].⁶⁶

Clodovis Boff aponta que é preciso dizer de forma clara e vigorosa que a libertação é a emancipação social dos oprimidos o que se trata concretamente de superar o sistema capitalista em direção a uma nova sociedade do tipo socialista. E, quanto à raiz teológica de suas ideias, faz a seguinte ressalva:

A teologia da libertação é uma teologia que quer tomar a sério sua responsabilidade histórica. Não é que ela represente uma teologia diversa ou contrária a uma outra. Não. Ela entende realizar a vocação que foi sempre a vocação original da teologia: pensar a fé em função e dentro da História. Neste sentido não se deve brigar pela designação: teologia da libertação. Talvez tenha chegado o tempo de não ser mais preciso se falar nestes termos, mas simplesmente “teologia” já que toda teologia feita hoje em nossas condições históricas só pode ser mesmo uma teologia da libertação, sob pena de trair sua vocação mais tradicional e assim passar por ideologia, isto é, sistema teórico que mascara as condições existentes, em nosso caso, a dolorosa realidade de nosso povo [...].⁶⁷

Cláudio Nascimento em sua análise sobre o marxismo e socialismo na América Latina volta às reflexões de Michael Lowy e ressalta que o conceito de pobre na Teologia da libertação é um conceito socialmente mais amplo que o de classe operária. Corresponde à situação social da América Latina, onde se acentua na cidade e no campo uma enorme massa de pobres excluídos do sistema produtivo formal, o chamado “pobretariado”, termo usado por revolucionários de El Salvador.⁶⁸

A Conferência Episcopal de Medellín, 1968, foi um marco para a Igreja Católica na América Latina depositando no continente as reflexões que asseguraram os ideais de Libertação que deram origem ao nascimento das comunidades eclesiais de base e as comissões de direitos humanos que se espalharam praticamente por todas as dioceses do país. A primeira Conferência Episcopal Latino America aconteceu no Rio de Janeiro em 1959. Segundo Delgado, o texto oficial das conclusões de Medellín, denominado “Presença da Igreja na atual transformação da América

América Latina estariam protagonizando um processo de libertação popular. Gutiérrez apud GIBELLINO, Rosino. **Teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998. p. 361.

⁶⁶BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Da Libertação: O teológico das Libertações Sócio Históricas**. Rio de Janeiro: Vozes. 1985. p. 50.

⁶⁷Ibidem, p. 92.

⁶⁸LOWY apud NASCIMENTO, Cláudio. **Marxismo e socialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1989.

Latina”, definem como eixo metodológico a articulação entre a situação histórica e a fé cristã⁶⁹. Nas reuniões da Comissão Bipartite que aconteceram de forma sigilosa nos anos de 1970 a 1974, representantes do governo classificaram as conclusões de Medellín como sendo subversivas.⁷⁰

A mudança no posicionamento da Igreja deu origem ao surgimento de concepções eclesiais que diferenciavam os setores da hierarquia entre conservadores e progressistas, no entanto, diante das constantes violações dos direitos humanos, toda a Igreja se sentiu incomodada e passou a questionar a legalidade do governo militar.⁷¹

Posteriormente, em 1979, a Igreja da América Latina se reuniu em Puebla México para uma nova conferência episcopal. Nesse contexto, os teólogos latinos já estavam sofrendo represálias internas e alguns teólogos da libertação foram impedidos pelo Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), de participar efetivamente do encontro.⁷² Contudo, as conclusões de Puebla ainda apontavam para uma maior reflexão dos sistemas sócios econômicos.

[...] A economia de mercado livre, como sistema vigente em nosso continente e legitimado por ideologias liberais, tem aumentado a distância entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes à interesses de fora, têm-se aproveitado das oportunidades que lhes oferecem essas formas primitivas de mercado livre para se desenvolverem em proveito próprio e as custas dos interesses dos grupos populares majoritários. [...] ⁷³

Apesar das discussões sociais apresentadas em Puebla, como destaca o autor Lowy, o compromisso final acerca do encontro definiu como base a “opção preferencial pelos pobres”, o que sem dúvida alguma permitia a cada um dos setores uma interpretação que mais lhes coubessem.⁷⁴

Toda essa movimentação no catolicismo brasileiro ratifica a ideia, de que mesmo uma instituição conservadora como a Igreja Católica é influenciada por elementos externos e, que enquanto “corpo místico”, ela tem como base de suas ações, a

⁶⁹ DELGADO, 2003.

⁷⁰ SERBIN, 2001, p. 258.

⁷¹ Ibidem, p. 57.

⁷² BOFF, Leonardo. 1985, p.30.

⁷³ PUEBLA. Conclusões da Conferência de. **Evangelização no presente e no futuro da América latina**. México: Paulinas, 1979. p. 36.

⁷⁴ LOWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez. 1991. p. 44.

mensagem que quer transmitir. Em oposição a esse pensamento, os militares inicialmente não entendiam o catolicismo como uma ideia em evolução. O momento do catolicismo entre os anos de 1964 a 1985 era de novidades até mesmo entre os membros da Igreja. A percepção da violação dos direitos humanos, diferentemente de outras questões, acabou não sendo apenas uma reflexão dos progressistas, e por fim, grande parte da Igreja se posicionou contra o que considerava uma depreciação aos direitos do cidadão.⁷⁵

1.3 PRENÚNCIOS DO GOLPE

Segundo Borges, a atuação das forças armadas no Brasil se apresenta em duas fases: a primeira, onde os militares aparecem como árbitros levando em conta que desde a proclamação da República, em 1889, eles intervêm no contexto político com o pretexto de amenizar as crises geradas pelos civis. A segunda, após 1964, onde os militares sob a vigência da Doutrina de Segurança Nacional – DSN se transformaram em verdadeiros atores políticos, fazendo restar aos civis o papel de coadjuvantes no regime político.⁷⁶

Abordar os fatos que antecederam ao golpe militar de 1964 no Brasil é também situá-lo em meio ao turbilhão de acontecimentos políticos que caracterizou grande parte do século XX. Podemos evidenciar, nesse contexto, os acontecimentos que envolveram a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, a Guerra Fria como acontecimentos que configuraram o comunismo como grande protagonista em meio ao cenário político mundial. O quadro político brasileiro estava, por conseguinte, inserido nesse contexto polarizado, que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, viu o mundo se dividir em duas áreas de influência controladas pelos Estados Unidos e União Soviética.

Com o desenvolvimentismo dando ares de fracasso no final dos anos 1950 ocasionado pela inflação, se desgastaram forças e partidos que até então comandavam o cenário político brasileiro. A eleição de Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTB), em 1960, se deu graças à ânsia do povo em “varrer” da

⁷⁵SERBIN, 2001, p. 57.

⁷⁶BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.), **O Brasil Republicano: O Tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 16.

atmosfera pública todas as dificuldades e corrupção que pudessem ser empecilhos ao novo começo.

O momento foi de crescimento do operariado industrial e de aumento no número de estudantes universitários. A classe média aumentou e a intelectualidade brasileira também. Todos esses campos exigiam mudanças e ansiavam por uma revolução social e política.⁷⁷ Em âmbito internacional, estavam sendo vitoriosas ou a caminho de êxito, revoluções de libertação nacional, por vezes marcadas por ideais socialistas ou pela luta de trabalhadores, como a revolução cubana de 1959, a luta na Argélia em 1962, a guerra anti-imperialista no Vietnã e movimentos anticoloniais na África. O êxito dessas revoluções colocou em evidência todo o imaginário contestador presente nos anos 1960.⁷⁸

Em consonância com todo esse cenário de mudança e contestação, dava-se início na história da cultura nacional a busca de uma nova face para a brasilidade com fina ligação entre política e arte. Essa característica se estendeu até o ano de 1968 com a instituição do AI – 5. O início dos anos 1960 também teria sido o período de um cinema que levava reflexões sobre a realidade brasileira.⁷⁹ Também o movimento estudantil principalmente através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das Uniões Estaduais (UEEs) desempenhou importante papel, juntando-se aos movimentos culturais nacionalistas e reformistas e atuando estrategicamente na discussão por reformas sociais e políticas.⁸⁰

Cabe ressaltar novamente que, nessa conjuntura, setores da ala progressista da Igreja Católica se voltaram para reivindicações populares com atividades voltadas para alfabetização, o incentivo à organização sindical e o comprometimento com o movimento estudantil. Nesses setores, críticas ao laicismo e a secularização acabaram dando lugar a questionamentos sobre reforma agrária e injustiças sociais. Grande quantidade desses líderes católicos e estudantis se aglutinou em volta de

⁷⁷ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷⁸ **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.33-34.

⁷⁹ Ibidem. p.138.

⁸⁰ Interessante destacar que a efervescência cultural e política nos anos iniciais da década de 1960 tiveram como cenário, especialmente, os grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife e algumas outras capitais. De forma geral, o cotidiano cultural e político das cidades pequenas não sofreu maiores alterações.

campos esquerdistas, fortalecendo movimentos favoráveis às transformações sociais.

Assim, em meio à composição de esquerda do início dos anos 1960, podemos destacar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, apesar de estar na ilegalidade, vivia um bom momento, haja vista a grande adesão e a mobilização sindical. Também se destaca nesse contexto a chamada Organização Revolucionária Marxista – Político Operária (POLOP ou ORM-PO), que contestava as ideias pacifistas do PCB, incitando a luta armada através do socialismo, a Ação Popular – AP, com grande aceitação entre o movimento estudantil e as Ligas Camponesas.⁸¹ Dentre o contexto relacionado a luta armada, Angelo evidencia ações como a tentativa da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em instalar um foco guerrilheiro no Vale do Ribeira – SP no início dos anos 1970 e a guerrilha do Araguaia, que começou a ser combatida pelas forças armadas em abril de 1972. Angelo analisa, contudo, que “[...] apesar das ações espetaculares executadas por várias organizações [...]”, poucas foram às situações realmente de luta envolvendo os grupos citados acima.⁸²

Além da significativa influência esquerdista no início dos anos 1960, é importante ressaltar que o cenário político partidário no Brasil também era composto por partidos como o Partido Social Democrático (PSD) –, que representava a ala conservadora ligada às oligarquias regionais, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), composto em sua grande maioria por trabalhadores urbanos, a União Democrática Nacional (UDN), que congregava profissionais liberais além de industriais e fazendeiros, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), composto por alguns intelectuais e estudantes. Havia também outros partidos regionais, apesar de não possuírem grande expressividade e representação eleitoral.⁸³

⁸¹ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 26. As ligas camponesas foram criadas no Nordeste em meio à década de 1950, caracterizando-se como uma associação de ajuda onde os trabalhadores se ajudavam mutuamente. Com o tempo ela tornou-se um espaço de luta contra a exploração e o latifúndio. Com o passar do tempo essa luta ganhou o cenário nacional e se caracterizou em prol da defesa da reforma agrária em todo o país.

⁸² ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. Disponível em: < http://www.brasa.org/documents/brasa_xi/Vitor-Angelo.pdf>. Acesso em 29 de abr. de 2013. p.7- 8.

⁸³ MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente – 1964- 1992**. São Paulo: Ática, 2006. p. 12.

Os anos de 1961 e 1963 foram significativos para o sindicalismo brasileiro. Nesse período foram criadas diferentes organizações de coordenação sindical nacional e regional o que acabou desembocando em um período de muitas paralisações.⁸⁴ Jânio Quadros renunciou em Janeiro de 1961. Em seu lugar deveria ocupar o vice João Goulart, contudo, essa não foi uma ideia vista com bons olhos pelos ministros militares que compunham o congresso. Eles consideravam a figura de Jango uma ameaça por conta de seus vínculos com o PSB e o PCB. Sendo assim uma grande campanha em favor da legalidade presidencial de Jango foi incentivada por figuras como o governador Leonel Brizola, no sul do país.

O congresso, com o objetivo de conciliar a situação, propôs a adoção do parlamentarismo. A estratégia permitiria que o presidente tomasse posse, mantendo a legalidade da situação, mas com seu poder dividido com um primeiro ministro que tomaria as rédeas do governo. No dia 02 de setembro de 1961, o parlamentarismo foi aprovado pelo Congresso Nacional. No dia 07 tomou posse o presidente João Goulart e a cadeira de primeiro ministro foi assumida por Tancredo Neves do PSD de Minas Gerais. Visando a concorrer às eleições para governador em outubro de 1962, Tancredo Neves renunciou em junho do mesmo ano ao cargo de primeiro ministro. Jango articulou o congresso para a retomada do regime presidencialista e, em janeiro de 1963, um plebiscito decidiu pela volta do presidencialismo.

Jango assumiu fortalecido e seu governo foi marcado por grandes agitações sociais. Com a proposta de colocar em ação um programa de reformas de base, Jango previa maior intervenção do estado na economia do país. De forma geral, as reformas propostas por João Goulart eram: reforma agrária com distribuição de terras; reforma bancária com financiamento das propriedades nacionais; reforma tributária com ênfase de arrecadação para os impostos diretos; reforma eleitoral estendendo o direito de voto aos analfabetos; reforma universitária, com o objetivo de direcionar o incentivo a pesquisa mediante as necessidades do país; a reforma urbana para planejar o crescimento das cidades e a reforma do estatuto do capital

⁸⁴ TOLEDO, Caio Navarro de Toledo. 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. V. 24. N.47. São Paulo, 2004.

estrangeiro, que regulava os investimentos de capital estrangeiro no país e controlava a remessa de lucros ao exterior.⁸⁵

Uma grande discussão acerca das reformas se instalou na sociedade da época. No entanto, o debate incitou resistências expressivas, fazendo com que as opiniões sobre as reformas se dividisse. Como proposta de ampliar o apoio, grandes comícios foram planejados, no entanto, somente o comício do dia 13 de março de 1974, no Rio de Janeiro, realmente chegou a acontecer.

Pressionado pela esquerda sindical, João Goulart havia dado início às ações em favor da reforma agrária e do voto dos analfabetos. O comício das reformas que aconteceu na Central do Brasil foi organizado em parceria com os maiores sindicatos do país e reuniu cerca de trezentas mil pessoas. Durante o discurso, Jango acabou demonstrando as bases esquerditas de suas reflexões. A reação ao comício por parte das forças conservadoras foi quase imediata. Segmentos conservadores das classes médias e altas se mobilizaram contra o governo. Prova dessa organização foi a realização da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade que aconteceu em São Paulo no dia 19 do mesmo mês, no dia de São José padroeiro das famílias. As Marchas da família com Deus pela Liberdade se desdobraram em importantes cidades do país, se constituindo no aval civil que esperavam os militares.⁸⁶

Essas duas atividades, o comício pelas reformas e a Marcha da Família em São Paulo, nos dão uma boa representação dos campos opostos que permeavam a discussão política e social no ano de 1964. Com exceção de alguns poucos setores, podemos afirmar que a Igreja Católica nesse primeiro momento da intervenção militar se apresentou de forma favorável ao regime. Para Kenneth Serbin a posição favorável ao regime por parte da Igreja se deu não por ela se opor às reformas sociais, mas por considerar a luta contra o comunismo medida mais urgente e necessária.⁸⁷ O posicionamento em favor da disciplina e da ordem, contra a aparente ameaça do comunismo caracterizou a relação entre a Igreja e o Estado

⁸⁵ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 24.

⁸⁶ Ver mais em: PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964. 2004**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

⁸⁷ SERBIN, 2001, p. 105.

nesse período. Percebe-se, nesse sentido, uma harmonia no discurso geral das partes, evidenciando que até o início da década de 1970 não houve conflitos relevantes no direcionamento das duas instituições.⁸⁸

Como já citamos anteriormente, o comunismo teria sido a assombração da economia capitalista durante grande parte do século XX. A definição de anticomunismo apresentada por Motta o classifica como sendo um sentimento alimentado por indivíduos e grupos que lutam contra o comunismo. Entretanto, o autor chama a atenção para a característica plural do anticomunismo, argumentando que o ponto de convergência entre os diversos grupos seria a postura negativa diante do adversário em comum.⁸⁹ Cabe destacar que a aversão que a Igreja tinha ao comunismo se devia ao fato de teoricamente o comunismo questionar os fundamentos básicos religiosos, propondo a luta de classes e a igualdade absoluta de direitos como substitutos da moral cristã, levando, assim, ao questionamento sobre a necessidade de crença em Deus e em instituições religiosas. A luta contra os “diabos vermelhos” se fortaleceu com o objetivo de manter a boa relação entre a Igreja e governantes, valendo-se, por exemplo, de pronunciamentos de rádio e em missas e da circulação de revistas e jornais impressos em editoras católicas.⁹⁰

As principais entidades articuladoras das marchas - a União Cívica Feminina (UCF) e, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) - eram patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado por empresários paulistas e cariocas em novembro de 1961. O IPES era uma entidade civil que acabaria sendo administrada por militares. Segundo Dreifuss, o IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),⁹¹ funcionaram como um “Estado-Maior” que de forma

⁸⁸ ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 199.

⁸⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 20.

⁹⁰ Termo adotado por RODEGHERO, uma vez que a Igreja chegou a associar o comunismo ao demônio. Ver mais em: RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

⁹¹ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 242-243. O IBAP surgiu em 1959 tornando-se conhecido pela circulação da revista “Ação Democrática” de cunho anticomunista possivelmente com auxílio de capital estrangeiro. O IPES que surgiu em 1961 era composto por militares, políticos e empresários do Rio de Janeiro que temiam o avanço da esquerda no Brasil. Nesse sentido, eles financiavam filmes publicações diversa e organizavam palestras. O IPES e o IBAP de forma conjunta estimularam grande parte das organizações anticomunistas no período de 1961 a 1964. Com a chegada de Jango ao poder, o general Golbery do Couto e Silva, que havia pedido sua passagem para a reserva, acabou sendo promovido a chefe do instituto, tendo como objetivo principal a derrubada de Jango. O general fez a ponte entre o IPES e a Escola Superior de Guerra na qual surgira a doutrina de desenvolvimento e segurança nacional.

calculada conduziram a burguesia ao poder. Ele ressaltava que o complexo IPES/IBAD atuava em diversas frentes, mobilizando equipes multifuncionais amparando-se em recursos razoavelmente abundantes.⁹²

Tratava-se de uma ampla campanha de desestabilização: que envolvia doutrinação contra o comunismo, socialismo, o atraso a oligarquia rural, a corrupção do populismo e a Intervenção do Estado expressando-se através de peças, simpósios e imprensa de forma geral. Contudo, essa ação ideológica não seria suficiente, se fazendo necessária uma articulação dentro das forças armadas.⁹³ Dreifuss apresenta a conclusão de que o que se deu em 1964 foi à culminância de um movimento civil-militar. Apesar de considerar como superestimada a ideia de que as organizações citadas teriam capacidade para gerir o momento histórico e conduzir as elites, como citamos anteriormente, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, reforça a tese de que o golpe tenha sido civil-militar e que tenha servido para reforçar a hegemonia de poder.⁹⁴

Cabe ressaltar, contudo, que o golpe em si foi antes de tudo uma ação militar.⁹⁵ Em termos gerais, apesar do apoio dado pela burguesia que orquestrava o bloco econômico, foram os militares que tomaram o poder.⁹⁶ Ao analisar a articulação golpista, Diogo Cunha também ressalta que, de forma geral, deve-se levar em conta tanto a elite econômica quanto o papel político dos militares. Ele destaca o financiamento efetivado pelo que chamou de “pequena elite econômica”, atribuindo à mesma o papel de formadora dos já citados IPES/IBAD. Quanto aos militares, o autor ressalta que eles sempre se colocaram acima da política contrapondo-se aos

⁹²DREIFUSS apud FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 35.

⁹³ FICO, 2004. p.35

⁹⁴ Ibidem, p.36

⁹⁵ Ibidem, p.38

⁹⁶ SOARES, apud FICO, 2004, p 38. A ação golpista começou a ser formalmente arquitetada quando no dia 28 de março reuniram-se em Minas Gerais os generais Olimpo Mourão Filho e Odílio Denys juntamente com o governador Magalhães Pinto, com o objetivo de organizar o início da mobilização para o golpe que possivelmente aconteceria no dia 04 de abril. No entanto, no dia 31 de março o general se adiantou partindo com suas tropas de Juiz de Fora para do Rio de Janeiro. O general e futuro presidente Castelo Branco teria tentado impedir o levante ligando para o governador de Minas Gerais, mas não houve tempo para o impedimento. Como força militar que teria se expressado a favor de Jango, vemos a figura do general Armando de Moraes Âncora. Ele teria recebido uma ordem dada por Jango para prender o general Castelo Branco, mas não cumpriu a determinação do presidente alegando receio de iniciar uma guerra civil. Ao se encontrar, as tropas golpistas e as tropas do governo se uniram e se dirigiram ao Rio de Janeiro. Ao se deparar com as tropas, o presidente João Goulart com o intuito de também evitar uma guerra civil, abandonou a presidência indo se refugiar no Uruguai.

interesses políticos civis sempre considerados interesses particulares e de cunho partidário.⁹⁷

A Escola Superior de Guerra (ESG), que chegou ao país em 1949, introduziu no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Criada nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, a DSN serviu de raiz ideológica para a atuação dos militares e foi a estrutura base para a formatação dos aparatos de repressão criados após o golpe. Borges ressalta que os formulários da Doutrina de Segurança Nacional vinculavam segurança interna e externa criando a concepção de que o inimigo interno estaria infiltrado de forma organizada em toda a sociedade brasileira, o que justificaria o uso da repressão como controle da população subversiva.⁹⁸ Segundo Cunha, a junção dessa elite com alguns setores das forças armadas começou a arquitetar dentro da ESG e dentro dos IPES/IBAD um corpo teórico que continha três aspectos principais: uma teoria de guerra, o papel do Brasil na geopolítica mundial e um modelo econômico.⁹⁹

[...] Segundo os preceitos da Escola Superior de Guerra, existem três tipos de guerra: a guerra total, a guerra clássica ou limitada e a guerra revolucionária ou psicológica. A guerra total não se limita mais ao território dos países beligerantes ou setores da economia e da população. Ela tem que ser entendida na lógica da guerra fria. O exemplo desse tipo de guerra seria o enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética. O segundo tipo de guerra a clássica, é politicamente declarada... Ela é uma guerra de ataque e defesa, de uma população unida contra um inimigo externo definido. Finalmente, temos como o terceiro tipo de guerra aquela “insurrecional” [...]. Abrange toda iniciativa de oposição organizada, com força suficiente para desafiar as políticas do Estado, e está diretamente vinculada a infiltração comunista e as iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética. Nesse sentido, não se trabalha mais com a noção de fronteiras territoriais, e sim com a de fronteiras ideológicas [...]¹⁰⁰

Apesar de uma parcela significativa da cúpula do exército ser contra as reformas de base propostas por Jango, é preciso destacar que as Forças Armadas estavam divididas. A Escola Superior de Guerra reunia os chamados “modernizadores”, grupo que aliado aos empresários defendia o binômio segurança e desenvolvimento, que

⁹⁷ CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e Repressão: O assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Recife: UFPE, 2007.p. 39.

⁹⁸ BORGES, Nilson. 2003, p.37. Criada logo após o término da Segunda Guerra Mundial com o apoio norte-americano, a ESG foi concebida como um centro de estudos dos problemas nacionais, internacionais e, especificamente, militares. Oficiais militares das três Armas bem como alguns civis compunham a lista dos presentes nos cursos oferecidos. (37)

⁹⁹ CUNHA, op.cit., 95-96.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 96-97.

palpava o arrocho salarial e a concentração de renda como elementos necessários para a consolidação de um capitalismo mais ajustado as necessidades da nação. E havia também entre os militares o grupo mais tradicional, chamados “linha dura”, que dentre outras questões, acreditavam que o essencial era defender a nação do perigo comunista.¹⁰¹

O motivo inicial da articulação golpista era derrubar o governo de João Goulart.¹⁰² Contudo, uma análise sobre a conjuntura do golpe, presente no projeto “Brasil Nunca Mais” da arquidiocese de São Paulo, aponta que a decisão final de derrubar a regularidade constitucional, tirando de cena o presidente civil, foi tomada quando os militares do alto escalão se deram conta de que a mobilização pelas reformas de base havia alcançado setores das forças armadas.¹⁰³

1.4 FORMAÇÃO DO APARATO REPRESSIVO

Após o golpe, o governo civil militar fez uso de atos institucionais com o objetivo de, contraditoriamente, dar um ar de legalidade as ações para estabelecimento do regime. Em um período de tempo que se estendeu de 09 de abril de 1964 a 14 de outubro de 1969 os militares aplicaram nada menos que 17 atos institucionais que foram efetivando a Doutrina de Segurança Nacional, antes mesmo dela se tornar lei no Brasil. Ao observar trechos do Ato Institucional Nº 1, percebemos a afirmativa por parte dos militares de que o golpe de 1964 se constituía como uma “revolução” necessária para a ordem da sociedade.

[...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita se institucionalizar [...].¹⁰⁴

¹⁰¹ BUENO, 2010. p. 381.

¹⁰² Ibidem, p. 377.

¹⁰³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 118 - 119. Um estudo de trinta e oito processos que se referiam aos militares revelava que apenas quatro deles eram posteriores a 1964, fato que atesta que a perseguição efetuada para rebaixar qualquer foco de oposição dentro das forças armadas realmente tinha surtido efeito. (118).

¹⁰⁴ BRASIL, Ato Institucional Nº 1. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s>. Acessado em 06 de julho de 2013.

Nesse contexto, era necessário validar os interesses capitalistas da revolução. Com a instituição desse ato institucional, foram instituídas as eleições indiretas para a presidência da república. O presidente passou a ter poder para fechar o congresso, cassar mandatos legislativos, decretar estado de sítio, abrir inquéritos para investigar crimes contra a ordem estabelecida e suspender direitos políticos.

O Ato Institucional Nº 2 objetivava reforçar as estratégias de ação repressiva dos militares. O artigo de número 12, dentre outras questões, ressalta que “[...] não será porém tolerada propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça e de classe [...]”. Como a “propaganda de guerra e subversão” poderia representar propaganda de oposição aos militares, este ato acabou extinguindo os partidos existentes, passando a existir somente dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).¹⁰⁵

E assim, de forma sucessiva, os atos institucionais foram proibindo no território nacional toda espécie de manifestação pública, bem como toda circulação de propaganda, ou mesmo pessoas que supostamente se opunham ao regime. A Doutrina de Segurança Nacional tornou-se efetivamente Lei de Segurança Nacional através do Decreto Lei nº 314 de 13 de março de 1967 pelo general/presidente Castelo Branco. O decreto pretendia fazer da segurança nacional um dever cívico. Passou a ser considerado crime toda espécie de propaganda de origem estrangeira ou contrária ao regime. Salieta-se, portanto, que se entendia como “contrárias” de forma especial, toda e qualquer ideia que se aproximava do comunismo.¹⁰⁶

O endurecimento de parte dos militares fez com que fosse decretado o Ato Institucional Nº 5 (AI – 5) no ano de 1968. A partir daí as ações do governo contra organizações políticas, universidades e demais grupos de discussão foram cada vez mais violentas. Apesar disso, os generais se esforçavam para dar um ar positivo às ações do regime, usando dentre outras estratégias, uma forte propaganda com o intuito de ostentar uma suposta democracia.¹⁰⁷

¹⁰⁵ BRASIL, Ato Institucional Nº 2. Rio de Janeiro-GB, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 25 de julho de 2013.

¹⁰⁶ BRASIL, Decreto-lei 314 de 13 de março de 1967. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126124/decreto-lei-314-67>>. Acesso em junho de 2013.

¹⁰⁷ SERBIN, 2001, p. 60.

Cabe estabelecer, contudo, que a formação dos aparatos repressivos no Brasil se deu muito antes do golpe de 1964. No ano de 1924 foi criada em São Paulo a Primeira Delegacia de Ordem Política e Social que, posteriormente deu margem aos aparelhos de repressão desenvolvidos na década de 1930.¹⁰⁸ Sob a vigência do governo de Getúlio Vargas, foi criada em âmbito federal a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Esse órgão institucionalizou a organização da polícia política a nível federal.¹⁰⁹ O intuito principal era combater as ideias comunistas que se evidenciavam por conta da intentona comunista e da guerra fria. A centralização da segurança pública deveria se transformar em espaço de controle, vigilância e repressão de elementos considerados subversivos.

Percebe-se, dessa forma, que a partir da análise do quadro político interno, podem-se compreender os caminhos percorridos pelas ações dos Departamentos de Polícia Política.¹¹⁰ Nesse sentido, com relação ao cenário político brasileiro, é válida a afirmação de Assunção que apresenta Polícia Política, Comunismo e, conseqüentemente, Anticomunismo, como elementos que não se separam.¹¹¹

Nos primeiros anos da administração de Vargas, surgiram também diversas seções estaduais de polícia política.¹¹² No Espírito Santo, logo nos primeiros meses do governo provisório do interventor João Punaro Bley indicado por Vargas, houve a criação da polícia política capixaba. O órgão subordinado a Delegacia Geral deu início às suas atividades no estado, a partir do decreto de 27 de novembro de 1930. Organizada entre os anos de 1930 e 1935, a Delegacia de Segurança Política e Social teve como principal finalidade a vigilância sobre movimentos sociais-ideológicos de contestação ao governo.¹¹³

Em meados da década de 1930, observou-se a formação de delegacias especializadas, com atividades específicas e, a partir do Decreto-lei estadual Nº

¹⁰⁸ FONSECA, Guido. **DOPS** – Um pouco de sua História. Revista ADPESP. Ano 10, nº 18, dezembro de 1989. p. 41-85.

¹⁰⁹ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: modos operandi da polícia política do estado do Espírito Santo (1930 a 1985) In: _____. **Arquivos da Repressão Política no Espírito Santo (1930-1945)**. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011. p. 15.

¹¹⁰ SILVA, Angelissa Tatyane de Azevedo e. Sob a lógica da desconfiança: a polícia política na campanha “O petróleo é nosso!” (1947-1954). In: **Anais da Anpuh**, 2004. Disponível em: <http://rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=305>. Acesso em: 26 de julho de 2013. p. 04.

¹¹¹ ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu, 2006. p. 51.

¹¹² REZNIK apud FAGUNDES, 2011. op. cit., p. 16.

¹¹³ Ibidem.

16.230 de 14 de setembro de 1946, essas mesmas delegacias foram unificadas. A Delegacia de Ordem Política e Social, juntamente com a Delegacia de Estrangeiros e a 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, originaram uma única Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES). Constando em suas atribuições a manutenção da ordem política e social, a fiscalização de estrangeiros, fiscalização do comércio, do uso de explosivos, a fiscalização de embarques e desembarques de forma geral, dentre outros.

A lei estadual nº 719 de 07 de março 1953, reproduziu alguns aspectos do Decreto-lei Nº 16.230, mas evidenciou algumas mudanças dentro da Polícia Civil do estado. Destaca-se, por exemplo, a mudança na nomenclatura da polícia política, a DEOPS passou a ser chamada de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) com as mesmas funções da anterior.

A partir de 1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), um grandioso aparato repressivo de nível nacional foi articulado.¹¹⁴ O SNI era em primeira instância um órgão de informações. O discurso do SNI caracterizava como bom policial aquele que, além de conseguir perseguir, investigar e prender, também era capaz de penetrar na alma do inimigo, familiarizando-se com suas ideias e doutrinas, de modo a conceber as melhores formas de trabalho de identificação e de combate.¹¹⁵ Percebem-se nesse sentido, traços da cultura policial que englobava as ações da polícia política e dos agentes.

O combate em questão era contra os que se posicionavam contrários ao regime, considerados subversivos. Entre os anos de 1964 e 1985, as Delegacias de Ordem Política e Social e também a DOPS/ES definiram seu papel como órgãos de repressão que agiam em nome do Estado.¹¹⁶ Mas, para os oficiais do exército, a polícia política era vista como uma necessidade da sociedade. Para o ex-militar Zonildo, ela pode ser caracterizada da seguinte forma:

[...] POLÍCIA POLÍTICA - É aquela que exerce atividades preventivas, indagando e combatendo os fatores de desordens em proveito da ordem política-social. À Polícia Política cabe diligenciar pela manutenção da ordem política e social, pela segurança do regime, das instituições e das

¹¹⁴ Ibidem, 23.

¹¹⁵ ASSUNÇÃO, Rosângela. 2006, p. 49.

¹¹⁶ DREIFUSS apud. FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.p. 36.

autoridades constituídas, prevenindo atentados, conspirações, conjurações, revoluções, propagandas e disseminação das ideologias de caráter dissolvente. É a Polícia da profilaxia [sic] social. A sua atuação se faz sentir especialmente sobre os agitadores políticos, aqueles que preparam o ambiente em todos os seus aspectos: histórico, físico, administrativo, social, econômico, financeiro, etc., transformando-o em campo fértil para que possam facilmente germinar os movimentos subversivos.¹¹⁷

Podemos evidenciar que a Polícia Política era vista como um órgão especializado dentro da corporação policial. O que a diferenciava dos demais segmentos policiais era sua função voltada para a manutenção da ordem política e social, agindo sob a lógica da desconfiança exercendo assim, a dupla função de prevenir e reprimir todo e qualquer foco de atuação contrária ao estado.¹¹⁸

Com a Diretriz Presidencial de Segurança Interna de 1970, a cúpula do regime passou a estruturar formalmente o combate aos subversivos.¹¹⁹ A diretriz deu suporte para a criação do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN). A partir de então, houve a centralização das operações de repressão. A junção das forças armadas no combate ao comunismo fez com que fossem implantados, em julho de 1969, organismos oficiais que receberam o nome de Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna, conhecidos como DOI-CODI.¹²⁰ Esse órgão significava a formalização no exército de um comando que englobava todas as forças armadas. Os DOI-CODIs passaram a encabeçar a repressão política e foram os principais órgãos citados na ação contra os direitos humanos.¹²¹

O DOI-CODI iniciou suas atividades no estado em 1971 e o sigilo, marca no modo operacional de funcionamento desse sistema, também era regra básica nas ações dos oficiais de polícia política. No modelo operacional dos DOI-CODIs, geralmente o DOI realizava o trabalho de vigilância, captura e interrogatório dos chamados subversivos, enquanto o CODI agia como um órgão de coordenação dos trabalhos a partir da coleta de informações.¹²²

¹¹⁷ BRANCO, Zonildo CASTELLO. Apud HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo, 2011. p. 108.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ FICO, 2004. op. cit., p. 23.

¹²⁰ FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia. Rio de Janeiro. Record, 2001. p. 62.

¹²¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. 1985, pp. 73-74.

¹²² FICO apud FAGUNDES, 2011, p. 26.

Como destaca FAGUNDES, a atuação desse órgão não se fez apenas nos grandes centros. O sistema de segurança trabalhava de forma integrada e em sintonia com os órgãos locais. No Espírito Santo, DOPS, Departamento de Polícia Federal, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Militar e 3º Batalhão de Caçadores formavam uma grande rede de informações.¹²³ Através dos registros da DOPS/ES que foram analisados, conseguimos identificar alguns nomes de oficiais e demais integrantes da Polícia Política que ocupavam diferentes cargos ligados à DOPS capixaba. Encontramos nos documentos a identificação dos seguintes cargos entre os anos 1968 e 1985:

QUADRO 1 – Oficiais e agentes que integravam ou tinham ligação com a DOPS/ES.

Cargos/ Funções	Nomes	Data em que o nome aparece nos documentos
Secretários de Estado de Segurança Pública	Gen. Fernando Santos Ferreira Coelho	Novembro de 1974
	Kywal Samborjense	Novembro de 1975
	Hugo de Castro Elsenlohr.	Junho de 1977 e janeiro de 1978.
	Hugo de Castro Elsenlohr.	1980. Abril de 1981 e março de 1982.
	Abílio Salles Dória.	Abril de 1982
Delegados da DEOPS/ DOPS	Nelson Vieira Pimentel.	Mai de 1968.
	Sizenando Paula.	Outubro de 1968 à agosto de 1969.
	Douglas Chagas Trindade	Janeiro de 1970 e novembro de 1971. Março, julho e dezembro de 1977 e janeiro de 1978.
	Cláudio Antônio Guerra	Setembro e novembro de 1972, Em 1975 e 1976. ¹²⁴
	Gilberto Fabiano Toscano Mattos	Janeiro, junho e outubro de 1974 e em 1975
	Domingos Machado	Janeiro de 1975.
	Adão Rosa	Outubro de 1978.

¹²³ FAGUNDES, 2011. p. 24 e 25.

¹²⁴ Cláudio Guerra foi o delegado mais conhecido da DOPS/ES. Foi um dos principais operadores da linha dura durante a Ditadura Civil-Militar. Guerra assegurou em entrevista recente que, embora confirme o assassinato de dezenas de militantes de esquerda, nunca foi torturador. Guerra começou a torturar esquerdistas de várias partes do Brasil em 1973. Importante ressaltar que somente com a consulta aos documentos analisados, não foi possível atestar os períodos exatos em que ele respondia integralmente pela DOPS/ES. Ver mais em: MEDEIROS, Rogério. NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

Cargos/ Funções	Nomes	Data em que o nome aparece nos documentos
Superintendentes de Investigações Especiais	Domingos de Souza Martins	Novembro de 1974.
	Mário Rodrigues Freitas	Novembro de 1975 e Março/dezembro de 1977.
	Waldir Xavier	1978 e 1979.
	Sebastião Gonçalves Pereira	Setembro de 1979, outubro de 1980 e 1981..
	Pedro Moacir Monteiro do Nascimento	Outubro de 1978 e maio de 1979.
	João Manuel Rodrigues Lima	Abril de 1981
	Elza de Oliveira de Martins Zouttic	1983 à 1985.
Superintendentes de Polícia Civil.	José Gilberto Barros Faria	Outubro de 1971, Outubro de 1973, abril e setembro de 1974.
	Walkir Serrano de Andrade	Novembro de 1975. Maio e Dezembro de 1977. Janeiro e Março de 1978.
	Décio Nascimento	Abril de 1981.
Superintendentes de Polícia Técnico-científica	Darcy Coutinho Queiroz	Dezembro de 1978
	Milton de Oliveira Lira	Junho de 1979 e Novembro de 1981.
Chefe de gabinete	Neuza Penha Gava.	Setembro de 1979 e 1980
Superintendente de Polícia Judiciária	Nilson Neves	Dezembro de 1981
Superintendente geral da Polícia Civil	Décio Nascimento	Dezembro de 1981

Fonte: APEES/DOPS.¹²⁵

Cabe ressaltar, contudo, que, com a pesquisa ainda não foi possível, mapear todo o quadro de oficiais e agentes que integravam ou tinham ligação com a polícia política que atuou no estado durante o período. A mostra presente no quadro 1 teve como objetivo nos aproximar de alguns dos nomes de oficiais que integravam a Polícia Política ou desempenhavam funções ligadas à DOPS/ES que apareceram em alguns dos documentos analisados. Certamente não eram somente esses os cargos

¹²⁵ Ressaltamos que para a produção deste quadro também fizemos uso de arquivos presentes nas caixas 62, 63, 64 e 65 da série Organização e Funcionamento do APEES/DOPS.

e os oficiais que compunham os serviços de investigação da DOPS/ES. Os nomes de agentes que se encarregavam de fazer o acompanhamento direto com os alvos da Polícia Política aparecerão no texto, à medida que forem sendo identificados nos documentos.

No esquema de repressão, a prática de detenções na forma de sequestro, sem nenhum tipo de mandato judicial foi ação corriqueira dos aparatos repressivos. Por vezes a tortura era aplicada mesmo antes que o capturado fosse detido em alguma das dependências policiais. Um clima de terror cercava as prisões e as suspeitas de subversão se estendiam aos familiares e amigos dos suspeitos. Algumas pessoas procuradas pelos órgãos de segurança se apresentavam espontaneamente com o objetivo de esclarecer possíveis suspeitas, fato que nem sempre eliminava as prisões ou a violência dos interrogatórios.¹²⁶

A análise dos documentos presentes nos arquivos da DOPS/ES nos permite conceber que era considerada subversão toda e qualquer forma de opinião que se configurasse contrária ao governo e aos projetos nacionais propostos pelo regime. Ao chegar às mãos dos agentes da DOPS, os materiais recolhidos eram guardados como prova do “perigo” que eles poderiam representar a nação. Interessante constatar, contudo, que com o intuito de averiguar e tomar conhecimento dos diversos segmentos de contestação, não só os segmentos suspeitos sofriam o monitoramento da DOPS/ES, como também os que se apresentavam a favor do regime.

No projeto “Brasil Nunca Mais”, dos 263 processos que não focalizavam organizações partidárias clandestinas, pode-se constatar que, em 179 ações penais, os réus se subdividiam entre seis setores sociais identificados como o dos militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. O estudo destaca que a alta frequência de processos iniciados em 1964 contra o nacionalismo introduzido em setores da própria tropa e contra os movimentos trabalhistas indica a grande preocupação dos órgãos de repressão nesse período. Ressalta também que o baixo índice de processos posteriores a este período, evidencia que as ações penais dos

¹²⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. 1985, p.77-81.

primeiros anos se fizeram eficientes, gerando medo e paralisia, fato que não ocorreu com o movimento estudantil e com a Igreja.¹²⁷

Apesar de negada pelos generais que a orquestraram, a tortura que se via nos “porões da ditadura” acompanhou toda a trajetória dos militares enquanto estavam no governo. A ideia de que havia um agente torturador que agia por suas emoções de forma indisciplinada, vai contra a realidade de um sistema operacional que através de recompensas diversas criava torturadores extremamente competentes.¹²⁸ A tortura sancionada pelos oficiais generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra. De um lado a tortura dá eficácia a ordem ditatorial, mas de outro condiciona-a impondo-lhe adversários e estreitando-lhe o campo de ação política.¹²⁹

Para se sustentar, as ações de tortura do governo além dos órgãos de repressão, contavam também com uma rede de parceiros que se articulavam. Tendo primeiramente o aparelho judiciário como cúmplice, faziam-se também necessários promotores, hospitais, médicos e legistas que se dispusessem a fraudar dados de mortos e de corpos flagelados por conta das torturas.¹³⁰

Foi justamente a tortura o estopim para o conflito entre a Igreja e o governo ditatorial. Alguns bispos passaram a assumir uma posição mais crítica ao regime tendo em vista a repressão sofrida por padres envolvidos em movimentos sociais. O autoritarismo, agora sofrido também por diversos membros da instituição, fez com que o conflito se exacerbasse.¹³¹

Embora a relação de cumplicidade entre Igreja e Estado existente no Brasil desde os primeiros anos da república se visse ameaçada, não podemos afirmar que ela tenha se rompido. Com o objetivo de evitar que o conflito entre Igreja e Estado chegasse a extremos ainda maiores, autoridades ligadas ao governo Médice foram encarregadas de chefiar uma sigilosa comissão chamada Bipartite que funcionou de 1970 a 1974.

¹²⁷ Ibidem, p.117 à 124.

¹²⁸ GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das letras. 2001. p. 16.

¹²⁹ Ibidem, p. 23

¹³⁰ Ibidem, p. 24 e 25.

¹³¹ SERBIN, 2001. p. 17.

A comissão era composta por membros do governo e representantes do Clero sendo estes das linhas conservadora e progressista da Igreja, prova de que o conflito atingia todos os setores da hierarquia.¹³² Em síntese, a Igreja continuava a manter influência política valendo-se do diálogo com o governo, enquanto os militares procuravam evitar que a instituição dilacerasse ainda mais os laços com o Estado.

[...] Mesmo no auge da repressão, a Igreja estava ainda interessada em manter boas relações com um governo violento. No momento mais glorioso da História do catolicismo, quando a Igreja defendia os pobres e denunciava vigorosamente as violações aos direitos humanos, aqui estavam os bispos, fazendo política de bastidores com os generais [...].¹³³

No contexto ditatorial a comissão bipartite foi uma estratégia usada no Brasil para tentar amenizar os conflitos entre militares e Igreja. Mesmo bispos progressistas como Dom Hélder Câmara, em outras circunstâncias, já havia procurado a colaboração entre a Igreja e o Estado. Os embates durante as reuniões eram intensos.¹³⁴

[...] Dom Pedro Casaldáliga concluiu que a criação da comissão, confirmou a visão do exército sobre a igreja como “o inimigo maior [...] A igreja era o grande veículo para a opinião pública mundial”. No final, Dom Pedro acreditava que a comissão “não deu em nada”. Ele acreditava que Muricy e o regime fizeram somente pequenas concessões e promessas de examinar as queixas da Igreja [...].¹³⁵

O ano de 1974 em que teve início a comissão bipartite, também foi o ano em que subiu a presidência o general presidente Ernesto Geisel. Esse governo marcou o regime ditatorial por representar uma proposta de abertura lenta, gradual e segura por parte dos militares. Essa proposta de governo, realmente representava uma tentativa de volta do estado de direito, mas não exatamente a volta da redemocratização do país. Ela foi concebida como estratégia para manter garantias básicas ao regime.¹³⁶

Nesse cenário, muitos fatores ajudaram a determinar o processo de abertura. Dentre eles, destacamos a maior visibilidade da luta em favor da redemocratização do país,

¹³²Ibidem, p. 210

¹³³Ibidem, p. 51.

¹³⁴Ibidem, p. 412 à 415.

¹³⁵CASALDÁLIGA, Pedro. Apud SERBIN, op. cit., 416.

¹³⁶SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o Tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 263.

envolvendo, por exemplo, setores ligados à Igreja Católica, ao MDB, ao Movimento Estudantil e ao Movimento Sindical.

Cabe ressaltar, contudo, que não só a retomada das lutas de oposição ao regime caracterizou o início do processo de abertura. Condato considera o período que compreende os anos de 1974 – 1979, correspondente ao governo Geisel, como sendo um período de transição dentro do regime ditatorial-militar. Ele defende que, embora influenciado pela sociedade civil, o processo de abertura corresponderia, sobretudo, a uma necessidade dos próprios militares que tinham em suas bases diferentes posições com relação aos rumos tomados pelo regime.¹³⁷

A delicada situação econômica do país também teve relevante destaque nesse período. Uma crise que envolveu o setor petrolífero no ano de 1973 acabou interrompendo o crescimento econômico característico do início da década.¹³⁸ Por causa da instabilidade econômica, o pacto entre o setor empresarial e os militares foi ameaçado, o que se fez sentir na vitória do MDB nas eleições de 1974.¹³⁹ A distensão política tinha como proposta aumentar a participação popular e anular os instrumentos de repressão no governo ditatorial. No entanto, à medida que o regime temia o risco de perder o poder, aumentava-se a necessidade de delimitar os limites de contestação e as medidas de coerção ainda eram tidas como necessárias.¹⁴⁰

Como veremos a seguir, a Igreja do Espírito Santo se inseriu neste contexto latino de reflexões teológicas e também apresenta em sua trajetória os passes e impasses de um catolicismo que segue em movimento. Segundo Lowy, podemos identificar

¹³⁷ CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar a democracia. Dossiê Democracias e Autoritarismos. In: **Revista de Sociologia Política**, n. 25, Curitiba, novembro, 2005. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 10 de fev. de 2013.

¹³⁸ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, p. 14-15.

¹³⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira, 2003. op.cit., p. 258-259.

¹⁴⁰ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de; SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 64 a 69. No ano de 1975, segundo dados da Anistia Internacional, mais de duas mil pessoas foram detidas no Brasil, dentre elas cerca de 700 permaneceram presas. Entre 1974 e 1976, calcula-se que mais de sessenta adversários da ditadura tenham sido assassinados. Novas estratégias para a eliminação física dos opositores eram adotadas pelos instrumentos de repressão. Muitos corpos de opositores mortos nesse período estão até hoje desaparecidos. Isso se deve ao fato de que com o início do processo de abertura a imprensa passou a ter um pouco mais de liberdade para fazer denúncias, os aparatos de segurança começaram então a negar a prisão de alguns contestadores do regime e a desaparecer com seus cadáveres. (70).

esse movimento como sendo o surgimento de uma nova cultura católica que de forma específica focaliza as questões da América Latina dentro de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente que acabou por gerar novos sentidos para os termos pobreza e religiosidade popular.¹⁴¹

¹⁴¹ LOWY, Michael. As Esquerdas na Ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). Revolução e democracia (1964...). **As esquerdas no Brasil**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

2 DOCTRINAS INVERSAS: UMA IGREJA DE BASE POPULAR NA MIRA DA DOPS/ES

Neste capítulo temos como objetivo abordar as linhas pastorais da Igreja do Espírito Santo sob a ótica dos militares seguindo o recorte temporal proposto como delineador da pesquisa. A junção de documentos e anexos, bem como a apresentação dos mesmos presentes nesse capítulo tem como propósito traçar um perfil sobre os diversos atores e formas de organização da Igreja do Espírito Santo sob a visão dos órgãos de repressão.

2.1 BISPOS DO ESTADO SOB A VISÃO DA DOPS/ES.

Todas as reflexões políticas e religiosas advindas da década de 1960 direcionavam a Igreja para um momento decisivo. Grande parcela da Igreja em 1964 declaradamente apoiou o golpe militar, no entanto, não cabe destacar esse apoio como sendo uma unanimidade. No início da década de 1970, a partir da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e com o aprofundamento da tortura por parte do regime militar, setores progressistas e conservadores da Igreja Católica apresentavam diferentes formas de conduzir a situação política e social.¹⁴²

Personalidades como Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, que se destacaram enquanto respectivamente bispos de Recife e Olinda e de São Paulo, foram muito influentes compondo a linha progressista da Igreja na década de 1970. Seguindo uma linha mais conservadora destaca-se, por exemplo, o bispo do Rio de Janeiro Dom Eugênio Salles. Ao analisar as práticas pastorais de cada um destes bispos, Serbin apresenta a diferença entre conservadores e progressistas como sendo uma diferença de estratégia pastoral, não significando, no entanto, que na década de 1970, algum desses setores ainda apoiasse o golpe.¹⁴³

Fato é que as diferentes estratégias de ação em meio ao emaranhado político realmente existiam e, no caso do Espírito Santo, a dicotomia, progressistas e conservadores, também pode ser utilizada para destacar as características de cada um dos representantes da hierarquia no estado. No início da década de 1970, o estado tinha três dioceses, sendo a região pastoral que hoje compreende a diocese

¹⁴² SERBIN, Kenneth P. 2001. p. 48.

¹⁴³ Ibidem, p. 57.

de Colatina integrada à arquidiocese de Vitória, vindo a se desmembrar somente no ano de 1990. A Igreja do Espírito Santo tinha como representantes da hierarquia o arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque (1958 a 1984),¹⁴⁴ Dom Luis Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar da arquidiocese de Vitória (1966 a 1981), Dom Aldo Gerna da diocese de São Mateus (1971 a 2007) e Dom Luis Gonzaga Peluso, da diocese de Cachoeiro de Itapemirim (1959 a 1985). O modo como cada bispo se posicionava, bem como as linhas pastorais de cada um, também acabou despertando a especulação e vigilância por parte da DOPS/ES durante o período de repressão. Assim como na Igreja em âmbito nacional, a boa relação entre os bispos do estado não era sinônimo de estratégias pastorais únicas.

A frase atribuída a Dom João “Só o povo Salva o Povo” reflete bem as características da Igreja que foi sendo construída na arquidiocese de Vitória a partir da década de 1970. O episódio que deu origem a expressão, foi o descaso do governo, quanto à situação conflitante que estava sendo vivida por dezenas de famílias no noroeste do estado e leste de Minas. Na ocasião, uma enchente havia assolado várias cidades em janeiro de 1979.¹⁴⁵ Por conta da situação, toda a movimentação que se deu no estado aglutinou em torno da arquidiocese de Vitória uma grande campanha de ajuda aos flagelados da enchente. Um relato presente em um pedido de busca, datado em 19 de março de 1979, da DOPS/ES nos ajuda a ter uma ideia da mobilização.

Segundo o documento, a arquidiocese de Vitória, EMESCAN e o DCE organizaram uma campanha de Assistência aos flagelados, que foi logo encampada por outras entidades religiosas, comunidades de bairros, rádios e Tvs, bem como a população

¹⁴⁴ Dom João nasceu em Niterói-RJ no dia 02/09/1909. Ingressou nos Seminário Menor de Pirapora do Bom Jesus no interior de São Paulo em 1923. No ano de 1917 foi para Roma estudar filosofia e teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, como aluno do Pontifício Colégio Latino Americano. Foi ordenado sacerdote no dia 15 de abril de 1933. Ao regressar ao Brasil atuou como diretor espiritual, assistente eclesialístico de grupos como a Juventude Feminina de Ação Católica, Juventude Universitária Católica e foi vigário em paróquias do Rio d Janeiro. Quando surgiu o cargo de bispo do Espírito Santo, foi escolhido para suceder Dom Joaquim Gonçalves que renunciou por problemas de saúde. Dom João foi nomeado bispo no dia 25 de julho de 1957. Ver mais em: DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Motta e Albuquerque**. Vitória: Contexto, 2005. p. 17-20

¹⁴⁵ Na ocasião, Dom João Batista, arcebispo de Vitória e seu bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes se dirigiram ao palácio Anchieta (sede do governo do Estado) com o objetivo de cobrar do então governador uma posição de maior auxílio às comunidades no estado. Diante da pouca preocupação por parte do governo, foi montada uma grande campanha de recolhimento de doativos para auxiliar as famílias. Ver mais em: DANIEL, Sandra. 2005. p. 115 à 118

em geral. Em meio a estes órgãos, elementos se destacaram criticando a omissão do governo e autoridades, face à situação existente no estado.¹⁴⁶

Enquanto o arcebispo se caracterizava por ser o “porta voz da indignação”, o bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes organizava o trabalho com as pastorais e demais segmentos de assistência.¹⁴⁷ O arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque já se caracterizava desde o concílio Vaticano II como sendo adepto da chamada “Igreja dos Pobres”. Dom João tivera contato com a esquerda católica dos anos 1960 e chegou a contribuir formalmente com a Ação Católica no Rio de Janeiro¹⁴⁸. Contudo, consideramos que, assim como os demais bispos do país, Dom João provavelmente entendia a intervenção dos militares como necessária e transitória.¹⁴⁹ Ele teria chegado, inclusive, a participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade na cidade de Vitória - ES.¹⁵⁰

O arcebispo juntamente com Dom Luís Gonzaga Fernandes,¹⁵¹ semeou na arquidiocese as CEBs e acabou sendo questionado por setores ligados ao empresariado e a tradicionais grupos políticos. Como exemplo, podemos citar a afirmação de Henrique Pretti – ex-presidente da Assembleia legislativa do Espírito Santo em 1969, deputado por dois mandatos e vice-governador durante o mandato do governador Arthur Carlos Gerhardt (1971 a 1975) – que declarou em jornais que circulavam no estado, que Dom João Batista não era digno de sua confiança como católico.¹⁵²

¹⁴⁶ APEES/DOPS/ES. Dossiê 04. Cx. 26. fl.144. *Pedido de Busca 035/79*. 19 de março de 1979.

¹⁴⁷ DANIEL, Sandra. **Dom Luís Gonzaga Fernandes**. Vitória: Contexto, 2006. p. 81 e 82.

¹⁴⁸ DANIEL, Sandra. 2005, p. 18 e 19.

¹⁴⁹ APEES/DOPS/ES. Dossiê 04. Cx. 26. fl.01. *Pedido de Busca.063/19*. 04 de julho de 1974.

¹⁵⁰ SILVA, Marta Zorzal e. **Estado Interesses e Poder**. Vitória: FCAA/SSDC. 1995. p. 442.

¹⁵¹ Dom Luís Gonzaga Fernandes, nasceu em agosto 1926 no Rio Grande do Norte. Foi ordenado em 1950 e sagrado bispo durante a última sessão do Concílio Vaticano II, em dezembro de 1965. Foi indicado pelo próprio Dom João Batista da Motta e Albuquerque para ser seu bispo auxiliar em Vitória. Antes de ser nomeado bispo e de mudar-se para o Espírito Santo, foi professor de filosofia na Universidade Federal da Paraíba, assistente geral da Ação Católica e membro da Associação Brasileira de Filosofia. Chegou ao Espírito Santo em fevereiro de 1966 e, a pedido de Dom João foi inicialmente para Colatina onde efetivou um trabalho pastoral que deu início às comunidades eclesiais de base. Com fama de ser um homem com inteligência acima da média, Dom Luís foi considerado pelo autor Leonardo Boff, um dos bispos mais marcantes do país, por ter sido o parceiro das CEBs no Brasil e por atuar no reconhecimento eclesial e nacional das mesmas. Dom Luís se destacava por articular de forma hábil a atuação dos leigos nos diversos segmentos pastorais na arquidiocese de Vitória. Ver mais em: DANIEL, Sandra. 2006. p.13-69.

¹⁵² Arquivo da Arquidiocese de Vitória-ES. Mitra Arquidiocesana. 2011.

Ao analisar os documentos da polícia política do Espírito Santo, se percebe que o posicionamento pastoral de Dom João fomentou que sua arquidiocese se tornasse alvo de especulação por parte dos militares. Como exemplo podemos citar o conteúdo do Pedido de Busca 063/19 datado de 04 de julho de 1974, onde os militares solicitam maiores informações sobre sua postura política e propostas pastorais. Os dados sobre o arcebispo apresentados no pedido de busca 063/19, o caracterizam como sendo da “ala progressista da Igreja Católica”. O documento especifica Dom João como sendo adepto de D. Helder Câmara e argumenta que ele havia subscrito juntamente com outros 16 bispos progressistas, brasileiros e estrangeiros, um documento dirigindo palavras de encorajamento aos povos oprimidos, abordando problemas como a luta de classes e a guerra subversiva.¹⁵³

O documento ainda menciona o arcebispo identificando-o com as esquerdas.¹⁵⁴ O nome de Dom João foi citado em outros informativos como o de número 86/71 presente no dossiê sobre o movimento do clero, onde o arcebispo foi qualificado como sendo autor de injúrias ao golpe de 1964.¹⁵⁵ As observações apresentadas sobre Dom João nos documentos citados ilustram a mudança de postura do arcebispo frente ao regime que se instalava.

Nos documentos citados acima, não havia a identificação dos agentes. Mas o que chama a atenção é justamente o que se quis mostrar com os dados sobre Dom João. O que fica evidente no linguajar de quem redigiu os documentos é a necessidade de se afirmar que o religioso se manifestava contra a “Revolução”. Interessante que em 1975, por exemplo, a chamada “abertura lenta e gradual” proposta pelo general presidente Ernesto Geisel, já havia iniciado. Reforça-se, por conseguinte, a ideia de uma polícia que agia em nome do poder instituído mesmo quando a sociedade de forma geral, já não acredita que o governo a representa.

Por conta da repressão, no ano de 1974, a arquidiocese de Vitória foi obrigada a se desfazer da *Rádio Capixaba*, emissora que possuía desde o início dos anos 1960. Segundo Dom Geraldo Lyrio Rocha, que na época era padre na arquidiocese, um militar que foi até a residência episcopal para informar Dom João quanto a negação

¹⁵³ APEES/DOPS. Dossiê 04. Cx. 26. fl.01. *Pedido de Busca.063/19*. 04 de julho de 1974.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ APEES/DOPS. Dossiê 05. fl. 05. *Informe 86/71*. 1971

do pedido de concessão da rádio, teria dito na época que “O governo considera grande perigo uma rádio nas mãos da arquidiocese de Vitória”.¹⁵⁶

No dossiê que agrupa grande parte dos documentos recolhidos pelos militares referentes à arquidiocese de Vitória, encontra-se, por exemplo, um boletim chamado “*Caminhada*”. Criado em 1974 com o nome de Folha da Periferia, este folhetim tinha como objetivo levar até as comunidades orientações sobre as celebrações litúrgicas e informações gerais sobre a Igreja do Espírito Santo.¹⁵⁷ O informativo pastoral apresentava uma proposta de reflexão para os dirigentes pastorais que tinha como tema: “Epifania: o Cristo se manifesta quando os irmãos se unem”.¹⁵⁸ No panfleto havia uma reflexão do evangelho de Mateus que destacava que “[...] Jesus havia recebido a oferta dos reis magos como sinal da justa repartição dos bens da Terra que pertence a todos os homens.”¹⁵⁹ O que se percebe é que não os textos bíblicos, mas as reflexões levantadas pela arquidiocese acerca do mesmo é que se apresentavam diretamente contra algumas das políticas adotadas pelos militares. O regime autoritário rejeitava explicitamente a reforma agrária. A ideia de que a terra sendo de todos deveria ser dividida era vista como utópica por alguns dos responsáveis pela política agrária do país e, portanto, “subversiva”.

Uma informação de cunho religioso internacional presente no informativo declarava que “[...] os governos temiam as ações da Igreja”. O informativo ainda subscreve que as relações entre o governo militar do Chile e a Igreja estariam cada vez mais tensas. O boletim descreve que o governo daquele país acusava a Igreja de atividades subversivas, enquanto a Igreja afirmava ser seu dever defender os oprimidos e perseguidos.¹⁶⁰ A observação do boletim que foi recolhido demonstra a

¹⁵⁶ Daniel, 2005, p. 41 e 42. Mesmo após a venda da rádio, a arquidiocese manteve um programa religioso na emissora.

¹⁵⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 04. Cx 26. Fl. 64. *Boletim Caminhada*. s/d. No início dos anos 1970 foi criado o Serviço de Informação e Documentação da Arquidiocese de Vitória, um boletim elaborado pelo Secretariado de Pastoral. A partir deste boletim foi criado em 1974 o boletim “Folha da Periferia” e em 1975 esse veículo de orientação litúrgica passou a se chamar “Caminhada”. Ainda hoje o boletim é editado pela arquidiocese.

¹⁵⁸ APEES/DOPS. Dossiê 04. Cx 26. Fl. 67. *Boletim Caminhada*. s/d.

¹⁵⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 04. Cx.26. Fl. 64-66. *Anexo do documento 007/76 PN2*.

¹⁶⁰ Ibidem. O espaço do panfleto direcionado às notícias, ainda trazia considerações sobre a organização das comunidades e destacava um encontro que aconteceu entre as comunidades da periferia da Ilha de Vitória para debater seus problemas. Segundo o boletim, nesta reunião estavam presentes representantes da Ilha de Santa Maria, Monte Belo, Jucutuquara, Gurigica e Morro de São Benedito. É informado também que as comunidades de base da Itarana, Itaguaçu e Itapina (linha Ita) tinham acabado de formar o seu Conselho Pastoral (COPALITA) e que representantes de todos os

percepção que a Igreja tinha quanto a seu papel no contexto social latino americano. Como os diversos informativos e panfletos também eram encarregados de levar ao conhecimento dos militares dados sobre os investigados, é perceptível o motivo de preocupação dos mesmos com uma Igreja que considerava a importância de seu papel social.

Dom Aldo Gerna, bispo de São Mateus também se destacava no estado, como um religioso que havia optado por linha pastoral mais progressista e, também foi alvo de vigilância de políticos e órgãos de segurança.¹⁶¹ Um anexo presente no dossiê da ARENA nos apresenta um episódio ocorrido na disputa entre emedebistas e arenistas, onde é citado o nome de Dom Aldo.

Segundo recortes do Jornal A Gazeta, do dia 18/11/1979, Jorge Daher Filho - deputado arenista – teria defendido o bispo de São Mateus das acusações de ser comunista. A atuação de dom Aldo no interior do estado nos ajuda a entender a demanda das divergências existentes entre o clero, políticos e polícia política no período ditatorial. Segundo o jornal, o deputado Jorge Daher Filho pediu o desarquivamento do projeto de lei de autoria do ex-deputado estadual Walter de Prá, onde ele solicitava cidadania honorária ao bispo italiano de São Mateus. O projeto teria sido rejeitado até mesmo por políticos da própria ARENA, devido à fama de Dom Aldo.¹⁶²

O parlamentar se solidarizou com a atuação do bispo e criticou duramente a sua rejeição pela própria Arena em 1977. Os detalhes sobre a defesa que Daher Filho

conselhos e pastorais faziam parte desse grande conselho que tinha por finalidade avaliar a caminhada pastoral.

¹⁶¹ Dom Aldo Gerna nasceu em Ponte Valtelina – Sondrio na Itália no dia 07 de maio de 1931, naturalizando-se brasileiro em 08 de setembro de 1966. Coursou teologia e filosofia na Universidade de Urbana de Roma, sendo ordenado padre em 22 de dezembro de 1956, na catedral do papa em Roma. Foi eleito bispo da diocese de São Mateus no dia 24.05.1971 e sua ordenação episcopal se deu na Catedral de São Mateus no dia 1º de agosto do mesmo ano, pela mãos de Dom João Batista da Motta e Albuquerque. Foi o segundo bispo da diocese de São Mateus. Aceitando uma proposta conciliar de renovação, o bispo é considerado como sendo de grande importância para o surgimento e fortalecimento de pastorais sociais na diocese como Comissão Pastoral da Terra - CPT. O bispo também ficaria conhecido por seu engajamento na organização de associações e sindicatos no norte do estado. Atualmente é bispo emérito da diocese de São Mateus e mora no balneário de Guriri/São Mateus. MITRA DIOCESANA DIOCESE DE SÃO MATEUS. **Dom Aldo Gerna:** 50 anos de mística e missão na diocese de São Mateus – ES. São Mateus: Secretariado Diocesano de Pastoral. 2006. p. 22- 34.

¹⁶² APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 1. Fl. 74. *A gazeta* 18/11/1975. Em meio a um período de desconfiança e vigilância constante, o regime não se limitava a monitorar somente os segmentos de oposição. Mesmo elementos da ARENA, partido do governo, eram alvos de vigilância.

fez em solidariedade a D. Aldo auxiliam um pouco no mapeamento do perfil do religioso. Primeiramente, o parlamentar destaca que “se D. Aldo é comunista ele também o é”. Segundo o artigo, Daher repeliu as acusações feitas ao bispo negando que ele fosse esquerdista e marxista. Ressaltou também que, para ele, o que havia levado seu partido a negar o título a Dom Aldo Gerna foi a “mania de se rotular comunista todas as pessoas que lutam por causas justas, dos oprimidos e dos miseráveis durante a Revolução”.¹⁶³

Daher que pediu o desarquivamento do projeto teria ido mais além, criticando a Revolução pelas injustiças praticadas contra muitos brasileiros. Dentre outras colocações, o deputado afirmou que D. Aldo não era “cabo eleitoral da oposição no Norte do estado” e afirmou que “a pobreza e a desassistência é que favoreciam o MDB no norte do estado”.¹⁶⁴

O parlamentar teria feito alusão às advertências de Dom Aldo, quando este alertava sobre o desemprego que seria gerado por causa da monocultura do eucalipto. Segundo o jornal, D. Aldo teria afirmado: “Ainda serei pastor de bois e eucaliptos” e ao prever uma possível tragédia no norte do Estado teria dito “[...] Gostaria que se desse ao homem pelo menos o mesmo tratamento que se dá ao boi”.¹⁶⁵ A discussão entre emedebistas e arenistas sobre as declarações do bispo ajudam a compor o cenário de escolhas pastorais encabeçadas pelo bispo da diocese de São Mateus.

Uma matéria presente em um recorte do jornal “A gazeta” de 19/12/1981, encontrado em meio às folhas do dossiê sobre Boletins Internos da DOPS/ES, nos permite uma mostra da “ousadia” do religioso. A matéria que se intitula “Igreja defende luta por uma nova ordem política”, traz em destaque o conteúdo do documento “*Puebla para o povo*” traduzido pela diocese de São Mateus em linguagem popular. Dentre as várias citações da tradução do documento presentes na matéria, tomaremos de início um trecho que destaca que “[...] A doutrina de Segurança Nacional é contra a visão cristã do homem como responsável pela

¹⁶³ Ibidem, FI 74.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Ibidem.

organização de uma nova ordem política [...]”.¹⁶⁶ Na tradução do documento apresentado na matéria do jornal, uma reflexão sobre a paz é feita nos seguintes termos.

[..] A doutrina mais antiga da Igreja diz que quando a tirania está montada no trono, fazendo muita maldade e com jeito de não cair tão cedo, então o povo tem o direito de derrubá-la. [...] Nós pequenos não queremos violência, queremos é paz, mas quando a violência dos grandes ameaça a nossa vida e todos os meios não violentos se esgotaram sem resultados, o que fazer? Nosso direito de legítima defesa prossegue, não pode ser comparado ao abuso de poder dos que nos obrigam a viver sobre a violência da fome, do desamparo, da doença da ignorância. [...].¹⁶⁷

Sobre as ideologias presentes na América Latina, a matéria sobre o documento ainda apresenta os seguintes dados:

[...] O liberalismo capitalista prega a idolatria da riqueza individual, considerando o lucro como o motor do progresso econômico [...] A lei do progresso é a concorrência, cada um que trate de pisar no outro na base da lei do mais forte. A base desse progresso capitalista, explica a diocese de São Mateus, é a propriedade e os meios de produção. [...] O coletivismo marxista, a outra ideologia citada pelo documento, “nasceu como uma crítica positiva ao capitalismo, mostrando como este dá mais importância ao produto que ao produtor, que é o operário. O marxismo valorizou o sentido humano do trabalho: acha que o trabalhador deve ser dono de seus meios de produção e do produto que ele fabrica. [...].¹⁶⁸

Apesar de não se ter notícias de maiores rompimentos entre Igreja e Estado na diocese de São Mateus, vemos na matéria que, de forma explícita, as citações atribuídas ao documento da diocese, incitam reflexões sobre luta de classe e até chegam a dar uma “visão humana” para uma ideologia antes atacada pela própria Igreja. Embora não houvesse na matéria citações diretas de membros do clero, a descrição do documento nos aproxima das reflexões de grande parte da ala progressista do episcopado latino-americano. Em entrevista Dom Aldo abordou a ligação entre evangelho e marxismo nos seguintes termos:

[..] Fui chamado de comunista, de bispo vermelho, tinha até um carro vermelho (rs rs). Não me intitulo comunista, meu Deus do céu (rs rs).. mas o Gutiérrez, que pelo menos conhece o comunismo e o marxismo mais do que os comunistas, é um homem que é especialista nisso, eu estou lembrando uma das aulas que ele nos deu, era doutrina de bispo, ele disse, ele estudou sim, necessariamente o marxismo é aquele? Ou não? Que em Roma é visto comunismo ateu. Os estudos de Gutiérrez, me chegou a conclusão, não necessariamente, mas que cabe muito bem, isto é, que se

¹⁶⁶ APEES/DOPS. Série movimentos Religiosos. Cx. 64. Dossiê 01. (Boletins Internos). Fl. 22. *A Gazeta*. 19 de dezembro de 1981.

¹⁶⁷ APEES/DOPS. Série Organização e Funcionamento. Cx. 64. Dossiê 01. (Boletins Internos). Fl. 22. *A Gazeta*. 19 de dezembro de 1981.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

poderia viver (o comunismo). Mas o que acho que fez Roma me olhar muito mal foi que eu escrevi: O marxismo está mais perto do Evangelho do que o capitalismo. Isto é uma fala minha escrita a Roma. [...] Mas não era só Roma, tinha a revolução dos militares de 1964, a partir daí é que as coisas engrossaram. [...] No início, no início, (vimos) com simpatia, mas logo esfriou. Logo, logo reparamos o grande equívoco. Ai é que nós tínhamos visitas dos militares. O bispado onde eu morava, eu reparei que tinha gente suspeita olhando, passando, sabe o quê que eu fiz? Fui a Vitória, com o chefe dos militares, e perguntei: O quê que vocês têm contra a diocese de São Mateus? [...] Não (fui) convidado, (fui) direto. Fui ao delegado federal. Não lembro nem nome, nem nada, mas ao delegado eu disse: Quero falar com o chefe dos militares. E ele telefonou que eu ia lá. Entre outras expressões que ele usou no telefone em minha presença ele disse, isto é: Querem que eu o envie com papel de presente? (rs, rs) Bom, eu fui nos militares, e eu disse ao chefe dos militares no Espírito Santo, eu falei com eles: Se tem alguma coisa contra a diocese, vocês não toquem nos padres, sou eu o responsável. A resposta foi, eles me disseram: “Pregue só o evangelho”. E eu falei: É claro, prego só o evangelho. Pois aqui eu confesso a minha covardia, mas tava (pensando) lá dentro. A minha covardia foi: Mas o meu evangelho não é como o de vocês. Não disse nada, mas eu pensei [...].¹⁶⁹

Considerando uma polícia que agia sobre a lógica da suspeita, nos é possível evidenciar, através de trechos da matéria, e das palavras do bispo emérito de São Mateus, o quanto as ideias propostas pelo documento e as reflexões de Dom Aldo podem ter incitado a desconfiança dos agentes.

Outra atividade envolvendo o episcopado do estado que obteve vigilância por parte dos agentes foi o retiro anual do clero que aconteceu em 1976. Datado do dia 28 de outubro de 1976, um documento presente no dossiê sobre membros do clero, faz referencia ao encontro que aconteceu nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 no prédio da arquidiocese de Vitória, localizado na praia de Santa Helena.¹⁷⁰

Os agentes que fizeram a redação do informativo logo de início já classificavam os reunidos como sendo “o clero progressista do estado”, liderados por Dom João Batista e Dom Luís Gonzaga Fernandes. Sobre os debates realizados, os agentes destacaram a reflexão acerca da pobreza e da linha pastoral a ser assumida pela diocese. Segundo o informativo, os participantes teriam externado oralmente que tinham noção de que suas reflexões poderiam gerar problemas com a polícia política, casos agentes da DOPS estivessem presentes no encontro.¹⁷¹

¹⁶⁹ GERNA, Dom Aldo. **A Diocese de São Mateus e a DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, São Mateus, 28 mai. de 2013.

¹⁷⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl.69. *Informação Nº 799-S/2-76*. 28 de outubro de 1976.

¹⁷¹ Ibidem. Fl. 69.

Uma observação colhida no informativo referente ao retiro do clero que nos ajuda a compreender as diferentes estratégias de organização pastoral entre os bispos do Espírito Santo é a de que “entre os presentes não havia religiosos de Cachoeiro de Itapemirim”. Segundo o relato dos agentes, isso se devia ao fato de Dom Luis Gonzaga Peluso,¹⁷² bispo daquela diocese, assumir uma linha mais conservadora bem diferente da ação pastoral proposta pelos demais bispos.¹⁷³ Em um pedido de busca anterior, datado do dia 01 de julho de 1974, agentes da DOPS/ES já haviam feito a mesma observação quanto ao bispo de Cachoeiro.¹⁷⁴

O fato dos agentes expressarem nos relatórios que a linha pastoral da diocese de Cachoeiro adotada pelo bispo se distinguia das opções das demais presentes no estado, não significa dizer que não havia vigilância nas atividades assumidas pelos cristãos no sul do estado. Até porque, assim como não havia uma unidade pastoral entre todos os segmentos internos das dioceses de São Mateus e Vitória, podemos assimilar que nem todos os segmentos pastorais da diocese de Cachoeiro eram de cunho conservador.

Apesar dos documentos sobre a vigilância aos cristãos católicos em Cachoeiro aparecerem em menor quantidade, podemos citar um documento nos arquivos da DOPS/ES, que exemplifica essa questão. Na cidade de Muniz Freire, um padre teria chamado a atenção dos agentes por agir de forma suspeita. Sem especificar o nome do padre, o documento datado do dia 18/07/1977 destaca que ele estaria desenvolvendo, a exemplo dos bispos de Vitória, de Dom Helder Câmara e de

¹⁷² Dom Luíz Gonzaga Peluso foi o primeiro bispo de Cachoeiro de Itapemirim. Tomou posse no dia 29.11.1959 e permaneceu à frente da diocese até 03.12.1985. Enquanto pastor, introduziu na diocese as reformas conciliares, os círculos bíblicos e a participação dos leigos na vida da Igreja. Concordou com a fundação das primeiras CEBs na diocese. Quem as teria conduzido foram os primeiros padres jesuítas em meados da década de 1970. Estas comunidades teriam cunho político o que não agradava a Dom Peluso, pois não condiziam com a visão de Igreja do bispo. CARNIELLI, Adwalter Antônio. **História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo, 1935 – 2000**. Vila Velha: Comunicação Impressa. 2006. Em entrevistas concedidas a autora do presente trabalho, o padre Rubens Duque no dia 13 de maio de 2013 e o bispo emérito de São Mateus, Dom Aldo Gerna no dia 28 de maio de 2013, deram o parecer de que as comunidades de Cachoeiro tinham como característica ser uma Igreja sacramental e que CEBs engajadas, com os movimentos e segmentos pastorais sociais, só se efetivaram em Cachoeiro após a chegada do bispo Dom Luiz Mancilha Vilela.

¹⁷³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx 26. Dossiê 04. Fl. 69. *Informação Nº 799-S/2-76*. 28 de outubro de 1976.

¹⁷⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 05. Fl. 18. *Pedido de Busca 061/19*. 01 de julho de 1978.

outros membros do clero atividades subversivas, tecendo críticas aos poderes constituídos, membros do congresso nacional, câmara e senado federal.¹⁷⁵

Voltando a abordar a atividade referente ao retiro do clero que aconteceu em Vitória em outubro de 1976, os agentes também identificaram as figuras dos bispos Dom João e Dom Luis Gonzaga Fernandes. Foram registradas, ainda, as presenças dos padres Rubens Duque, Álvaro Regazzi e de Frei Betto.

Os padres em questão atuavam em paróquias da arquidiocese de Vitória. Um dos motivos que fez com que Pe. Duque se tornasse conhecido nos meios de repressão refere-se ao fato dele ter sido pároco de Campo Grande, uma das paróquias onde aconteceu em 1975 o Concílio de Jovens. O padre Álvaro Regazzi, na época era pároco na cidade de Itarara-ES. O nome do sacerdote aparece novamente com destaque no informe 030/77. O informe refere-se à um encontro que teria acontecido na cidade de São Roque, que na época era distrito de Santa Tereza. O padre Regazzi foi identificado pelos agentes em meio a um encontro de jovens que teria acontecido no dia 19 de março de 1977 envolvendo também outros padres da região. Segundo os agentes, neste encontro estariam sendo discutidas questões referentes ao Concílio Vaticano II, no entanto, sempre que surgia alguma pergunta no grupo, um assessor apenas identificado como “Paulo” comparava as respostas com citações da filosofia de Karl Marx e de outros nomes do comunismo.¹⁷⁶

Ao chegar ao estado em 1974, o histórico de Frei Betto¹⁷⁷ já indicava que ele era um dos religiosos do Brasil que mais despertava a suspeita dos militares. Um

¹⁷⁵ APEES/DOPS. Dossiê 05. Fl. 94. *Informe 007/77. 18/07/77*

¹⁷⁶ Embora pudéssemos observar que em outras situações os agentes associaram as discussões que eram feitas pelos militantes católicos com ideias comunistas, ressaltamos que as informações contidas no informativo ainda não foram averiguadas. O Sr. Ozório Lopes, ex-padre que foi preso em 1971, em entrevista recente, disse que agentes da DOPS/ES, que acabaram ficando conhecidos por ele, teriam dito que Pe. Regazzi era “um dos elementos do clero mais vigiados pelo regime”, embora durante o período de pesquisa não tenhamos encontrado documentos específicos com dados sobre a atuação do religioso.

¹⁷⁷ Nascido em Belo Horizonte MG, Frei Betto pertence à Ordem dos Dominicanos. Foi líder estudantil, dirigente da Ação Católica brasileira, ex-presos político (1969-1973) e agente pastoral. Chegou no Estado em 1974, sendo recebido primeiramente pelos frades franciscanos nas dependências do convento da Penha. Posteriormente foi convidado por Dom Luís para engajar-se na pastoral popular e ajudar na organização das comunidades eclesiais de base. Teve grande participação na construção da ANAMPOS e ajudou a também articular a militância sindical no Estado. Embora nunca tendo sido filiado a nenhum partido, participou ativamente da criação do Partido dos trabalhadores na década de 1980. Ver mais em: BETTO, Frei. BARROS, Nicélio. RIBEIRO, Luis Cláudio. **Olhares de Luta: Reflexões sobre a CUT no Espírito Santo**. Vitória: Produz Comunicações, 2008.p. 93. Entrevista concedida à Nicélio Barros.

informativo sobre o religioso que, se refugiou no estado e lecionou teologia no Instituto Pastoral da Arquidiocese de Vitória,¹⁷⁸ trazia em destaque as seguintes observações:

[...] Em 1965 manteve vários contatos com “Marighela” e “Toledo”, sendo o responsável pela fuga de diversos elementos terroristas para o exterior. Mantinha atividades pela ALN em SP. Em 1968 foi considerado o elemento intelectual do grupo de Marighela. [...] Em 1970 foi integrante do setor logístico e do setor de massas da ALN vinculado às lides teatrais e ao jornalismo, manteve contato com elementos da VPR e AP. [...] Em 1977, 16 de junho, lançou nesta capital o livro de sua autoria “Cartas da Prisão”, edição esgotada dois dias após.¹⁷⁹

O relatório sobre o encontro do clero em Vitória também apresentou uma lista com os nomes de diversos outros padres que também compareceram a atividade. O monitoramento foi feito tendo como base a observação e o registro por meio de fotos, contudo, segundo dados descritos pelos próprios agentes no informativo, as mesmas não teriam sido enviadas, tendo em vista a respectiva má qualidade.

Encontram-se também na DOPS, documentos sobre as festividades dos 25 anos de sacração sacerdotal de Dom Luís Gonzaga Fernandes. O monitoramento dessa atividade conforme as orientações contidas no informativo sobre as festividades deveria ser efetivado, como em muitas outras operações, com infiltração de agentes, relatórios e cobertura fotográfica dos presentes na medida do possível.¹⁸⁰

Segundo os anexos, as festividades tiveram início no dia 05 de dezembro de 1975 com uma missa celebrada em Vitória em intenção a todos os bispos presentes. As atividades alusivas à sacração sacerdotal de Dom Luís foram registradas por fotos, e nos ajudam a visualizar o cenário composto pelos agentes.

¹⁷⁸ APEES/DOPS. Serie Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 92. Anexo. s/d.

¹⁷⁹ APEES/DOPS. Serie Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 90. *Informação Nº 549 – S/2 – 77.* 23 de junho de 1978.

¹⁸⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê sobre Eventos Religiosos. Fl. 08. *Informação 674 - S/2 – 1975.* Segundo anexos da DOPS/ES na ocasião também estariam presentes em Vitória, Dom Aldo de São Mateus, Dom José Maria Pires, bispo da Paraíba, Dom João Rezende, arcebispo de Belo Horizonte Dom Silvestre, que na época era bispo de Araguaí, Dom Quirino, bispo de Teófilo Otoni, Dom Eduardo Kaioak, bispo do rio de Janeiro, Dom Jorge, bispo de pato de Minas, Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda – RJ, Dom Edmilson, bispo auxiliar de Fortaleza representando o presidente da CNBB e padre Virgílio Uchôa, representando Dom Ivo Loriceder, secretário geral da CNBB e outros. APEES/DOPS. Dossiê Eventos Religiosos. Fl. 04. Anexos. s/d.



FOTOGRAFIA 1 – Missa festiva - dia 05 de dezembro de 1975. Fundo: APEES/DOPS.¹⁸¹

A foto refere-se à celebração realizada na Catedral de Vitória em intenção aos bispos presentes para as festividades de 25 anos de sagração sacerdotal de Dom Luís Gonzaga Fernandes. Da direita para a esquerda temos Dom João Batista da Motta e Albuquerque e Dom Luis Gonzaga Fernandes.

No dia 06, teria acontecido na Igreja de Cobilândia a celebração diaconal de Antônio Rocha de Araújo, o Toninho, como era conhecido. Toninho era animador de comunidade há cerca de oito anos.¹⁸² Fotos presentes nos arquivos da DOPS/ES destacam os membros do clero presentes nestas duas atividades.

¹⁸¹ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Missa festiva - dia 05 de dezembro de 1975**, Vitória, 1975.

¹⁸² Ibidem. Fl. 04-06.



FOTOGRAFIA 2: Clero em dia de ordenação diaconal. Fundo: APEES/DOPS.¹⁸³



FOTOGRAFIA 3: Ordenação de Antônio Rocha de Araújo. Fundo: APEES/DOPS.¹⁸⁴

¹⁸³ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Clero em dia de ordenação diaconal**, Vitória-ES, 1975.

¹⁸⁴ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Ordenação de Antônio Rocha de Araújo**, Vitória-ES, 1975.

As fotos 2 e 3 referem-se ao dia da ordenação diaconal de Antônio Rocha na Igreja de Nossa Senhora Aparecida em Cobilândia. Identificamos na foto 2: ao centro Dom Luis Gonzaga Fernandes e ao seu lado esquerdo, Dom João Batista da Motta e Albuquerque. Na terceira foto, vemos a presença de Antônio em meio aos outros membros do clero.¹⁸⁵



FOTOGRAFIA 4: Ritual de ordenação. Fundo: APEES/ DOPS.¹⁸⁶

Na foto acima temos um registro dos rituais de ordenação conduzidos por Dom Luís Gonzaga Fernandes e Dom João Batista. Na ocasião, o sermão feito pelo bispo auxiliar Dom Luís mais uma vez levou os presentes a refletir sobre questões sociais. O bispo teria aproveitado a oportunidade para dizer que o trabalho que vinha sendo realizado na arquidiocese, ao contrário do que poderiam pensar alguns, não se tratava de subversão, mas uma questão de ordem espiritual.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Observamos nas fotos 2 e 4 a existência de pequenos traços por cima de alguns religiosos. Esses pequenos sinais apontando alguns dos presentes ilustram a necessidade dos órgãos de segurança em identificar quem eram os membros do clero que participavam do encontro, bem como suas atuações no mesmo. Embora se perceba essa sinalização, não encontramos escritos presentes nos arquivos pesquisados sobre essa atividade que especificassem cada um dos indicados.

¹⁸⁶ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Ritual de ordenação**, Vitória-ES, 1975.

¹⁸⁷ Ibidem. Fl. 05.

No dia 07, a celebração em homenagem aos 25 anos de sagração sacerdotal de Dom Luís Gonzaga Fernandes teria sido realizada no Ginásio do Serviço Social do Comércio (SESC) em Vitória. Segundo os dados colhidos pelos agentes da DOPS, não houve a participação esperada das comunidades eclesiais de base no evento.



FOTOGRAFIAS 05 e 06: Visão geral do evento. (Missa em homenagem aos 25 anos de sagração sacerdotal de Dom Luís Gonzaga Fernandes). Fundo: APEES/DOPS.¹⁸⁸

¹⁸⁸ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Visão geral do evento**, Vitória-ES, 1975.

Dentre os leigos identificados no relatório sobre o dia da celebração em homenagem aos 25 anos de sacerdócio de Dom Luís, teve destaque a figura de Cláudio Vereza, que naquela época participava da redação do Serviço Interno da Arquidiocese de Vitória (SIDAV). Vereza teria se manifestado, criticando a falta de animação do povo nos trabalhos da comunidade. Embora não conseguíssemos identificar nas fotos, o relatório destaca que também foram observadas pelos agentes a presença dos irmãos de Taizé e de políticos do MDB como o deputado estadual Max Mauro e do vereador de Vitória Arnaldo Pratti.¹⁸⁹

2.2 CEBs SOB O OLHAR DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) floresceram em diversas regiões do continente latino-americano, se consolidando como modelo de Igreja principalmente após a conferência episcopal de Medellín em 1968. A historiadora Ana Maria Doimo, ressalta que as CEBs concebidas pela Igreja Latina foram uma reelaboração de uma proposta conciliar do Vaticano II.¹⁹⁰

Veja-se, por exemplo, que a ideia de se criarem comunidades eclesiais de base não é tão latino-americana assim, como se acostumou a pensar. Na verdade, elas já haviam sido mencionadas pela primeira vez durante o concílio Vaticano II, no número 15 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, enquanto possibilidade de ampliação dos laços da Igreja Católica com os cristãos não católicos, isto é, enquanto pré- disposição ao ecumenismo. Certo é que a ideia foi logo apropriada e reelaborada pelos então emergentes “setores progressistas” latino americanos, de sorte a imprimir-lhes outra feição, o que efetivamente se consolidou a partir da II Assembleia Geral do Episcopado Latino-americano de Medellín, em 1968.¹⁹¹

A proposta conciliar de criação de comunidades eclesiais mais abertas foi interpretada à luz do contexto social latino-americano, e essa interpretação se deu tendo como base a teologia que estava sendo gestada nos países subdesenvolvidos tendo assim, características bem particulares. A CNBB elaborou em consonância com o Concílio Vaticano II, o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970), que tinham por objetivo dinamizar o trabalho pastoral no Brasil tendo em vista a extensão do território, a densidade demográfica e as

¹⁸⁹ Ibidem. Fl. 06.

¹⁹⁰ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro. ANPOCS: 1995. p. 85

¹⁹¹ Ibidem.

condições especiais da igreja no Brasil.¹⁹² Pode-se evidenciar que por conta do contexto político latino-americano, nem mesmo na Europa, continente onde ocorreu o concílio, as inovações do mesmo tenham sido tão significativas.¹⁹³

Uma observação relevante quanto à proposta de criação das CEBs que estavam se formando na América Latina, podem ser encontradas em um documento datado de fevereiro de 1975, presente no dossiê sobre a movimentação do clero. Anexos referentes à um estudo do centro informativo de Belo Horizonte – MG, dão esclarecimentos sobre um encontro que teria acontecido em 1971 com representantes de diversos países que se reuniram na Costa Rica para discutir “estratégias de libertação pela não violência”. O documento também descreve outro encontro, com as mesmas propostas do anterior, que teria acontecido no ano de 1974 em Medellín. Nesse encontro, se reuniram representantes de países da América Latina, dos Estados Unidos e da Índia.¹⁹⁴ Nas resoluções do encontro de Medellín de 1974, as CEBs se destacavam como a melhor estratégia da Igreja para a revolução social que deveria ser efetivada.¹⁹⁵

“[...] Durante a última década, a maioria das alternativas de reforma ou de revolução fracassaram. Os revolucionários são combatidos não somente pela lei, mas também por grupos desordados, isto é que não receberam sua parcela de poder no interior do próprio movimento revolucionário. Estão neste caso as mulheres, as quais não foi atribuído o papel de dirigente. Também não foram tolerados aqueles que, de meia idade, pretenderam participar dos movimentos de juventude. Muitos consideram a comunidade como agente de mudança social, capaz de formular hipóteses de solução para os problemas que não foram resolvidos por meio de ataques diretos e em grande escala. O fator mais importante para entender o fervor daqueles que fundam as comunidades eclesiais de base, consiste em que não existe nenhuma outra possibilidade que possa servir de modelo. As outras estruturas não funcionam. Fomos incapazes de criar estruturas totalmente novas que respondessem as necessidades fundamentais”.¹⁹⁶

Percebe-se com a descrição acima que setores da Igreja além de discutir sobre as demais formas de atuação da sociedade civil, concebem como necessária uma intervenção no contexto repressor por meio das CEBs. Durante o período de

¹⁹² LEORATO, Massimiliano . **CEBS: gente que se faz gente na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 22

¹⁹³ Mainwaring, 2004, p. 63.

¹⁹⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 05. Fl. 190 e 191. *Informativo nº 155/75. Anexo: Documento de estudo Nº 15*. Fevereiro de 1975.

¹⁹⁵ Ibidem. Fl. 199.

¹⁹⁶ Ibidem. Fl. 201. No exemplar do documento de estudo de Belo Horizonte apreendido há uma indicação de que o texto refere-se a Jaqueline Scherer socióloga inglesa que apresentou em Louvaina, 1971, uma conferência intitulada “Alguns paradoxos das comunidades contemporâneas” publicada em comunidades de base, Ed. Vozes-Ceris, da qual teriam sido extraídas as tais palavras.

repressão, muitas informações e reflexões só chegavam até alguns fiéis pela via eclesial. Nesse contexto, a Igreja de Vitória, em consonância com diversas dioceses do Brasil, se caracterizava por ser um espaço que levava até os fiéis relatos sobre a difícil situação em que se encontrava a sociedade civil e a Igreja.

Assim, as tentativas de estruturar as pastorais sociais, deram ao Espírito Santo um lugar de destaque a nível nacional, por ser uma Igreja que primava pela organização eclesial de leigos e comunidades de base. Tanto que Vitória sediou o Primeiro Encontro Intereclesial de CEBs, que aconteceu no estado no ano de 1975 com o tema: *Uma igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus* e objetivava partilhar as experiências e expectativas de uma Igreja que se consolidava nas comunidades de base.

A ideia de que “só o povo salvaria o povo”, na verdade, expressava toda uma proposta de Igreja popular que vinha sendo construída desde o início da formação das comunidades eclesiais de base no estado e no Brasil, no final da década de 1960. As reflexões de Dussel nos auxiliam na identificação das características específicas que a terminologia “povo” passava a ter em meio aos cristãos da época. Não se tratava mais de generalizar a palavra povo de forma a abranger todas as camadas da sociedade.

[...] Parece que “povo” não pode ser constituído como categoria. Cair-se-ia necessariamente num manuseio populista. O “pobre” solitário, isolado, é uma abstração. Sempre está em grupo, em comunidade, socialmente, concretamente, historicamente. O “povo” é justamente o conceito comunitário ou coletivo de “pobre”. Por isso o conceito tem conteúdos análogos ao de pobre [...].¹⁹⁷

Sendo assim, na lógica da teologia latina que emergiu nos anos 1960, o sentido da palavra *pobre* também havia mudado de foco. Não se tratava de uma Igreja que tomaria para si as funções que deveriam ser executadas pelo poder público, mas uma Igreja que, se apoderando da teológica opção preferencial pelos pobres, faria com que estes buscassem alternativas diversas para protagonizar a busca por soluções. A pobreza dos pobres no discurso da libertação era fruto e manifestação

¹⁹⁷DUSSEL, Enrique. Hipóteses Fundamentais para a História da Igreja na América Latina. In: CEHILA. **Para uma História da Igreja na América Latina**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. p. 53

do pecado e, portanto, algo que deveria ser combatido e combatido em comunidade.

¹⁹⁸

O contexto onde se desenvolveram as CEBs no estado remonta a uma economia agroexportadora que tinha como base a produção de cafezais nas pequenas e médias propriedades e que não contava com o auxílio de técnicas avançadas em sua estrutura de produção. Até o final da década de 1960, a população do estado era predominantemente rural e, mesmo a capital Vitória, com aproximadamente 14% da população do estado ainda era uma cidade pequena. Essa situação só mudou com a migração rural para a cidade após a erradicação dos cafezais. Essa medida inaugurou o início de uma nova fase econômica no estado.¹⁹⁹

Até então, Vitória era uma cidade de matrizes e paróquias. Ao contrário do interior, na capital, no final dessa década, ainda não havia sido iniciado a formação eclesial por meios de CEBs.²⁰⁰ Sob a coordenação do arcebispo Dom João e de seu auxiliar, o bispo Dom Luis, que retornaram do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) com novas expectativas pastorais, a arquidiocese de Vitória, já no final da década de 1960, começou a experimentar uma tentativa de organização pastoral, que privilegiava a criação de CEBs e grupos de reflexão para leigos.

Em 1964, o estado era administrado por Francisco Lacerda de Aguiar da *Coligação Democrática* (1963-1966).²⁰¹ A ação de seu governo não foi interrompida imediatamente, no entanto, à medida que se organizavam os novos parâmetros econômicos e políticos do país, a ação política em andamento no estado passou a ser desestabilizada. Neste sentido, o Plano de industrialização rural, proposto no Governo de Lacerda de Aguiar, não atendia aos interesses das forças políticas regionais que advogavam a industrialização como refúgio para as questões de desenvolvimento do estado. Lacerda de Aguiar foi levado a renunciar no ano de 1966, assumindo em seu lugar o vice-governador Rubens Rangel.

¹⁹⁸ BARREIRO, Álvaro. **As comunidades eclesiais de base e evangelização dos pobres**. São Paulo: Loyola, 1977. p. 68-69.

¹⁹⁹ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Porto de Vitória: Expansão e Modernização** (1950-1993). Vitória: Codesa, 1994. p. 52 a 57.

²⁰⁰ DANIEL, Sandra. 2006, p. 29.

²⁰¹ Entre os anos de 1945 e 1965, o Partido Social Democrático (PSD) abrigava as principais lideranças políticas do estado do espírito Santo. A partir de 1947, no entanto, foram ocorrendo divisões dentro do partido e surgindo novas agremiações partidárias no estado como PR, PRP, PTB, UDN, PDC que juntos formavam a Coligação Democrática.

Ao chegar ao estado em 1966, o bispo Dom Luís foi enviado para um trabalho pastoral com as comunidades da cidade de Colatina, noroeste do estado, onde trabalhou em um pequeno projeto que desabrochou nas comunidades eclesiais de base. Segundo declarações do bispo auxiliar, quando começou a trabalhar com as capelas rurais das colônias italianas no interior da cidade, ainda não tinha estruturada a ideia de comunidade eclesial de base, apesar de trazer do concílio um projeto comunitário e participativo.²⁰² Cabe ressaltar, contudo, que esse modelo eclesial germinava também em outras regiões do Brasil.

No campo político Cristhiano Dias Lopes Filho (1967- 1971) foi eleito pela Assembleia Legislativa no ano de 1967 e deu início a um amplo programa de reformas e de desenvolvimento com o objetivo de recuperar a economia capixaba que havia sido fortemente abalada pela crise gerada pela erradicação dos cafezais realizada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC).²⁰³ A proposta era agir em torno de um projeto de desenvolvimento que fosse capaz de gerar benefícios junto às esferas nacionais e internacionais. Com o mesmo objetivo, os governos de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), do Partido Social Democrático (PSD) e Élcio Álvares também do PSD (1975- 1979), trataram de sintonizar os projetos industriais do estado ao projeto desenvolvimentista característico do regime político vigente.

Até meados da década de 1970, a expansão industrial do estado se dava por conta de capitais locais e de beneficiamentos fiscais. A partir do ano de 1975, uma exorbitante quantidade de migrantes chegou a região da grande Vitória atraídos pelos grandes projetos industriais. Esses projetos eram integrados ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e se efetivaram com capitais privados, estrangeiros e nacionais.

Essa proposta de desenvolvimento priorizava regiões menos desenvolvidas e tinha por objetivo incentivar indústrias de beneficiamento e exportações de produtos de interesse nacional. Com essa plataforma, o Espírito Santo se englobou na rota de desenvolvimento nacional. Fora instaladas a Companhia Siderúrgica Tubarão (CST),

²⁰² FERNANDES, Dom Luís Gonzaga. DANIEL, Sandra. 2006. op. cit. p. 26. Entrevista publicada na revista Memória e Caminhada.

²⁰³ Cristhiano Dias Lopes Filho foi o primeiro de quatro governadores eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa no período da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964. Dando sequência foram eleitos indiretamente pela ARENA (PSD), os governadores Arthur Carlos Gerhardt Santos, Élcio Álvares e Eurico Rezende.

hoje denominada Arcelor Mittal Tubarão (AMT), ampliado o complexo do porto de Tubarão, e a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) teve sua produção diversificada.²⁰⁴ Com a migração rural, ocorreu um desequilíbrio nas regiões do Espírito Santo. As áreas urbanas apresentaram acelerado crescimento, enquanto as regiões do interior esvaziavam. A Grande Vitória sofreu uma ocupação desordenada e a comunidade urbana foi crescendo com os traços religiosos trazidos pelos migrantes.²⁰⁵

Eurico Rezende (1979-1982) governou o estado em pleno processo de abertura política. Neste contexto, o desenvolvimento operacionalizado pelos “Grandes projetos Industriais” começou a desacelerar, o que não significa que o processo de desenvolvimento no estado tenha sido interrompido. Gerson Camata assumiu o governo no ano de 1983 e foi o primeiro governador eleito do Espírito Santo depois da imposição da Ditadura Civil-Militar de 1964.

Em meio ao contexto político das décadas de 1970 e 1980, a Igreja de Vitória organizou instrumentos de protagonismo leigo que motivava discussões sociais em meio aos segmentos pastorais. Diante da necessidade de se organizar uma Igreja de base popular, em 1973 foi criado na arquidiocese o Conselho Pastoral da Arquidiocese de Vitória (COPAV), que tinha como presidente, o então arcebispo D. João Batista da Motta e Albuquerque. O conselho tinha caráter consultivo e deliberativo e era composto por leigos do interior e da periferia, religiosas, coordenadores dos setores, coordenador geral de pastoral, casais e alguns assessores. O conselho dispunha de grande importância para o assessoramento das decisões pastorais, direcionamento e execução de diretrizes, prioridades pastorais e avaliações.

Em sintonia com a Igreja do Brasil que se caracterizava como uma forte opositora ao regime antidemocrático, as pastorais sociais do Estado na década de 1970, de forma especial a Juventude Operária Católica (JOC), a Pastoral Operária (PO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram a base de trabalhadores que não tinham como se expressar. A Pastoral Operária surgiu na arquidiocese no ano de 1974 e estendeu seus trabalhos as demais dioceses do Espírito Santo, com o intuito de

²⁰⁴ FRANCO. Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. A república e o Espírito Santo. Vitória: Multiplicidade, 2003, p. 42.

²⁰⁵ DANIEL, Sandra. 2005. p. 63.

levar reflexões de cunho transformador para o mundo operário. A Pastoral Operária juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, que iniciou seus trabalhos no estado também em meados da década de 1970, faziam um trabalho de base com trabalhadores dos setores urbano e rural, despertando a consciência política nos mesmos.

Em 1974, a arquidiocese lançou um documento chamado “Pistas Pastorais”, elaborado pelo COPAV, no entanto essas pistas não tinham linguagem popular. Posteriormente, com a ajuda de Frei Betto, esse documento foi traduzido para uma linguagem mais acessível. O bispo auxiliar da Arquidiocese de Vitória percebeu a necessidade de oferecer às CEBs assessoria política qualificada.

Foi a partir da segunda metade da década de 1970, em meio à intensificação da população urbana e início das CEBs no estado, que os órgãos de segurança passaram a intensificar a vigilância sobre entidades e movimentos de contestação. Por causa da tortura que se legitimava como base do regime civil militar, a Igreja, e de forma específica a Igreja capixaba, passou a fomentar grupos de reflexão que questionavam a legitimidade governamental. Mesmo com o processo de distensão política iniciado em 1974, se percebe claramente que os militares sentiam-se ameaçados politicamente com as atividades e eventos como os que aconteciam sob a coordenação da arquidiocese de Vitória e da diocese de São Mateus.

Como foi dito anteriormente, no ano de 1975, Vitória sediou o primeiro intereclesial de CEBS. O encontro tinha como proposta ser uma partilha das diversas experiências pastorais que estavam surgindo no Brasil. Como tarefa preparatória para o encontro de 1975, a pedido de Dom Luís, representantes de diversas dioceses prepararam um relatório contendo informações sobre a vida pastoral das comunidades que cresciam sobre os anseios do novo jeito de ser Igreja.

Sobre a Igreja do Espírito Santo, os relatórios apresentados traziam em destaque comunidades que se organizavam na arquidiocese de Vitória e também na diocese de São Mateus. Como já foi dito, as CEBs na arquidiocese, surgiram inicialmente nas paróquias do interior de Colatina. O Relatório sobre a realidade sócio-religiosa aponta para essa região no ano de 1975 as seguintes características:

[...] Espalhadas nas áreas desta paróquia estão 33 comunidades de base – antigas capelas – tipicamente formadas por lavradores, na maioria meeiros, e quando muito pequenos proprietários [...] A situação original dessa área onde existem as comunidades, correspondia exatamente ao modelo de catolicismo importado, de cristandade de feitiço italiano, estacionária senão decadente [...] ²⁰⁶.

A ação pós-conciliar nas dioceses de São Mateus e arquidiocese de Vitória no Espírito Santo nos anos de 1966 a 1969 converteu-se em uma análise crítica da realidade e funcionamento das paróquias e na opção eclesial de uma “Igreja-povo”. Para essas reflexões, foram criados os concilinhos com linguagem popular. Eles tinham por objetivo passar as ideias-chaves do concílio. ²⁰⁷

Diferentemente das reflexões do noroeste do estado, a paróquia de Itarana apresentava em seu relatório enviado para o encontro de CEBs de 1975, a realidade de comunidades que, apesar dos esforços do pároco Álvaro Regazzi em incentivar uma Igreja mais viva, ainda viviam sob o aspecto de uma Igreja sacramental e “infantil”. As comunidades eram formadas basicamente por imigrantes alemães e italianos. Segundo o relatório, a estrutura da comunidade estava formada, mas a Igreja viva ainda não era uma realidade. ²⁰⁸ O relatório assinado pelo padre Álvaro Regazzi em 1974 destacava que mesmo após anos de trabalho, muitos dos que não haviam aderido ao novo movimento nas CEBs, passaram a ter ódio do padre e dos líderes das comunidades. Em contrapartida, o relatório destacava como atenuante a falta de sacerdotes e a forma paternalista como agiam alguns padres. ²⁰⁹

A realidade apresentada sobre as comunidades rurais de Linhares fazia referência a quarenta comunidades que possuíam um grupo étnico diferente das outras comunidades citadas anteriormente. Composta por índios, negros, italianos e alemães, havia uma grande heterogeneidade de culturas. Negros e índios sofriam forte influência do folclore de religiões de matriz africana, apesar de mais de 80% se

²⁰⁶ COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: **Uma Igreja que nasce do povo**: Comunidades eclesiais de base. Encontro de Vitória, ES. Petrópolis: Vozes, 1975, p.13.

²⁰⁷ DANIEL, Sandra. 2005. op. cit., p. 57

²⁰⁸ Ibidem, p. 37. As dificuldades apresentadas no relatório sobre a paróquia de Itarana revelavam a realidade eclesial não só da Igreja do Espírito Santo, como também de muitas outras dioceses do país. Apesar dos ecos do concílio, cabe ressaltar que nem mesmo na arquidiocese de Vitória e na diocese de São Mateus toda a hierarquia da Igreja e nem todos os fiéis estavam abertos a mudanças. (37). Em observação quanto à paróquia de Itarana, o padre Adwalter em seu livro sobre a História da Igreja Católica, ressaltou que as CEBs teriam sido implantadas a força pelo padre Regazzi e que por conta disso havia comunidades na paróquia muito divididas. CARNIELLI, 2006. op. cit., p. 387.

²⁰⁹ Comunidades Eclesiais de base: **Uma Igreja que nasce do povo**. Encontro de Vitória, ES. Petrópolis, 1975. p. 38 a 43.

manifestarem como católicos. Quanto aos italianos presentes em Linhares, estes maciçamente católicos e tradicionais, demonstravam a religiosidade tradicional de seus pais, sendo bem diferentes da Igreja que se formava, e completamente opostos a qualquer novidade eclesial. Aos alemães, o relatório eclesial destacou a boa estrutura econômica e o pouco índice de analfabetos, além de ressaltar que entre os de influência alemã, 40% professavam a religião luterana.²¹⁰

Um pequeno relatório sobre a vivência da comunidade da Ressurreição em Vitória chamava a atenção por ser o único sobre uma vivência comunitária diferente dos moldes tradicionais dentro da capital. As comunidades que ficavam na região de Goiabeiras, Sólton Borges, Jardim da Penha, Jardim Camburi, Fátima e Carapina formavam um grupo de comunidades que não possuía sede, as comunidades eram iguais no sentido de que não havia matriz e eram autônomas.²¹¹

Quanto às dificuldades, o relatório destacava a falta de compromisso por parte dos membros, pouca conscientização política, tendência a se apoiar em verbas vindas de fora da comunidade, autoritarismo de alguns líderes e deficiências pastorais por parte de padres, leigos e religiosos.²¹² No entanto, de forma geral, pode-se dizer que os grupos comunitários demonstravam estar abertos as renovações e havia influência dos membros das comunidades nas associações de bairro.²¹³

Dom Aldo Gerna, Bispo de São Mateus apresentou no relatório a realidade rural das comunidades de sua diocese. Segundo ele, na maioria das comunidades existia uma liderança comprometida e responsável. Em 1972, Dom Aldo destacou a capacidade das comunidades se unirem no intuito de escolher seus representantes e por conta desse trabalho, pela primeira vez na história de São Mateus, os representantes da zona rural superaram os da cidade. Dentre as dificuldades destacadas, o bispo ressaltou o êxodo rural devido à falta de estruturas, a pressão latifundiária e as companhias de reflorestamento. Outro fator negativo, segundo o bispo, era a presença de sindicatos assistencialistas e paternalistas que se caracterizavam como uma manobra da oligarquia dominante.²¹⁴ As classes mais

²¹⁰ Ibidem, p. 45.

²¹¹ Ibidem, p. 106 e 107

²¹² Ibidem, p. 110

²¹³ Ibidem, p. 109.

²¹⁴ Ibidem, p. 57 e 58.

humildes são as que aderiam a este tipo de comunidade e as classes mais ricas não concebem com aceitação a ideia de se misturar com os pobres na Igreja. Apesar dos impasses, o bispo acreditava que essas pequenas comunidades eram o caminho para a verdadeira evangelização e em contrapartida pensava ser necessário um novo tipo de ministério sacerdotal com o intuito de atender às demandas que nasciam dentro das comunidades.

Os anseios e preocupações das comunidades eclesiais do Espírito Santo expressas nos relatórios preparatórios para o Encontro de 1975 em Vitória descrevem, de forma geral, a definição de CEB apresentada pelo brasilianista Mainwaring. Ele destaca que, apesar de influenciada pela esquerda católica que lhe antecedeu, as CEBs unem a religiosidade tradicional a uma mensagem política progressista, e, dado à maior proximidade com a Igreja institucional, rompimentos maiores entre a hierarquia e a base não se faziam comuns. Ele ainda argumenta que as CEBs se consolidavam como um movimento de massa. Nesse sentido, o nível de envolvimento político poderia variar, não sendo uma conscientização política elevada, pré-requisito para a participação nas comunidades.²¹⁵

As conclusões de Libâneo quanto à “política” presente nas comunidades, destacam que este “ainda era o nível mais fraco das CEBs”, levando em consideração, contudo, ser o político o “último estágio de evolução da consciência”.²¹⁶ As reuniões dos grupos nas comunidades eclesiais no Espírito Santo passaram a levantar questionamentos que até então não estavam integrados às questões tradicionais levantadas pela Igreja. Tudo era assunto para ser discutido no grupo. As celebrações dominicais se tornaram momentos onde se celebravam as tristezas e alegrias, os fracassos e triunfos da vida. Havia uma forma litúrgica de celebrar que deveria valorizar elementos da terra e da cultura dos membros da comunidade.²¹⁷

Em consonância com o que acontecia no país, todo esse levantamento sobre as características de algumas das CEBs no Espírito Santo evidenciam uma nova face na cultura política do estado. Ainda sobre o envolvimento político nas CEBs, o brasilianista Mainwaring aponta outra importante característica:

²¹⁵ MAINWARING, op. cit., 162 e 163.

²¹⁶ LIBÂNEO, J. B. apud BOFF, Clodovis. **Comunidade Eclesial. Comunidade Política**. Ensaios de eclesiologia política. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 1978. p.75.

²¹⁷ COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, 1975, p. 48.

Apesar da limitada consciência política da maior parte de seus membros, as CEBs representam uma novidade na cultura política brasileira. A maior parte das organizações populares no período pré-1964 estava intimamente ligada ao Estado e, em última instância sujeita ao controle deste. Em contraste, as CEBs são autônomas em relação ao Estado e aos partidos políticos. [...] Durante os anos mais repressivos, essa autonomia fez com que se tornassem difíceis de serem controladas [...].²¹⁸

Essa peculiaridade das comunidades eclesiais, característica do novo formato de cultura política descrito pelo autor, também foi percebida pelos órgãos de repressão no estado. O encontro sobre a “Igreja que nasce do povo” no Espírito Santo foi o primeiro de sucessivos encontros de CEBs que aconteceram no país. Toda a movimentação em torno do encontro despertou o interesse dos oficiais da DOPS/ES que viam na grande organização da Igreja uma possibilidade de ação subversiva. Segundo Sandra Daniel, o intereclesial contou com cerca de 70 pessoas entre bispos, padres e outros religiosos e os leigos só começaram a participar à partir do segundo encontro de CEBs que aconteceu em 1976 também na arquidiocese de Vitória.²¹⁹

Oficialmente arquivado, o Pedido de Busca da DOPS de número 35/75 apresenta informações sobre o encontro e afirma que se realizou em Vitória nos dias 6, 7 e 8 de Janeiro de 1975 uma reunião presidida pelo então bispo Dom João e seu bispo auxiliar Dom Luís.²²⁰

O documento descreve que o objetivo principal do encontro era delinear o perfil e descobrir caracteres futuros da Igreja nova que nascia do meio do povo.²²¹ O documento também traz uma cópia em anexo de um exemplar do boletim do SIDAV de número 22 de janeiro de 1975. O boletim apresenta informações gerais sobre o encontro e ressalta a importância das experiências advindas dos grupos de

²¹⁸ Maiwaring. op. cit., p. 200.

²¹⁹ DANIEL, Sandra. 2006, p. 37.

²²⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. *Informação nº 35 e 68/75*. 07 de março de 1975. O documento destaca a presença dos seguintes religiosos: Dom Aldo - bispo de São Mateus; Dom Jose Moura Pires - bispo de João Pessoa; Dom Valdir Calheiros - bispo de Volta Redonda; D. Tomás Balduino de Goiás - Dom Moacir bispo de Rio Branco; Frei Leonardo Boff; Mons. Gerard. Cambrom; Frei Carlos Mesters; Mons. Marcelo Carvalheria e Pe. Eduardo Coornaert. Ressalta que além do sociólogo canadense Thomas Brundeau, que veio como convidado especial, estiveram presentes muitos padres, religiosos, religiosas e leigos representando as dioceses de Caxias do Sul, Jales, Olinda, Recife, Volta Redonda, João Pessoa, São Luís do Maranhão, Goiás, Rio Branco, São Mateus, Crateús e Campina Grande. Ibidem.

²²¹ Ibidem.

comunidades eclesiais de base.²²² No relatório do encontro proposto no boletim do SIDAV, apreendido pela DOPS/ES, aparecem destacados trechos que sugerem que na comunidade de base, a palavra de Deus havia deixado de ser monopólio do clero para tornar-se propriedade coletiva, e que por conta dessa reflexão, nasceria delas maior espírito crítico e se descobriria a opção política da dimensão cristã. Quanto aos problemas, o boletim destaca que os participantes do encontro concluíram que as CEBs estão situadas em áreas marginais e que é preciso encontrar uma pedagogia de ação que evite, por parte do clero, qualquer atitude que não signifique um respeito à cultura popular.²²³

O relatório presente no boletim aponta que no segundo dia de encontro, o frei Leonardo Boff teria feito uma exposição sobre os modelos de Igreja subjacentes ao processo de renovação. Quanto à linha política, a conclusão apresentada no boletim asseverou que a Igreja deveria participar na luta de libertação do povo, de modo que ele mesmo pudesse descobrir as causas de sua opressão. Propunha-se, desse modo, uma sociedade sem barreiras e que se eliminem os privilégios e o monopólio dos meios de produção e dos serviços e equipamentos coletivos, colocados nas mãos de uma minoria.²²⁴

Nas resoluções finais apresentadas no boletim apreendido, definiu-se que esse tipo de encontro de nível nacional deveria ter continuidade com representação das bases, acrescentando aos peritos em teologia, Bíblia e pastoral uma assessoria em economia e ciências políticas. Outra resolução foi que o encontro deveria ser divulgado, cabendo à arquidiocese de Vitória a organização do próximo evento.

Segundo Sandra Daniel, durante o segundo intereclesial de CEBs que aconteceu entre 29 de julho e 1º de agosto de 1976 também na arquidiocese de Vitória, os participantes notaram a presença de policiais que tentavam gravar o que era dito nas reuniões. Durante o encontro um grupo de bispos teria se dirigido a Polícia Federal com o objetivo de cessar a vigilância dos agentes. Como após a intervenção

²²²APEES/DOPS. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 12. *SIDAV*. 22 de janeiro de 1975. No período ditatorial, os bispos Dom João Batista e Dom Luis foram os responsáveis pela criação do Serviço Interno da Arquidiocese de Vitória (SIDAV), ferramenta de caráter sigiloso, que apresentava dados e informações sobre a repressão e sobre os principais fatos importantes da vida eclesial.

²²³APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 13. *SIDAV*. 22 de janeiro de 1975.

²²⁴Ibidem. Fl. 14.

dos bispos as autoridades exigiram um relatório com os nomes de todos os participantes, conforme Ir. Heloisa Maria Rodrigues da Cunha teria sido entregue aos agentes uma lista com alguns nomes inventados.²²⁵

[...] Nós só mantivemos os nomes inteiros de bispos e assessores. Todos os nomes do pessoal da base a gente inventava; [...] Botamos a lista de nomes fictícios e os relatórios antigos de encontros de catequese da Arquidiocese e Dom Luís se encarregou de passar isso para a Polícia Federal.²²⁶

Os anexos colhidos para compor as percepções dos agentes quanto ao primeiro encontro de CEBs e o relato de militantes que participaram do segundo encontro no estado, nos ajudam a compreender a importância deste segmento que, apesar de não ter sido desenvolvido por todos os setores da Igreja, mudou a face do catolicismo no Brasil, propondo, dentro de um contexto de repressão, uma nova forma de cultura política. Os documentos nos ajudam a conceber a ideia de que o emergente engajamento político dentro das CEBs, apesar de toda a influência do contexto e dos conceitos ligados ao socialismo, tinha no novo modo de interpretação do evangelho, à luz da teologia da libertação, a sustentabilidade para sua ação dentro e fora das comunidades eclesiais.

2.3 VIGILÂNCIA TAMBÉM AO NORTE DO ESTADO

Os documentos da DOPS/ES presentes no APEES atestam que a repressão sofrida por militantes católicos não ocorreu apenas na Grande Vitória e não foi exclusividade de membros do alto clero da Igreja. Com a proposta de CEBs que evidenciava a figura do leigo e sua organização, também outros atores, até então anônimos passaram a ser alvo da vigilância repressiva. Um informativo presente na DOPS/ES datado de 03 de novembro de 1971 apresentava informações sobre Amélia Ferreira Rosa, sobre o então padre Ozório Lopes Soares e Dom João Batista da Motta e Albuquerque. O relatório destacava que Amélia e Ozório estariam realizando atitudes “subversivas” no município de Colatina, norte do estado.²²⁷

²²⁵ DANIEL, Sandra. 2006, p. 39-40.

²²⁶ CUNHA, Irmã Heloisa Maria Rodrigues da. DANIEL, Sandra. 2006, p. 40 e 41. Entrevista - revista Memória e Caminhada 2002. Não encontramos em meio aos documentos da DOPS, relatórios ou anexos referentes à lista de participantes do II Intereclesial que aconteceu em Vitória no ano de 1976.

²²⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 05. Fl. 05. Informativo DOPS/ES. 03 de novembro de 1971. O seguinte documento é uma resposta ao pedido de busca 86/71 que até o encerramento da pesquisa ainda não havia sido encontrado nos arquivos da DOPS/ES.

Os relatórios apreendidos apresentam um episódio da história desses dois militantes sobre a ótica dos militares. Quanto a Ir. Amélia ²²⁸, as informações presentes no informativo de 03/11/71, asseguram que ela era natural de Catalão – GO e estaria, juntamente com Renato de Castro Gama²²⁹ e Carlos José Sobreira, promovendo reuniões de fundo subversivo e doutrinação de jovens. Segundo o relato dos oficiais, Amélia era uma irmã que vinha de Brasília, e a cerca de um ano estaria coordenando o movimento comunitário no bairro São Vicente, município de Colatina.²³⁰

Consta no relatório da diligência realizada na cidade que, na residência de Amélia, foram encontrados diversos tipos de materiais de cunho marxista, alusivos ao pensamento do líder guerrilheiro Carlos Marighela e outros, que dentre outras questões, refletiam sobre o contexto latino-americano de subdesenvolvimento. Foram encontradas também, cartas que lhe foram enviadas por Dom Luís e pelo padre holandês João Alberto que fora expulso do Brasil.²³¹

Todo o material teria sido apreendido e enviado para a sede da Polícia Federal, juntamente com a Irmã Amélia, Renato Gama e outro militante chamado Antônio Bertollo que também se encontrava no local. Os agentes destacam que, em depoimento, Amélia teria declarado ser amiga do Pe. João Alberto, holandês expulso do país por participar do movimento estudantil e ainda teria revelado que ofereceu abrigo aos estudantes envolvidos em atividades em Brasília. Segundo os relatórios, Amélia teceu críticas aos governos militares ressaltando que “[...] a revolução de 1964 não atingiu em cheio os ideais do povo brasileiro e que uma nação só se constrói com trabalho e justiça o que não vem sendo realizado em nosso país [...]”, teria destacado ainda que sempre foi simpatizante dos trabalhos da

²²⁸ Segundo Ozório Lopes que também atuava em Colatina, dentre várias outras atividades, Ir. Amélia atuava na alfabetização de jovens e adultos seguindo a proposta de Paulo Freire. Entrevista concedida em junho de 2013 à Eriaine Ribeiro da Silva.

²²⁹ Renato Gama foi militante na Igreja Católica desde o início da década de 1970. Participou ativamente dos trabalhos da CJP de Vitória e foi conselheiro desta comissão entre 1991 e 2000. Foi um dos criadores do programa de rádio “Povo e cidadania” produzido pela CJP da arquidiocese que era veiculado na rádio América.

²³⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Dossiê 05. Fl. 06. *Informativo*. 03 de novembro de 1971.

²³¹ *Ibidem*, Fl. 06.

Juventude Universitária Católica (JUC) e que não havia se filiado por conta de sua condição de religiosa.²³²

Segundo o documento da DOPS/ES, Irmã Amélia teria também se auto definido como “socialista a médio prazo”. Teria dito ainda que “[...] admirava a política dos governos do Chile, Cuba, Holanda e França pela condição econômica que dava a seu povo, principalmente a política de Fidel Castro [...]”.

A presença das irmãs e irmãos foi importante para a formação das CEBs no Estado e em todo o país. Dom João e Dom Luís, já visionavam essa participação e a estimulavam de forma direta. Eles teriam defendido, por exemplo, a ideia de que o carisma específico de algumas congregações se dava na missão e não nos trabalhos em colégios.²³³ Em entrevista recente, o bispo emérito de São Mateus Dom Aldo Gerna ressaltou que “[...] muitas vezes, por conta da falta de sacerdotes, algumas irmãs engajadas chegavam a assumir junto com os leigos toda a organização das comunidades [...]”.²³⁴

Outro informativo de número 102/76, datado em 18/05/1976 releva ainda mais informações sobre Ozório Lopes segundo a ótica dos militares. O relatório destaca que Ozório era ex-padre e que fora também detido na cidade de Colatina para prestar depoimento sobre as atividades ‘subversivas’ que estaria desenvolvendo.²³⁵ Em entrevista recente, Ozório falou sobre os fatos que envolveram sua prisão e disse considerar “novidade” muitos dos dados apresentados pelos agentes. O primeiro grande equívoco seria quanto à sua prisão. Sua versão para o acontecido foi a seguinte:

[...] Eu não fui preso em Colatina e posso provar, tem um colega chamado Pe. Guido Ceoto, ele me acompanhou. Quando fiquei sabendo que meus

²³² Ibidem, Fl. 07.

²³³ CARNIELLI, Adwalter Antonio. **História da Igreja Católica do Estado do Espírito Santo**. Vila Velha: Comunicação Imprensa 2006. p. 439. Trata-se aqui de uma situação onde irmãs combonianas haviam fundado um colégio em Linhares, conhecido como Colégio Sagrado Coração em 1963. Quinze anos depois este colégio foi transferido a uma sociedade local que assumiu a direção. Após deixar o colégio, foram morar em uma casa simples na periferia. As razões que fizeram com que elas deixassem a direção do colégio foram a falta de verbas para continuar o trabalho e um conselho dado por Dom João Batista e Dom Luís G. Fernandes que sugeriram a entrega do colégio aos leigos, levando em conta que o principal carisma das irmãs deveriam ser as missões. (439).

²³⁴ GERNA, Dom Aldo. **A Diocese de São Mateus e a DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, São Mateus, 28 mai. de 2013.

²³⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 05. *Informativo 102/ 76*. 18/05/1976.

alunos membros da Juventude Amizade e Trabalho – JAT, haviam sido presos assim como a irmã Amélia e a irmã Maria José, me dirigi até a sede da Polícia Federal para saber os motivos da prisão de meus companheiros, quando então colheram o meu depoimento e me deram voz de prisão. [...]
²³⁶

Interessante observar como a conversa com os vigiados, nos permite questionar as versões descritas pelos agentes nos informes da delegacia. Segundo o relato dos oficiais, entre outras questões, Ozório, teria dito que, durante o tempo que foi padre em Vila Lenira, paróquia de Colatina, sempre aplicou em sua campanha de alfabetização os mesmos métodos de Paulo Freire, seguindo as orientações e diretrizes traçadas por Dom Luís Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar do Espírito Santo. Ele ainda teria afirmado que aceitava a “linha socialista à longo prazo”, e que a atual democracia no Brasil era de exceções, manifestando-se contrário à cassação de mandatos, pena de morte e as eleições indiretas para presidente da república e governadores. Teria também expressado, que, dessa forma, o povo não participava da democracia nem do governo.²³⁷

Algumas dessas informações foram contestadas por Ozório. De todas as informações expressas no relatório ele disse fazer parte de sua fala com os militares somente a parte que apresenta o trabalho proposto pela Igreja e por Dom Luís G. Fernandes.²³⁸

[...] Meu depoimento foi dado sobre pressão, (ser socialista à longo prazo) mas não, Isso ai eu contesto. Eu nunca fiz essa declaração. O resto tudo é verdade [...]. Falar que não tem democracia?! rs rs.. Só se eu fosse doido falando um troço desse contra o regime militar naquela época. Pra mim isso é tudo surpresa [...] Pena de morte, eleições diretas, não, isso ai não falei não [...] Agora com relação a Dom Luís, isso ai é tudo verdade. [...]²³⁹

Ao comentar sobre os motivos iniciais do conflito em Colatina. Ozório disse se recordar que tudo teria começado porque um vereador da cidade se incomodou com a ideologia do grupo de jovens JAT. Ele disse também que depois ficou sabendo

²³⁶ SOARES, Ozório Lopes. **Militância cristã e vigilância da DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, Santa Tereza, 01 de jul. de 2013.

²³⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 05. *Informativo 102/ 76*. 18/05/1976.

²³⁸ Outras questões referentes a não aceitação do celibato obrigatório e opinião contrária as propostas de Paulo VI também foram apresentadas no relatório como parte do documento. Sobre o assunto, Ozório confirmou não aceitar o celibato enquanto obrigação e no que diz respeito às críticas a Paulo VI ressaltou que o depoimento foi mentiroso.

²³⁹ SOARES, Ozório Lopes. **Militância cristã e vigilância da DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, Santa Tereza, 01 jul. 2013. Dom Luís Gonzaga Fernandes chegou a ser citado na obra de Mainwaring, por defender o MEB . Mainwaring. 2004, p. 93.

que também outras pessoas da sociedade teriam se incomodado. Ele também se recorda que os responsáveis pela sua prisão foram o delegado Fábio Calheiros Wanderley e o agente da polícia federal Domingos Martins.²⁴⁰

Com relação ao trabalho que desempenhava em sua paróquia, o Sr. Ozório disse que nunca foi especificamente professor alfabetizador, mas que contudo, seu trabalho, com os jovens, seguia a filosofia freireana por representar a reflexão de “[...] uma Igreja que se preocupava com o ser humano como um todo, não só com as questões religiosas, mas política e social, democracia, liberdade e os direitos humanos”.²⁴¹

Ozório ficou preso por duas semanas a contar do dia 23 de junho de 1971. Ele disse que contou com a solidariedade de membros da Igreja como Dom João que por diversas vezes esteve junto aos militares questionando a legalidade das prisões não só dele, como dos demais que também estavam presos. Sobre os dias de cárcere sofridos por ele e pelos demais companheiros ele ressaltou:

[...] Me torturaram psicologicamente, me humilharam publicamente, expuseram minha imagem, me caluniaram, fui acusado de subversivo, comunista e terrorista. O maior parte do tempo permaneci em solitária, para que a tortura fosse potencializada e o medo de morte tomasse conta de todo meu ser [...]. Estrategicamente os policiais procuravam deixar todos sem muito contato entre si e jogavam uns contra os outros a fim de forçar a confissão, a fim de induzir os depoimentos principalmente com armas apontadas para nós. [...]²⁴²

Segundo Ozório, após receber voz de prisão ele foi encaminhado pelos agentes a uma sala cheia de livros e, ao entrar, foi surpreendido com fotógrafos. Ele afirmou que não tinha o hábito de ler livros de caráter comunista, mas ressaltou que fotos forjadas em meio a este tipo de livro foram as provas apresentadas contra ele. Ele ainda destaca que sua prisão foi amplamente noticiada pelos jornais que circulavam na época.²⁴³

Renato Gama, leigo e na época membro do grupo JAT, foi preso durante a diligência em Colatina e também foi torturado psicologicamente. Recentemente ele relatou o fato e falou sobre a repressão sofrida naquele período.

²⁴⁰ SOARES, Ozório Lopes. 2013. (entrevista)

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ Ibidem. O Sr. Ozório refere-se aos jornais *A Gazeta* dos dias 24 e 25 de junho de 1971 e *O Jornal* do dia 25 de junho de 1971.

Em 1971, eu morava com minha família em Vila Lenira (Colatina), e participava de um grupo de jovens católicos orientado por irmã Amélia e padre Ozório. Embora não possuíssem aprofundamento da teoria marxista, esses orientadores tinham a visão de que a sociedade deveria mudar. Apesar de termos uma postura pacífica, fomos denunciados por pessoas do município. A polícia apareceu em Vila Lenira, imaginando que fôssemos uma espécie de célula do PCdoB. Nós não tínhamos nada a ver com a esquerda. Éramos utópicos, envolvidos em uma dinâmica de fé. Fomos trazidos para Vitória e ficamos presos durante uma noite inteira. Depois permanecemos presos em uma sede da polícia Federal. Também fomos levados para o batalhão de infantaria, onde fomos interrogados por um tenente do exército. Não sofremos tortura física, mas ficamos com medo e nossas famílias ficaram desesperadas. Então, Dom João saiu de Vitória e foi visitar os pais dos jovens que estavam vivendo aquela situação.²⁴⁴

Os dados colhidos nestes documentos sobre os militantes de Colatina e os apresentados por Osório, nos permitem visualizar a forma como a DOPS/ES nomeava seus inimigos. O combate a todas as ideias que se assemelhassem ao comunismo era a principal mola de atuação dos responsáveis pela ordem. No mesmo sentido, percebemos a insatisfação de militantes cristãos em ver seu discurso e práticas associados a algo que a doutrina Católica condenou por tantos séculos. Nas palavras de Osório percebemos essa insatisfação: “[...] Comunista no sentido que busca o bem comum sim né, mas naquele sentido da linha sectária não”.²⁴⁵

Podemos encontrar reflexões a cerca da posição da Igreja frente às prisões arbitrárias que marcaram esse período, em uma carta enviada às autoridades militares pelo vigário da Igreja de Nova Venécia, o padre Giampietro Baresi. O que chama atenção nesse documento é justamente a ousadia do padre em encaminhar aos agentes, análises de textos bíblicos e trechos da constituição que justificavam a posição da Igreja contrária às prisões.²⁴⁶

[...] Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com os sofrimentos das vítimas de prisões e torturas e participamos da angústia de seus parentes e amigos, reiteramos as graves advertências contidas em nossa mensagem de Brodosqui (SP) ‘Testemunho de Paz’ de junho de 1972. Falharíamos a um imperativo de consciência se não tomássemos a palavra de João Batista dizendo como o profeta: ‘Não te é lícito’. (Mc 6, 13). Não te é lícito efetuar prisões da forma como estão sendo feitas entre nós: sem identificação de autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem a comunicação

²⁴⁴ GAMA, Renato. DANIEL, Sandra. 2005. p. 43 e 44. Entrevista concedida a Geovana Valfré.

²⁴⁵ SOARES, Ozório Lopes. **Militância cristã e vigilância da DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, Santa Tereza, 01 jul. 2013. O IPM 311/71 C, na qual constava o indiciado Osório, a requerimento do ministério público, do Dr. Auditor, por despacho de 21.02.73, foi arquivado dos autos. Osório e Amélia atualmente já são anistiados políticos.

²⁴⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 53. Informativo 497/75. 15 de dezembro de 1975.

do juiz competente dentro do prazo legal. (cf. Constituição – 1969 – Art 153, inciso 1º). Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas... métodos de tortura física psíquica e moral sobretudo quando levados até a mutilação, a quebra da saúde e até a morte como tem acontecido...(cf. Constituição – Art 153, inciso 14º). NÃO É LÍCITO privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-los mediante ameaças nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar por tempo indeterminado o processo regular [...] Lamentamos, também, de modo especial a suspensão da garantia do habeas corpus. Colocamo-nos ao lado dos que pleiteiam essa garantia. É exatamente a sua falta que contribui não pouco a criar e a manter um clima de insegurança social. [...] Terminando essa mensagem, lembramos aos opressores a palavra da escritura: ‘Eis que a voz do sangue do seu irmão clama por mim desde a Terra’ (Gen 4, 10). Não matarás. (Ex 20,13). ‘Não oprimas teu irmão’. (Lev 25, 14). [...]

A carta enviada às autoridades militares, na verdade, era uma mensagem dos bispos da região de São Paulo. O pároco da Igreja de São Marcos, em Nova Venécia, teria distribuído cópias dessa mensagem aos fiéis no dia 04 de dezembro de 1975, além de assinar e indicar aos fiéis que a postura sugerida na carta seria a ideal para quem se dispusesse a pensar e agir como cristão.²⁴⁸

Na DOPS/ES um dossiê sobre a atuação de clérigos católicos junto aos movimentos rurais chama a atenção sobre a vigilância sofrida por militantes cristãos também ao norte do Estado. No pedido de busca 185/75 datado do dia 22 de novembro de 1976, são solicitadas informações sobre a chamada “ação da esquerda clerical”. Os dados apresentados no pedido de busca apontam que teria sido constatado o desenvolvimento pela esquerda clerical de “significativos trabalhos de massa” junto aos trabalhadores rurais.²⁴⁹

No pedido manifestava-se o interesse sobre a ampliação dos trabalhos no norte, nordeste brasileiro e demais municípios, bem como a preocupação em saber os nomes dos principais líderes, da ligação dos mesmos com classes rurais, e dos temas explorados. Chama a atenção no pedido de busca uma observação escrita com letra maiúscula onde é solicitada uma maior atenção com as “comunidades eclesiais de base e com os centros de treinamento de líderes”.²⁵⁰ Todo esse alarde reflete a importância da influência das CEBs em meio à organização dos instrumentos de luta no norte do Estado.

²⁴⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 54 e 55. *Anexo: Pedido de Busca*. 04 de dezembro de 1975.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 06. Fl. 06. *Pedido de busca 186/76*. 22 de novembro de 1976.

²⁵⁰ *Ibidem*.

Um informe datado dois anos após o pedido de busca de novembro de 1976, apresenta algumas informações sobre a atuação da chamada “esquerda clerical” no norte do estado e Bahia. Embora não sendo possível identificar, através dos documentos, os agentes que fizeram o monitoramento dos cristãos, o informe trazia como dados principais a informação de que padres italianos estariam se reunindo com trabalhadores do norte do Espírito Santo e sul da Bahia para estudar uma cartilha conhecida como o “Beabá do sindicato”, que teria sido impressa por padres da arquidiocese de Vitória. Segundo dados do informativo o Centro de Formação de Líderes Rurais – CEFOLIR de São Mateus, estaria sendo administrado por duas voluntárias italianas “comunistas”, de nomes Ângela Zanello e Silvana Dal’Picolli.²⁵¹

Como anexo, o informativo da DOPS/ES ainda apresenta um exemplar da cartilha intitulada “A Igreja que nós queremos”. As reflexões em linguagem simples levantadas pela cartilha nos dão uma ideia das reflexões sugeridas pela Igreja que motivavam a organização dos trabalhadores.

[...] Assim como ninguém fala para si mesmo para ser ouvido pelos outros, a Igreja vive e prega o evangelho para transformar o homem e o mundo. [...]
²⁵² [...] A Igreja não quer salvar só o espírito do homem, quer salvar “o homem todo e todos os homens”. Salvar significa libertar: libertar das misérias espirituais e materiais. Na sociedade a Igreja deve ser a voz dos que não tem voz, visando criar um mundo mais justo e fraterno, e nisso ela deve se empenhar com coragem, pois o próprio Jesus não temeu: por ela encontrou a vida. A cruz, a perseguição, a calúnia e a difamação são elogios para o cristão. Mostra que ele está do lado dos pobres e não daqueles que querem manter a pobreza para ficar ainda mais ricos [...].²⁵³

No norte do Espírito Santo, a questão do trabalho na agricultura e o direito a posse de terra se classificavam como principais questões de conflito entre trabalhadores e fazendeiros. Nas regiões de Linhares e São Mateus, podemos visualizar que fazer vigilância a assessores sindicais e trabalhadores rurais, por vezes, se fazia sinônimo de efetivar vigilância aos segmentos pastorais e comunidades eclesiais de base. Podemos perceber que alguns episódios dessa questão, bem como os envolvidos na organização dos trabalhadores, foram, de certa forma, monitorados pelos agentes da DOPS/ES.

²⁵¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 06. Fl. 08 e 09. *Informe 063/78*. 01 de setembro de 1978. O relatório ainda destacou que, assim como em muitas Igrejas da grande Vitória, foram celebradas missas também no interior em solidariedade ao militante CAJÁ, membro do Partido Comunista Revolucionário – PCR.

²⁵² APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 06. Fl. 15. *A Igreja que queremos*.

s/d.

²⁵³ Ibidem. Fl. 16 e 17.

Uma carta aberta às comunidades e aos trabalhadores de Linhares, datada de fevereiro de 1983 e hoje nos arquivos da DOPS/ES, relata ameaças e agressões sofridas por trabalhadores rurais e sindicalistas da região. Segundo a carta, no dia 24 de janeiro, quando o delegado sindical José Marques se dirigia para o sindicato, ele teria sido barrado pelo fazendeiro Sr. Reinaldo Bouri, que o teria ameaçado e agredido verbalmente de maneira brutal. O fazendeiro ainda teria dito que “se alguém entrasse em sua propriedade para reunir trabalhadores e orientá-los, levaria até um tiro”.²⁵⁴

O mesmo fazendeiro teria feito ameaças a outros companheiros como o subdelegado sindical José Rainha e Orlando Magewiski, dizendo que “essa corja de vagabundos precisa morrer e a terra de quem está nessa luta é o cemitério”. Sobre os três companheiros ameaçados pelo fazendeiro, a nota ressalta que os três eram pessoas responsáveis, de confiança e cumpridores de seus deveres. Eles também foram classificados como “lideranças religiosas”, e segundo a nota, todos exerciam cargos nos conselhos das CEBs de Jurama.²⁵⁵

Ao final, a carta assinada pelo sindicato rural de Linhares, solicitava a todos os trabalhadores para se filiar ao sindicato.²⁵⁶ Foi justamente essa solicitação, que pelo que se percebe nos documentos, também era feita nas comunidades, que rendeu mais uma situação também descrita pelos militares em um dos documentos da DOPS/ES. Segundo dados do informativo de número 358/83, na localidade de Paraíso Novo – Vilarejo do município de Linhares/ES, um padre chamado Marcelo Frances René Renou, teria negado dar a comunhão aos fiéis que não fossem sindicalizados.²⁵⁷

Em entrevista concedida no dia 28 de maio de 2013 o bispo emérito da diocese de São Mateus, Dom Aldo Gerna quando comentou sobre a linha pastoral da diocese,

²⁵⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 06. Fl. 26. Anexo. 01 de fevereiro de 1983.

²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ Ibidem. Fl. 27.

²⁵⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 06. Fl. 24 e 25. Informe 358/83. 12 de julho de 1983. Segundo o informe, o referido padre também teria ameaçado fechar as portas da Igreja se a carta denunciando as injustiças praticadas pelos fazendeiros, emitida pelo sindicato de Linhares não fosse lida. O informe teceu críticas ao Sr. Orlando que dentre outras coisas estaria junto com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Linhares, Devair Esteves de Oliveira e José Miguel Grace, delegado sindical de Jurama, percorrendo as fazendas e incentivando os trabalhadores a provocarem seus patrões para serem mandados embora e assim poder contar com a interferência do sindicato.

citou que realmente havia rumores em São Mateus de um padre que teria cometido a prática de “dar a comunhão só a quem fosse sindicalizado” descrita no informe. Contudo, o bispo disse que o caso não passava de “história”, por conta da excessiva insistência do então padre na organização sindical dos fiéis.²⁵⁸

2.4 COMUNIDADE DE TAIZÉ E O CONCÍLIO DE JOVENS NO ES.

Organizado de forma conjunta entre a arquidiocese de Vitória e a Comunidade de Taizé, o concílio de jovens foi realizado em Cariacica, no ano de 1975. Em meio à apreensão de panfletos, jornais, fotos e documentos, a polícia política deixou os rastros da investigação feita sobre o encontro, ou seja, um conjunto de documentos específicos sobre o assunto que mostram a sigilosa preocupação dos militares.

Meses antes do evento um pedido de busca datado em 18 de junho de 1974 de número 044/19, vindo da Agência Rio de Janeiro solicitava informações quanto ao concílio de jovens que estava sendo previsto para acontecer em Vitória. O pedido de busca apresentava como um dos dados, que nos dias 28/01 e 02/02 havia acontecido em Lagoa Seca – Paraíba, um encontro ecumênico de Jovens, no qual dentre outros participantes, se destacava a presença de Dom Helder Câmara.²⁵⁹

Uma das questões da pauta do referido encontro na Paraíba envolvia a discussão sobre empobrecimento do povo brasileiro e aplicação do AI – 5, fato que explica o interesse por parte do governo vigente. Ainda no pedido de busca foi dada a informação de que por ocasião do congresso estaria sendo mimeografado em Vitória, um panfleto chamado “Comunhão”²⁶⁰. No relato presente no documento, a comunidade de Taizé é apresentada como uma aldeota francesa onde operava uma comunidade ecumênica há muitos anos, vivendo uma nova filosofia de vida sobre a responsabilidade de Roger Schultz.²⁶¹

²⁵⁸ GERNA, Dom Aldo. **A Diocese de São Mateus e a DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, São Mateus, 28 mai. de 2013.

²⁵⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 01. *Pedido de Busca 044/19*. 18 de junho de 1974.

²⁶⁰ Nos arquivos da DOPS/ES observados foram encontrados quatro exemplares do folheto Comunhão. De circulação interna dentro da arquidiocese, este folheto possuía o objetivo de levar a reflexão sobre temas variados aos diversos seguimentos da juventude e das comunidades.

²⁶¹ Consta que o projeto cristão de Schutz teria surgido por conta dos relatos de uma de suas avós que vivia no nordeste da França, que ajudava refugiados durante a primeira guerra mundial e sonhava com a união de cristãos europeus no intuito de evitar uma nova guerra. Com o início da Segunda Guerra Mundial, Roger Schutz se dispôs a acolher os que sofriam as provações da guerra e

Em resposta a este pedido de busca, a DOPS/ES enviou a Agência do Rio de Janeiro o informativo de número 83 datado do dia 12 de março de 1975. As informações atestavam que havia em Vitória um núcleo dos irmãos Taizé, localizado à Rua Francisco Rufino no bairro Santo Antônio. O relato dos militares apresentou também os nomes e dados pessoais de quatro membros do grupo de Taizé que residiam em Vitória. Segundo os dados apresentados, eles seriam os franceses Michel Otto Bergmann, André Lucian Lepoutre, Jean Marie André Fugeray e Jacques Perret.²⁶²

O dossiê referente ao Concílio de Taizé reúne inúmeros anexos que apreendidos, eram encarregados de levar aos olhos dos militares a atuação dos irmãos e da arquidiocese. Nesse dossiê encontram-se exemplares do boletim comunhão datados do ano de 1974. No boletim de número 3, são apresentadas reflexões sobre a difícil realidade latino-americana e, entre outras questões, é chamada a atenção dos fiéis para a comunidade de Taizé e demais encontros de jovens que aconteceriam em algumas partes do mundo. Um pequeno texto presente no boletim, explica que a comunidade de Taizé tinha cunho ecumênico, e apesar de ser aberta, não fazia campanha para adquirir adeptos.²⁶³

Em uma das reflexões sobre os aspectos escolhidos para o trabalho, dados sobre a distância entre os países da América Latina e a difícil situação econômica dos mesmos, são apontados como fatores que impediam o conhecimento entre as diversas realidades do continente. Uma análise presente no boletim sobre o trabalho realizado em diversas regiões afirma que se priorizavam lugares estratégicos, onde

foi para a França. A procura de uma casa foi para uma pequena aldeia chamada Taizé, onde iniciou seus trabalhos. Lá ele escondia refugiados políticos que fugiam da ocupação nazista alemã, principalmente judeus. Em 1942, a polícia nazista ocupou a casa onde aconteciam os trabalhos, irmão Roger fugiu para a suíça retornando somente em 1944, acompanhado dos irmãos que se juntaram a ele. Iniciou então um trabalho com órfãos e prisioneiros de guerra e atraiu o interesse de jovens católicos que quiseram se unir ao trabalho dos irmãos evangélicos. Ver mais em: TAIZÉ – Os irmãos no Brasil. Disponível em: < www.taize.fr/pt_article7312.html >. Acesso em: 15 set. 2012.

²⁶² APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 06. *Informativo Nº 3/75*. 12 de março de 1975. O documento também apresenta André Lucian Lepoutre, Jean Marie André Fugeray como padres e Jacques Perret como irmão leigo. Quanto a Michel Otto Bergmann a maioria dos documentos do dossiê o classifica como Irmão leigo, embora em algumas citações ele apareça identificado como padre. Importante ressaltar que também pertencia à comunidade de Taizé, um irmão chamado “Bruno” que teria sido ordenado sacerdote por Dom Luis Gonzaga Fernandes em uma comunidade que ficava em um dos morros de Vitória. Ele aparece em uma das fotos que serão apresentadas neste trabalho. Ver mais em: DANIEL, Sandra. 2005. p. 50.

²⁶³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 08. *Comunhão Nº 3*. 1974.

se acirravam lutas do dia a dia ou engajamentos religiosos político sociais.²⁶⁴ O boletim Comunhão de Nº 4 levou até os fiéis um texto intitulado “Carta ao povo de Deus”. Neste texto foram abordadas questões sobre a necessidade social dos concílios de jovens e histórico dos mesmos. O boletim também apresentou relatos de jovens de diversas partes da América Latina sobre a importância do concílio e do boletim para a ajuda nas reflexões.

[...] Estamos tendo a oportunidade de ter uma visão mais ampla do que seja a juventude, seus problemas e o mundo que a cerca. Nós do clube 4/S agradecemos muito, por que por intermédio da leitura de COMUNHÃO estamos tendo a chance de conhecer novas coisas. Maria do Carmo Capinzal – MA.²⁶⁵

O anexo do boletim comunhão de número 5 dá continuidade às reflexões sobre a organização da juventude e, inicialmente, em forma de história em quadrinhos, apresenta reflexões sobre a desigualdade nas escolas. Também se encontram cartas sobre a comunidade de Taizé e no próprio boletim uma carta específica do irmão Roger, fundador da organização.²⁶⁶

No dossiê sobre concílio de jovens encontramos também partes de um informativo religioso. Datado de junho de 1974, o documento aponta o núcleo de Vitória como sendo sede da comunidade de Taizé no Brasil e aborda de forma específica o surgimento e trabalho da comunidade francesa.²⁶⁷

Taizé é o nome de um lugarejo no centro oeste da França. É habitado por um conjunto de famílias e por uma comunidade de irmãos, de diversos países e Igrejas, evangélicos e católicos, reunidos fraternalmente para juntos servir a Cristo. [...] Começou em 1940, quando um jovem, Roger Schultz adquiriu uma casa naquela aldeia semi abandonada para fundar uma comunidade de oração e para acolher fugitivos da zona ocupada pelas tropas hitleristas [...].²⁶⁸

Inicialmente o contato da comunidade de Taizé com os bispos da América Latina, se deu no concílio Vaticano II, onde irmão Roger conheceu Dom Hélder Câmara. A

²⁶⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 09 e 10. *Comunhão Nº 3*. 1974. DOPS/ES. Dossiê 02. Cx. 26. p. 09 e 10.

²⁶⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 227. *Comunhão Nº 4*. 1974.

²⁶⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 16 a 21. *Comunhão Nº 5*. 1974.

²⁶⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 24. *Anexo*. Acreditamos se tratar de um boletim do Conselho Ecumênico de Igrejas (CEI). O conselho se efetivou enquanto organização ecumênica em 1948 em uma assembleia geral em Amsterdã e passou a ter fortes ligações com a Igreja católica. Ver mais em: NAVARRO, Juan Boch. **Para compreender o ecumenismo**. São Paulo: Loyola. 1995. p. 132-135.

²⁶⁸ Ibidem.

partir de então, os irmãos de Taizé iniciaram uma experiência de convivência ecumênica com os monges beneditinos de Olinda. Dom Luís, que havia conhecido a comunidade de Taizé na França no início da década de 1970, convidou os irmãos de Taizé presentes no Brasil que se instalavam no nordeste, a mudarem-se para Vitória-ES. Em 1972 os irmãos de Taizé chegaram ao estado, permanecendo até 1978. Eles participaram do crescimento das CEBs e das experiências religiosas presentes na região.²⁶⁹

Segundo dados colhidos no boletim do SIDAV, alusivo ao encontro de CEBs de 1975 e arquivado no dossiê sobre a arquidiocese de Vitória, o irmão Roger, idealizador da experiência de Taizé, havia estado em Vitória no ano de 1972 onde se reuniu com os membros da comunidade ecumênica de Taizé.²⁷⁰ No dossiê sobre o concílio de Jovens há indícios de que ele esteve em Vitória também no ano de 1975 poucos dias antes do evento que aconteceria no estado.²⁷¹

O primeiro concílio Mundial de Jovens, motivado pela comunidade de irmãos aconteceu em Taizé na França, e se constituiu como um importante encontro de discussão sobre as diversas realidades sociais. Segundo relatos presentes no informativo, milhares de jovens de diversos segmentos e países participaram do encontro.

O concílio tem caráter especificamente cristão? Por sua temática sim, pela sua participação não. Tem havido forte participação de jovens que não se identificam com a Igreja, seja por que são indefinidos nas suas opções, seja por que optaram contra a fé cristã. É que os encontros tentam por em prática o ideal de uma Igreja acolhedora, onde todos tem o direito de se expressar, com a condição apenas de escutar também os outros [...] Como surgiu essa ideia, digamos esse engajamento de jovens? A década de 60 começou com muitas esperanças: descolonização da África, desenvolvimento da ONU, início da coexistência pacífica entre os Estados Unidos e URSS, o concílio da Igreja Católica. Porém, perto do fim da mesma década tudo parecia sombrio: a guerra do Vietnã chegou ao auge, houve a onda de revoltas estudantis em muitos países, de um lado golpes militares, de outro, e na Igreja, os esforços de renovação e unificação pareciam perder o elo [...]. Pois bem, foi naquele ambiente de desânimo que os jovens que se reuniam em número crescente em Taizé, decidiram lançar um projeto ambicioso: um concílio de jovens. O concílio foi anunciado na páscoa de 1970 [...].²⁷²

²⁶⁹ DANIEL, Sandra. 2006. p. 49 e 50.

²⁷⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 18. *SIDAV*. Janeiro de 1975.

²⁷¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 204. *Anexo*. s/d.

²⁷² APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 28. *Anexo*. s/d.

Segundo trechos da revista *Ágora* de 1975 encaminhada ao chefe da DOPS pelo agente Rubem, o Concílio Mundial de Jovens teve abertura oficial em 1974 após quatro anos de preparação.

A revista destaca que mais de quarenta e cinco mil jovens reuniram-se em Taizé, todos preocupados com a falta de justiça e de liberdade. Desde a abertura do Concílio havia sido proposto e definido que se realizariam celebrações conciliares em diversos países, desde então, a América Latina passou a promover reuniões internacionais entre os jovens, três dessas celebrações já haviam sido realizadas, uma no México, outra na Argentina e no ano de 1975, uma reunião se realizaria em Vitória-ES.²⁷³

Como se percebe, o dossiê sobre o concílio de jovens apresenta uma série de pedidos de busca e anexos que relatam a inquietação dos militares diante deste evento no estado. Ao observar os documentos, nos deparamos com as diversas estratégias usadas pelos militares no sentido de colher informações. Como os militares não podiam entrar em todas as reuniões preparatórias para o evento, a vigilância era efetivada através de anotações das placas de carros em frente aos locais de reunião, origem de ônibus e número de passageiros, recolhimento de xérox de documentos e por vezes, fotos.²⁷⁴

Tudo era especulado, até mesmo de que forma seria feito o alojamento dos que chegavam de fora para o encontro. Segundo o relatório feito pelo agente Carlos Rubens de Miranda Lucchi, as Igrejas de Itacibá e Campo Grande, cujos respectivos párocos eram Alberto Fontana e Rubens Duque, iriam alojar alguns visitantes. Além destas duas acomodações os membros também iriam alojar-se nas casas de membros das já citadas comunidades.²⁷⁵ No dia do concílio alguns membros do clero foram identificados em fotos dos agentes.

²⁷³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 177. Revista *Ágora*. Abril de 1975.

²⁷⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 153 a 156. Relatório 31/01/1975. Outro comunicado foi feito ao chefe da DOPS/ES com mesma data. O agente sem nome específico, teria realizado as investigações em companhia do agente Lucchi, expedindo observações semelhantes quanto ao alojamento dos participantes. *Ibidem*. p. 41.

²⁷⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 34. Relatório 31/01/1975.



FOTOGRAFIA 07: Padre Rubens Duque durante o concílio de Jovens. Fundo: APEES/DOPS.²⁷⁶



FOTOGRAFIA 08: Dom João Batista da Motta e Albuquerque. Fundo: APEES/DOPS.²⁷⁷

²⁷⁶ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Padre Rubens Duque durante o concílio de Jovens**, Vitória, 1975.

²⁷⁷ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Dom João Batista da Motta e Albuquerque**, Vitória, 1975.



FOTOGRAFIA 09: Dom Aldo Gerna durante o concílio de Jovens. Fundo: APEES/DOPS.²⁷⁸

Um documento datado do dia 05 de fevereiro de 1975 e encaminhado ao chefe do SSI/DOPS pelo agente Carlos Rubens de Miranda Lucchi, apresenta um relatório com uma “entrevista” feita com o Ir. Michel da comunidade Taizé presente em Vitória. Até o término deste trabalho não nos foi possível encontrar dados que nos permitissem especificar se o relatório expedido pelo agente Lucchi foi colhido na clássica forma de depoimento ou de entrevista como assegura o agente. O que se percebe no documento redigido pelos agentes, é que irmão Michel teria apresentado esclarecimentos sobre o concílio, sobre o histórico dos encontros e sobre a participação de nível internacional que aconteceria no estado.²⁷⁹ Fotos presentes nos arquivos da DOPS apresentam irmão Michel e Padre Thiago no dia do Concílio.

²⁷⁸ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Dom Aldo Gerna durante o concílio de Jovens**, Vitória, 1975.

²⁷⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 43. Relatório de serviço 05/02/1975. Encontra-se também em anexo um comunicado datado no dia 22 de janeiro de 1975, onde a arquidiocese de Vitória na pessoa do Pe. Rômulo Neves leva ao conhecimento do secretário de segurança a realização da Assembleia do povo de Deus que aconteceria em Vitória, no dia 09 de fevereiro no ginásio da Desportiva ferroviária em Jardim América, município de Cariacica. Nesse pedido, ele também solicita um dispositivo de segurança para discretamente garantir a ordem e o bom desenrolar da celebração. APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 30 e 32. Anexo 22/01/1975.



FOTOGRAFIA 10: Irmão Michel da comunidade de Taizé. Fundo: APEES/DOPS.²⁸⁰



FOTOGRAFIA 11: Padre Thiago durante o Concílio de Jovens. Fundo: APEES/DOPS.²⁸¹

²⁸⁰ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Irmão Michel da comunidade de Taizé**, Vitória, 1975

²⁸¹ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Padre Thiago durante o Concílio de Jovens**, Vitória, 1975

Juntamente com o Concílio de Jovens aconteceria a Assembleia do povo de Deus em Vitória no dia 09 de fevereiro. Encontram-se também arquivadas cópias de jornais da cidade que anunciavam a atividade. Um dos anexos apresenta uma matéria datada no dia 21 de janeiro de 1975, onde o arcebispo Dom João convidava a sociedade capixaba para o evento através do noticiário *Jornal da cidade*.

Nossa arquidiocese será marcada nos próximos dias por um acontecimento de grande importância – O concílio dos Jovens. Essa iniciativa surgiu na França, em Taizé onde depois de longa preparação reuniram-se cerca de quarenta mil jovens de vários países do mundo. Depois dessa reunião geral, outras celebrações estão sendo programadas através do mundo. Assim simultaneamente realizou-se uma sessão conciliar no México e outra na Argentina. Agora será a nossa vez, Vitória foi escolhida para ser a sede de uma celebração conciliar que trará a arquidiocese centenas de jovens dos outros estados do Brasil e de alguns países da América do Sul [...] Todas as comunidades e paróquias estão sendo convocadas para a grande Assembleia do povo de Deus que terá lugar no dia 09 de fevereiro, às 9,30, no Estádio da Desportiva Ferroviária, em Jardim América [...] Esta grande assembleia do povo de Deus dentro do Concílio de Jovens, não é somente para os jovens. Todos estão convidados (jovens e adultos) para esse acontecimento de Igreja, cheio de significado para a marcha de nossa ação pastoral [...].²⁸²

O contexto de abertura vivido no período não dava conta de fazer com que os órgãos de repressão tomassem como salutar toda a dinâmica de discussão política latino-americana proposta pelo encontro. A partir desse evento, seria visível perceber que a nova face da cultura política apresentada pelas comunidades eclesiais de base era uma força que se articulava com outras regiões do Brasil e outras partes do mundo, apresentando-se, assim, com as características de uma real ameaça a estrutura do regime.

Com o início do encontro, relatórios diários sobre as investigações referentes ao Concílio eram feitos. Um relatório final datado do dia 12 de fevereiro de 1975 foi encaminhado ao titular da Delegacia de ordem Política e Social do Estado. Neste relatório o chefe do SSI/ DOPS, Domingos de Souza Freitas, relata que determinou em caráter sigiloso que vários agentes do departamento procedessem um levantamento total de todas as atividades do Concílio.²⁸³ O documento também descreve o que os agentes conseguiram levantar sobre o alojamento dos participantes e sobre as reuniões preparatórias que aconteceram antes do evento.

²⁸² APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Anexo 21 de janeiro de 1975.

²⁸³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 103. Relatório. 12 de fevereiro de 1975.

No trecho do relatório referente ao dia 09, os agentes destacaram que os trabalhos tiveram início com a fala de uma leiga identificada como “Marlene” que segundo os dados do relatório, era líder de uma comunidade em Vila Velha ES e demonstrava grande conhecimento sobre o trabalho da comunidade de Taizé.²⁸⁴ Encontramos em meio aos arquivos da DOPS/ES uma foto onde Marlene de Fátima Cararo Pires foi identificada pelos agentes.²⁸⁵



FOTOGRAFIA 12: Marlene de Fátima Cararo Pires durante o concílio de Jovens.

Fonte: APEES/DOPS.²⁸⁶

²⁸⁴ Ibidem, Fl. 105

²⁸⁵ Embora não tivéssemos encontrado o nome completo de Marlene nos arquivos da DOPS/ES, durante a pesquisa confirmamos que a então agente pastoral se chama Marlene de Fátima Cararo Pires. Em conversa via telefone, Marlene confirmou ter feito a abertura do evento conforme o relatório dos agentes da delegacia. Marlene foi agente pastoral de 1978 a 1984 e também atuou como produtora do programa de rádio da arquidiocese de Vitória “Missa no Lar”. Atua como professora na Universidade Federal do Espírito Santo e é ex-presidente da Associação de Docentes da UFES (Adufes).

²⁸⁶ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Marlene de Fátima Cararo Pires durante o concílio de Jovens.** Vitória, 1975.

Segundo o relatório o concílio de Jovens no estado reuniu cerca de 6.000 pessoas e dentre elas os agentes destacaram a presença de três “elementos” do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), os nomes citados foram: Marcelo Amorim Netto, Miriam de Azevedo Leitão e Elizabeth dos Santos Madeira.²⁸⁷

Observando o destaque dado pelos agentes aos elementos de partidos como o PCdoB em meio aos eventos religiosos, nos damos conta de que apesar de historicamente opostos, a tolerância entre os dois segmentos era característica desse período de novas formas de contestação ao regime. Ao que se percebe, esse destaque dado aos “comunistas declarados”, em meio às atividades religiosas, se enquadra na já discutida necessidade que os órgãos de segurança tinham em associar ao comunismo toda possibilidade de ameaça ao regime. Nesse sentido, podemos entender que, para os agentes, destacar a presença de comunistas no evento era também um meio de “desqualificar” setores da Igreja e rotular a atividade da ala progressista como “subversiva”.

O mesmo relato final do dia 12 de fevereiro referente ao encontro apresenta o bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes, como organizador do evento e faz observações quanto à presença de outros bispos e padres. O relatório de seis páginas destacou ainda as críticas feitas a prefeitos no que diz respeito à falta e precariedade de escolas.²⁸⁸ Ao descrever as atividades de encerramento do dia 11, o relator da polícia destaca como ponto alto a fala de Dom Luís Gonzaga Fernandes:

“Nós sabemos que entre nós existem pessoas nos espiando, enquanto houver os desconfiados, haverá sempre a insegurança e a intranquilidade entre nós. Alguns dos senhores estão participando deste concílio oprimidos, por que os desconfiados estão sempre ao seu redor.”²⁸⁹

Em entrevista concedida a Geovana Valfré em 2006, o irmão Michel descreveu o clima de vigilância que permeou o encontro de Jovens e aborda estratégias de ação da polícia política em meio ao trabalho pastoral.

Achamos uma chave de viatura. Para desmascarar o dono, anunciei para todo mundo que havíamos encontrado a chave de um policial. Assim, o policial à paisana foi obrigado a se apresentar. [...] Três jovens durante

²⁸⁷ Ibidem, Fl. 104.

²⁸⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 105. Relatório. Fevereiro de 1975.

²⁸⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. Fl. 106 e 108. Relatório 1975.

vários anos apresentaram-se sucessivamente para procurar conversa, e que, conseguimos identificar como delatores mandados pela polícia [...].²⁹⁰

No boletim comunhão de Nº 6 hoje parte do dossiê sobre a arquidiocese de Vitória com a data de 1975, observamos como um dos assuntos principais uma partilha das reflexões que se deram nos três concílios de jovens que aconteceram no México, Argentina e Vitória.

[...] A celebração do México, como vocês já sabem, foi realizada nos dias 28 a 31 de dezembro em Guadalajara, em Santa Cecília, um bairro cujos habitantes a maioria vem do campo, na maioria, são analfabetos e vivem numa grande pobreza e insegurança. Ali pouco a pouco nasceram grupos de vizinhos, homens e mulheres, casais e jovens que se reúnem semanalmente para refletir sobre os problemas que encontram em suas vidas e olhá-los à luz do evangelho [...] Foi particularmente relevante a celebração em torno do sofrimento dos povos: Através dos testemunhos pessoais sentíamos a realidade dos nossos países, os do norte e do sul, vítima de um sistema que gera exploração, opressão e dependência. [...] ²⁹¹
[...] Entre os dias 3 e 6 de janeiro foi realizada em Goya, nordeste da Argentina, a celebração do concílio dos jovens [...] Goya foi a cidade diocese escolhida por estar em uma região pobre da Argentina onde, os mais oprimidos tem um lugar, através da exploração sofrida bem como pela privação dos direitos humanos mais fundamentais e ainda mais por ser lugar de uma Igreja Nova que desponta consciente de seu papel de ser sinal a favor dos pobres e dos marginalizados. [...] ²⁹²

Quanto ao concílio de jovens que aconteceu em Vitória no início de fevereiro, as observações presentes no boletim de nº 6 nos dão ideia das características sociais das comunidades envolvidas e da grandiosidade do evento que se deu na arquidiocese.

Campo Grande e Itacibá – Bairros da periferia de Vitória (ES). Cerca de 25 comunidades que se desenvolvem. O 1º com quarenta mil habitantes, quase todos vindos do interior, gente muito simples. Algumas comunidades sem água, luz, esgoto. População sempre crescente. O centro com boas condições, ruas comércio, casas melhores [...] Vitória uma arquidiocese que abrange toda a região central do Espírito Santo, optou por uma pastoral Libertadora, partindo das bases, fazendo florescer, tanto no interior quanto na periferia da capital [...] Aí, nestas comunidades, foi realizado de 8 a 11 de fevereiro, uma celebração de concílio de jovens, com a participação de 1.200 pessoas, de todos os estados do Brasil, exceto AM, TO e PI, além de participantes de alguns países da América Latina, como Argentina, Chile e Paraguai [...] Domingo de manhã dia 9, 10 mil pessoas nas arquibancadas lotadas do Estádio de Futebol da Desportiva. Dezenas de faixas anunciando a presença das várias comunidades de base de Vitória e do interior da arquidiocese [...]. ²⁹³

²⁹⁰ Ir. MICHEL. DANIEL, Sandra. 2006. p. 51 e 52. Entrevista concedida a Geovana Valfré.

²⁹¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 32. Comunhão. Nº 06. 1975.

²⁹² Ibidem. 34.

²⁹³ Ibidem. 35.



FOTOGRAFIA 13: Padre Bruno comunidade Taizé. Fundo: APEES/DOPS.²⁹⁴



FOTOGRAFIA 14: Arquibancada do ginásio no dia do Concílio de Jovens. Fundo: APEES/DOPS.²⁹⁵

²⁹⁴ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Padre Bruno comunidade Taizé**, Vitória, 1975.

²⁹⁵ APEES/DOPS. Fotografia. Cx. 1. **Arquibancada do ginásio no dia do Concílio de Jovens**, Vitória, 1975.

A Assembleia do povo de Deus que aconteceu no dia 09 de fevereiro de 1975, em Vitória dentro do Concílio de Jovens, foi uma mostra de todo um ciclo de celebrações e reflexões sobre a situação social latino-americana que teve início em dezembro de 1974, no México, envolvendo as CEBs.²⁹⁶ As fotos do evento hoje parte dos arquivos da DOPS/ES, nos dão uma mostra da grande participação nos dias de encontro e constituem-se como uma mostra da ostensiva preocupação dos órgãos de segurança quanto às atividades realizadas pela Igreja Católica do estado.

Mesmo um ano após o Concílio de Jovens que aconteceu no estado, a atividade que havia acontecido em fevereiro de 1975, ainda era alvo de especulações por parte dos militares. Uma ordem de serviço datada de 23 de março de 1976 aponta a possibilidade de acontecer no estado no final de 1976 um novo encontro envolvendo a comunidade de Taizé e a arquidiocese de Vitória. Além de se observar a preocupação dos militares, o que também chama a atenção é o linguajar usado pelos militares quando ao se referir aos participantes destacam que “virão alguns subversivos de fora, inclusive padres e estudantes”.²⁹⁷

Em outro documento datado em agosto de 1976, presente no dossiê sobre o clero do estado, os irmãos de Taizé também são mencionados. Dessa vez, a observação se deu por conta da chegada de um padre chamado Geraldo Lima de Azevedo que pertencia a ala progressista da Igreja e chegaria ao estado à pedido de Dom Luís Gonzaga Fernandes.²⁹⁸ O mesmo documento menciona a chegada de um ex-padre progressista da Igreja conhecido como Luís Pelásio Vieira de Carvalho, que ficaria em Vitória cerca de 22 dias para se reunir com os jovens de Taizé.²⁹⁹

²⁹⁶ Ibidem. 36.

²⁹⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 02. *Ordem de serviço*. 23 de março 1976.

²⁹⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 41. *Ordem de serviço 97/76*. Agosto de 1976. De acordo com o documento, Pe. Geraldo era ligado a linha progressista do padre Comblain, teria chegado ao Brasil em 19 de agosto e proferido durante os dias 20 e 30 do mesmo mês, conferências reservadas em Nova Itaguaçu - RJ, com elementos esquerdistas que se preparavam para incitar movimentos marxistas durante as eleições. Segundo o documento, o padre ficaria cerca de dez dias em Vitória e iria participar de uma reunião com membros do clero e com os irmãos de Taizé.

²⁹⁹ O mesmo documento descrito acima classifica o ex-padre Luiz Pelásio como agente marxista e único elo entre o clero católico e Fidel Castro.

2.5 COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ E REPRESSÃO

A Igreja do Espírito Santo, e de forma particular a arquidiocese de Vitória, criou diversos organismos de atuação leiga. Nesse processo, a partir de 1976, começaram a surgir novas entidades dentro da arquidiocese, como: a Cáritas, a Comissão Justiça e Paz – CJP, a Comissão de Saúde e a Comissão de direito à Moradia, além ser estimulada a formação política e o surgimento de partidos políticos como o Partidos dos trabalhadores (PT).³⁰⁰

Essencialmente importante na defesa dos direitos da pessoa humana, a Comissão Justiça e Paz de Vitória (CJP) teve como referência a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, na época, a mais atuante do país. No Brasil, as primeiras comissões surgiram na década de 1970, envolvidas no contexto de tortura e de repressão aos direitos humanos, que marcaram o período no país.³⁰¹

A CJP de São Paulo nasceu no contexto de repressão da ditadura civil militar. Os primeiros membros da comissão começaram a se reunir em agosto de 1972, sob a orientação de Dom Paulo Evaristo Arns. A comissão foi criada em consonância com a Pontifícia Comissão Justiça e Paz do Vaticano formada pelo papa Paulo VI.³⁰²

As comissões de Justiça e Paz (CJPs) e de Direitos Humanos (CDHs), diretamente organizadas pela hierarquia com a participação de leigos, ao lado de outros “movimentos” congêneres, como a OAB, ABI, e IAB, começaram a desenvolver campanhas de anistia e defesa jurídica dos presos políticos e exilados. As denúncias sobre injustiças e violações pipocavam nos boletins e informativos da Igreja [...] As comissões de Direitos Humanos foram apontadas por muitos estudiosos, justificadamente, como importantes organismos da luta contra a repressão e as injustiças sociais [...] Uma pesquisa feita pelo MNDH (1992) entre seus integrantes revela que 61,5% dos CDHs – Centros de Direitos Humanos espalhados pelo país foram criados dentro da Igreja [...].³⁰³

A CJP/SP criou em sua volta estratégias de trabalho em meio à vigilância e repressão dos militares. A primeira e uma das mais difíceis tarefas da comissão consistia em tentar localizar os presos e, posteriormente, eram providenciados advogados, que procuravam obter a proteção judicial possível, e ajudavam na busca pelos desaparecidos. Pessoas em perigo de vida eram escondidas e dava-se muita

³⁰⁰ DANIEL, Sandra. **Dom Luís Gonzaga Fernandes**. GURGEL, Antônio de Pádua. (org). Vitória: Pró-Texto Comunicação e Cultura. 2006. p. 67.

³⁰¹ DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Motta e Albuquerque**. GURGEL, Antônio de Pádua. (org). Vitória: Contexto, 2005. p. 109.

³⁰² BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Fé na luta**. São Paulo: Lettera.doc, 2009. p.45.

³⁰³ DOIMO, Ana Maria. 1995. p. 192.

atenção aos aflitos que não tinham nem mesmo com quem conversar sobre as perseguições.³⁰⁴

A CJP/SP recebeu colaboração de jornalistas e correspondentes internacionais. Com isso, assim que se concluíam as anotações sobre as últimas prisões e desaparecimentos, a comissão costumava avisar de imediato tanto os correspondentes da imprensa nacional que ainda podiam trabalhar, como os correspondentes de fora. Essa ação acabava, de certa forma, limitando a repressão e incitando a polícia sobre os desaparecidos.³⁰⁵

A CJP de Vitória foi criada em setembro de 1977. Dom Luís Gonzaga Fernandes, bispo auxiliar da arquidiocese de Vitória, foi o responsável pela formação da Comissão. Segundo Sandra Daniel os dois bispos de Vitória, Dom Luís e Dom João, entendiam que a comissão deveria se constituir em um espaço privilegiado da atuação dos leigos. D. João dava a sustentabilidade representativa que a comissão exigia, enquanto D. Luís trabalhava nos bastidores articulando e motivando a militância leiga para o desempenho das atividades. Um dos primeiros a participar da comissão foi o juiz João Baptista Herkenhoff, que inicialmente presidiu a comissão.³⁰⁶

A CJP de Vitória atuou primeiramente nas questões relativas às ocupações urbanas. Posteriormente essa comissão deu origem à comissão de direito à moradia da arquidiocese (CDM). A questão da moradia era uma histórica problemática na grande Vitória, pois, por conta da migração, havia a ocupação desordenada nas áreas urbanas e a pressão causada pelos problemas sociais se evidenciava.³⁰⁷ Um exemplo dessas ocupações refere-se à conhecida região de São Pedro em Vitória. Sem alternativas para a habitação, a ocupação da região se deu pela derrubada do mangue, já que a única estratégia de moradia dos migrantes consistia em se refugiar em áreas desocupadas. A CJP de Vitória posicionou-se nesse caso, dando suporte jurídico e assistencial às famílias.

³⁰⁴ BENEVIDES, 2009. op. cit., p. 49 e 50

³⁰⁵ Ibidem, 55 e 56.

³⁰⁶ DANIEL, Sandra. 2006. p. 71 e 72.

³⁰⁷ DANIEL, Sandra. 2005. p. 110.

A comissão se valia de uma rede de comunicações e das missas para receber denúncias e divulgar suas ações. Como as notas referentes à atuação da comissão eram lidas nas missas e celebrações, mesmo quando estas eram impedidas de sair na imprensa, as notícias circulavam e atingiam milhares de pessoas.³⁰⁸

Atividades promovidas pela CJP de Vitória eram alvo de vigilância por parte dos militares. O dossiê referente à arquidiocese apresenta arquivada uma nota da Comissão Justiça e Paz de Vitória datada no dia primeiro de junho de 1979. Na nota, a comissão teria levado a reflexão da sociedade, a realidade de despejo pela qual passavam algumas famílias ocupantes de barracos em Vitória. A comissão sugere que a população analise a situação à luz de critérios humanos e enumera os fatores envolvidos na questão.³⁰⁹

No primeiro item para reflexão, a nota ressalta que o inchaço populacional é resultado de problemas econômicos. No segundo tópico afirma que as famílias que ocupam áreas urbanas por não ter dinheiro para pagar aluguel não cometem crime, pois agem em decorrência do direito de sobrevivência.³¹⁰ O problema dessas famílias é apresentado pela CJP de Vitória como sendo um problema jurídico, e não um caso de polícia, devendo este ser de responsabilidade do estado. Dando continuidade, a carta destaca que os jornais cobriram as notícias do fato sem tornar pública a única ordem que permite o despejo que é a ordem judicial e que fora dessa ordem, o direito brasileiro só conhece o direito de reintegração de posse na forma do artigo 502 do código civil.³¹¹

A nota prossegue e destaca que a comissão justiça e paz havia colocado à disposição das famílias atendimento jurídico. A constituição é citada na nota como garantia de que além de outras atribuições, a propriedade possui função social e as famílias têm direito à proteção dos poderes públicos. A nota encerra argumentando que “o estado deve estar no centro dos acontecimentos não com a Polícia, mas com

³⁰⁸ Ibidem, p. 113

³⁰⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 170. *Nota da CJP Vitória*. Embora o caso do bairro São Pedro, seja um exemplo de atuação da CJP em meio a luta por moradia no Estado, considerando que não foi especificado na carta o local exato onde aconteceria o despejo, não podemos afirmar que se trate da especificamente da região de São Pedro.

³¹⁰ Ibidem.

³¹¹ Ibidem.

a secretaria de bem estar social, analisando cada caso como forma de garantir o direito dos menos favorecidos”.³¹²

No início dos anos 1980, a conjuntura política já era de plena abertura, no entanto, atividades da CJP/ES continuavam despertando o interesse dos militares. Exemplo dessa afirmação foi o seminário sobre o solo urbano que aconteceu no colégio do Carmo em Vitória,³¹³ entre os dias 08 a 13 de agosto de 1982. O relatório de informações datado no dia 18 de agosto de 1982 ressalta que o seminário teve início com a presença de aproximadamente 4.000 pessoas e que foi promovido pela Comissão Justiça e Paz de Vitória, juntamente com a Comissão de direito à Moradia da arquidiocese de Vitória.³¹⁴

O documento evidenciou a presença de representantes de alguns bairros e, posteriormente, destacou que durante os debates os participantes cantavam músicas de protesto ao governo e as autoridades policiais por conta das violências praticadas no despejo aos posseiros. No documento, os relatores afirmam que o Programa de Erradicação da Sub-habitação (Promorar) foi bastante criticado e que foi lido um documento do Sindicato dos Médicos contendo críticas agressivas ao governador Eurico Rezende (1978-1982).³¹⁵

³¹² Ibidem.

³¹³ O convento do Carmo foi construído em 1682 pelas Carmelitas, que ali residiam até 1860. O conjunto era formado pelo convento propriamente dito, pela Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo e pela Capela da Ordem Terceira. Em 1860, após um acordo firmado entre os Carmelitas e o Governo provincial, o Colégio do Carmo virou um quartel militar. No ano de 1897, após o pedido formal de desocupação militar do espaço, o colégio voltou a ser de responsabilidade da Igreja do estado e passou a ser residência episcopal de Dom Corrêa Néri. Em 1900, após receber um convite de Dom Correa Néri, três irmãs de Caridade começaram a residir no antigo casarão do Carmo. A partir de 1909 iniciou sua parceria com a Escola normal do estado. Em 1909, o Ministro da guerra determinou que as irmãs e alunas deixassem o colégio em 10 dias. O bispo Dom Fernando de Souza Monteiro foi então ao Rio de Janeiro e conseguiu na justiça a posse do convento. No ano de 1910 sob a responsabilidade das irmãs da Caridade, o colégio passou a atender também crianças necessitadas. O espaço se manteve ativo enquanto colégio até o ano de 1970. A parte do Colégio do Carmo de posse da Igreja do estado, foi espaço de muitas reuniões e discussões políticas e pastorais durante todo o período que compreende a pesquisa. CARNIELLI, Adwalter. 2006, p.367-370.

³¹⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 161. *Relatório*. 18 de agosto de 1982.

³¹⁵ Ibidem. O Promorar era um programa federal. Os recursos do programa eram repassados para a agência local do Banco Nacional da Habitação (BNH), que atuava em parceria com a Companhia Estadual de Habitação e a Prefeitura de Vitória. A prefeitura comandada pela ARENA se encarregava de fazer o contato direto com a população. Na região onde hoje é o bairro de São Pedro em Vitória, por exemplo, o conflito surgiu, pois os moradores temiam que um novo rezoneamento dos lotes pudesse implicar no remanejamento de famílias e perda de terrenos. Ver mais em: GURGEL, Antônio de Pádua; PESSALI, Hesio. **São Pedro, Vitória**: um exemplo para o mundo. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda. 2004. p. 27 e 28.

Segundo o documento, no dia 11 o encontro foi presidido pelo professor Candido de Malta Filho e no dia 12, pelo conferencista Pedro Eurico da cidade de Recife/PE. A fala do expositor foi destacada em tópicos e ao final do relato sobre o dia doze, há uma observação referente a uma explosão. Os oficiais colheram informações sobre o que teria acontecido no encontro com uma moça que se fazia presente no evento.³¹⁶ Ela caracterizou o objeto causador da explosão como sendo um pequeno engenho do tamanho de uma lata de cerveja. Eles destacaram que após alguns instantes, o encontro já havia voltado à normalidade.³¹⁷

Outra observação presente no relatório ressalta que, quanto à explosão, tão logo ocorreu, o fato foi comunicado ao delegado de plantão, tendo sido solicitada a presença de policiais ao local, o que aconteceu por intermédio do Comissário de polícia Dr. Rivadávio. Segundo o mesmo, ao inquirir os presentes, ninguém quis prestar qualquer informe, tendo um dos elementos, que não se sabe precisar quem é, levado o referido “petardo” para casa. Ainda na observação, ressalta-se que naquela mesma noite compareceu a delegacia de plantão o Dr. Sandro Chamom e mais alguns elementos entregando ao delegado um objeto pouco maior que uma lata de cerveja e que, segundo os queixosos, seria o objeto lançado nas dependências do auditório.³¹⁸

No que diz respeito ao dia 13, último dia do seminário os oficiais que relataram o encontro, destacaram o receio quanto à volta dos atentados, o que não ocorreu. Foram destacadas no documento a presença de Vasco Alves, então candidato a prefeito de Vila Velha pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Dr. João Batista Herkenhoff - juiz de Vila Velha - do arcebispo Dom João Batista e do bispo Dom Silvestre Scandian.³¹⁹ Em entrevista concedida a Geovana Valfré em 2006, o juiz João Batista Herkenhoff lembrou as perseguições e a vigilância dos órgãos de repressão.

[...] Bomba explodindo em reunião convocada pela comissão Justiça e paz de Vitória, polícia política acompanhando os passos dos membros da CJP, cartas censuradas pela polícia política, ameaças contra familiares de

³¹⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Anexo.

³¹⁷ Ibidem. Fl. 162 e 163.

³¹⁸ Ibidem. Encontra-se arquivado o ofício datado de 13/08/1982 enviado por D. João ao secretário de segurança. No exemplar, D. João comunica oficialmente o ocorrido e solicita maior segurança para a continuidade do evento além de pedir providências quanto ao suposto atentado. (Fl.165).

³¹⁹ Ibidem. Fl. 164.

membros da Comissão, telefonemas ameaçadores a altas horas da noite. Se todos não estivessem unidos, a CJP teria sucumbido num tempo histórico extremamente difícil da vida brasileira [...].³²⁰

Embora a década de 1980 tenha emergido sob anseios de redemocratização política, direitos básicos ainda eram violados em nome da “ordem”. Em pesquisa ao arquivo da arquidiocese encontramos uma foto que nos leva a visualizar um pouco da atuação de Dom João e da CJP de Vitória em meio ao contexto de repressão. Segundo os dados da arquidiocese, Dom João visitou em 1983, no Hospital das Clínicas, um preso que teria sido espancado pelo então delegado de Vila Velha.³²¹



FOTOGRAFIA 15: Dom João visita preso espancado.³²²

Vescovi ressalta que Dom João em 1984 visitou presos do quartel central da Polícia Militar e constatou a existência da prática de tortura. A visita do arcebispo foi criticada no artigo de Edmar Lucas do Amaral que circulou no jornal “A tribuna” do dia 12 de fevereiro de 1984. Edmar teria condenado a ida de Dom João ao quartel

³²⁰ HERKENHOFF, João Batista. DANIEL, Sandra. 2006. p. 72 e 73. Entrevista concedida a Geovana Valfré.

³²¹ Arquivo da Arquidiocese de Vitória. 2012. Segundo dados do acervo da arquidiocese, trata-se do delegado Ozires Ferreira Mendes, que era antigo oficial de justiça e delegado de Vila Velha. Usando dados presentes em jornais da cidade do ano de 1983, o pesquisador Vescovi destaca que Dom João teria solicitado a saída do então delegado e que posteriormente fora atendido. Ver mais em: VESCOVI, Alessandro. **À luz dos vitrais:** a história da arquidiocese de vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História Social das relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

³²² LOYOLA, Gildo. **Dom João Batista visitando preso espancado.** Vitória, ES, 1983. 1 fotografia. Arquivo da arquidiocese de Vitória – ES.

militar, pois segundo ele, o arcebispo não cumpriu a solicitação do governador Gerson Camata de ir sozinho na visita e levou consigo membros da CJP de Vitória, da imprensa e da Ordem dos advogados do Brasil (OAB).³²³

Em consonância com a Igreja do Brasil, eram desenvolvidos pela CJP trabalhos de reflexão que abordavam desde situações imediatas às conjunturais. Uma atividade nesse sentido foi o “Ciclo de Debates Sobre Direitos Humanos”, promovido pela comissão, que segundo os documentos da DOPS/ES, teria acontecido em Vitória, de 25 a 28 de janeiro de 1984 no Colégio do Carmo. Paralelamente a este encontro, aconteceu também o III Encontro Ecumênico de Direitos Humanos, promovido pela arquidiocese que aconteceu no Calir de Viana fechado a participação popular.³²⁴

Em entrevista concedida ao jornal “A Gazeta” do dia 25/01/1984, hoje parte do dossiê, Dom João destaca que os temas escolhidos para o ciclo de debates – Desemprego, Violência e Reforma Agrária – eram temas tipicamente brasileiros e que configuram de maneira clara a violação dos direitos humanos no Brasil, classificando-se assim, como desafios a serem enfrentados pelo cristianismo.³²⁵ A atividade também foi alvo de monitoramento por parte dos oficiais da DOPS/ES. Segundo a ordem de serviço 05/84, foram designados para acompanhar as atividades do encontro os agentes Ralf Ribeiro de Almeida, Noélia Senna Brito e Alcilúcia Pereira Penha.³²⁶

Ao observar alguns documentos feitos pelos agentes da DOPS/ES, percebemos que as informações presentes nos anexos eram fontes de dados que, por vezes, auxiliava na redação de relatórios feitos pelos agentes. Contudo, na maioria dos casos observados nos dossiês aqui apresentados, detalhes sobre algumas discussões nos ligam ao indício de que o monitoramento tenha realmente sido feito por agentes infiltrados em encontros e reuniões. Sendo assim, além de nos apresentar um pouco do que deveria ser colhido como informação, os arquivos

³²³ VESCOVI, 2007, p. 44 e 45.

³²⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 13. Fl. 10 e 11. *A Gazeta*. 25 de janeiro de 1984. Embora os relatórios e informes da DOPS/ES presentes nesse dossiê tenham como título o “encontro ecumênico”, o que foi realmente relatado pelos oficiais foi o encontro que aconteceu no Colégio do Carmo, portanto, o Debate sobre Direitos Humanos. Não localizei nenhum documento sobre o encontro ecumênico que aconteceu no Calir de Viana que era restrito a população.

³²⁵ Ibidem. Fl.10.

³²⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 13. Fl. 02. *Ordem de serviço*. 24 de janeiro de 1984.

também nos permitem conhecer um pouco da atuação e pensamento dos elementos e grupos vigiados.

Nesse sentido, o relatório dos oficiais referente aos dias de debate sobre direitos humanos promovido pela CJP nos permite conhecer um pouco das preocupações e anseios dos participantes. O detalhado documento apresenta dados sobre cada um dos dias de atividade. No relatório referente ao primeiro dia, os agentes destacam que o tema gerador das discussões foi “Modelo Econômico, Desemprego e Direitos Humanos”. Segundo o relato, participaram do encontro cerca de 500 pessoas. Sob a coordenação do advogado e membro do CDH de São Paulo, José Queiroz, e supervisão do arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque, que taxaram o modelo econômico vigente como o grande causador do desemprego no país.³²⁷

O relatório sobre este primeiro dia de debate apresenta trechos da fala de muitos que teriam participado do encontro. Mas o que de forma geral caracterizou os debates relatados pelos agentes eram as duras críticas ao governo civil militar, que ao “prostituir diversas estatísticas para enganar o povo” estaria escondendo do mesmo a causa de tanta desigualdade e fragilidade econômica.³²⁸

O segundo dia de debate, 26/01/1984, teria tido como tema “Violência Urbana, Violência Policial e Direitos Humanos”. Segundo o relato, nesse dia participaram cerca de 1.500 pessoas. Compondo a mesa, juntamente com o bispo auxiliar de Vitória Dom Silvestre e o padre Rubens Duque, estava novamente o arcebispo Dom João Batista. Como palestrantes, muitos membros da Igreja e de entidades de todo o país fizeram o uso da palavra, dentre eles interessante destacar como palestrante a socióloga Maria Victória Benevides da CJP de São Paulo, que discursou sobre o racismo, falta de direitos civis e também falou de seu trabalho como defensora de direitos humanos.³²⁹

No dia 27/01/1984, terceiro dia do encontro, o tema discutido teria sido “Terra, Reforma Agrária e Direitos Humanos”. A coordenação do debate foi feita pelo bispo de Santa Catarina Dom José Gomes. Entre os palestrantes, todos os membros de segmentos pastorais, também se pronunciou explicando o que é e para que serve

³²⁷ Ibidem 03 e 04.

³²⁸ Ibidem 04.

³²⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 13. Fl. 05 e 06. *Relatório* 31/01/1984.

reforma agrária, Antônio Moschem da FETAES. O palestrante Wagner Rocha de Angelis presidente da CJP de Santa Catarina enfatizou que os partidos políticos até falam de reforma agrária, mas como os políticos são donos de terra e por vezes latifundiários, eles acabam tomando as terras dos índios e camponeses como aconteceu aqui no Espírito Santo. Durante o debate, um representante da comunidade de “Roda da D’água” em Conceição da Barra leu uma carta que denunciava a polícia militar de São Mateus, por ter arrombado uma casa e espancado os membros da família levando-os ao DP de São Mateus e acusando-os de roubo de gado a mando do prefeito. Logo depois da leitura da carta, o bispo de São Mateus teria se pronunciado a favor dos acusados.³³⁰

No último dia do encontro, foi feita uma caminhada partindo do terminal aquaviário até o ginásio do Álvares Cabral em Vitória. Segundo o relato, no ginásio encontrava-se o bispo Dom João Batista e membros de diversas CEBs que totalizavam uma média de 2.000 pessoas. Representantes da pastoral operária teriam discursado criticando o governo estabelecido. O relatório destaca que também aconteceram encenações criticando os fazendeiros e as eleições indiretas para presidente. Palavras de ordem expressas em faixas em meio ao povo esboçavam a discussão que foi feita nos dias de debate.³³¹

Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel. Todos são iguais perante a lei e tem direitos sem qualquer distinção. Ninguém será arbitrariamente preso detido ou exilado. Todo homem acusado de um ato delituoso tem direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada. Todo homem tem direito a uma nacionalidade. Todo homem tem direito a propriedade. Todo homem tem direito a liberdade de reunião associação pacífica. Todo homem tem direito a repouso e lazer.³³²

Em recortes de jornal, hoje parte do dossiê, vemos a opinião do bispo de São Mateus Dom Aldo Gerna, que também participava do encontro. Ele destacou que sua diocese também tinha seguimentos de luta e defesa de direitos humanos e que, dado a essa postura, há pouco tempo os muros da Igreja haviam sido pichados com o pedido de “fora padres comunistas”. Ao se pronunciar sobre os principais problemas de violação aos direitos humanos em sua região, o bispo destacou que o maior problema era o da falta da terra em virtude da adoção de projetos agroindustriais que não empregavam a mão de obra rural. O bispo teria dito que

³³⁰ Ibidem. Fl. 06, 07 e 08

³³¹ Ibidem. Fl. 08 e 09.

³³² Ibidem. Fl. 09.

apesar das declarações do governo de que as usinas de álcool instaladas na região pudessem gerar emprego, cálculos feitos na “ponta do lápis” comprovavam que ao invés disso, as usinas iriam tirar o homem do campo e promover o êxodo rural.³³³

A CJP de Vitória trabalhou e cresceu na defesa e legitimidade dos direitos humanos. Inserida na arquidiocese em um contexto de repressão, a CJP ajudou a motivar debates e ações que evidenciavam a defesa de direitos. Sendo assim, não só a CJP como todos os demais segmentos pastorais da arquidiocese de Vitória e diocese de São Mateus, se viam inseridos em debates que tinham como tema a integridade da pessoa humana.

2.6 SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE NO ES

As CEBs e a importância que se deu ao trabalho leigo no estado foram visivelmente opções pastorais presentes nas dioceses do Espírito Santo. No entanto, apesar de em termos gerais ser classificada como “progressista”, a Igreja em território capixaba refletiu em seu meio diversos segmentos de nível nacional, que dão mostras da pluralidade de setores dentro do catolicismo do Espírito Santo. Como exemplo dessa afirmativa, podemos citar a presença no estado de um movimento conhecido como Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade – SBDTFP ou simplesmente TFP.³³⁴

Ao analisarmos a série Movimentos Religiosos da DOPS/ES, nos deparamos com um dossiê inteiro sobre o movimento no Espírito Santo. Inicialmente, o que chama a atenção é o recorte de uma publicação do jornal A Gazeta de 01/10/1974, onde se

³³³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 13. s/n. *Recorte de jornal*. Sem identificação.

³³⁴ A raiz ideológica da TFP remonta ao início do séc. XX, onde fundadores do movimento como Plínio Correa, viveram o contexto de criação e estímulo de movimentos sociais de combate ao positivismo, comunismo, materialismo e outros “ismos” tidos como contrários aos designios de Deus. A gênese da TFP deve ser direcionada a criação da Ação Católica que se caracterizava como um braço de atuação social da Igreja. A estratégia de alguns segmentos pastorais advindos da Ação Católica de se voltar para a atuação enxergando e analisando as mazelas sociais. No caso dos futuros fundadores da TFP, percebemos que o dilema que os levaram a se afastar das diretrizes e do edifício institucional da Igreja Católica, a partir dos anos 40, e que culminou com a criação da TFP em 1960, foram as mudanças adotadas pela hierarquia católica e que se afastaram progressivamente de uma proposta ultramontana de catolicismo em benefício de um catolicismo social. Para maiores esclarecimentos, ver: ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade** (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995). Florianópolis, 2007. 287f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp038380.pdf>. Acesso em Jan. de 2013.

notícia que a propaganda da TFP teria “invadido” o sul do estado. Segundo as informações, o movimento tinha sede em Vitória, na Rua Padre Nóbrega, Centro, 193, onde membros que costumavam evitar contato com a imprensa reuniam-se durante horas. Segundo informes presentes na matéria, de quinze em quinze dias, membros da TFP visitavam os jornais da cidade para publicar artigos do líder Plínio Correa e também visitar membros do movimento, em sua grande maioria ex-integralistas. Eles também tinham o hábito de fazer comícios-relâmpagos nas praças de Cachoeiro geralmente com vestimentas avermelhadas, trazendo no peito o brasão da sociedade e manifestando-se sobre os perigos da decadência dos “bons costumes”.³³⁵

O arcebispo Dom João em entrevista concedida ao mesmo jornal teria dito quanto a TFP que esta era uma “sociedade em extinção e quase morta” e ainda que a considerava um movimento separado da Igreja Católica, por viver em constante revolta, principalmente contra os anseios do Concílio Vaticano II. Nas palavras do arcebispo, se percebe as críticas quanto ao movimento “[...] Nenhum católico bem informado deve concordar com esta sociedade que, de maneira alguma deve ser levada a sério”.³³⁶

Segundo a matéria de A Gazeta, uma justificativa possível quanto à infiltração das ideias da TFP no sul do estado, deve-se a influência de membros tefepistas da cidade de Campos/RJ, onde a TFP possuía grande aceitação. O movimento em Campos tinha apoio do bispo Antônio de Castro Mayer. Dom João teria afirmado na entrevista que este seria o único bispo brasileiro reconhecido e realmente aceito pelos membros da SBDTFP.³³⁷

³³⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Sem Numero. A Gazeta. 01/10/1974. Plínio Correa nasceu em São Paulo, formado pela faculdade de direito da USP; professor catedrático de História moderna e contemporânea da PUC/SP, ex-deputado estadual e presidente vitalício do conselho nacional da SBDTFP [...]. Fl.36. A militância católica de Plínio Corrêa teve início com sua participação na congregação Mariana da Legião de São Pedro e se estendeu até seus últimos dias. Figura de proeminência eclesial nas décadas de 1930 e 1940 forjou o ideal de um movimento católico de leigos em defesa da ação católica, sistematizou a doutrina contrarrevolucionária que seria seu suporte de ação em fins da década de 1950 (Revolução contra revolução). Criou os símbolos, determinou as bandeiras de luta e os temas de campanha da TFP. Mais que seu fundador, Plínio foi seu idealizador, líder e articulista. Para maiores esclarecimentos, ver mais em: ZANOTTO, Gizele. 2007, op.cit., p. 21-45.

³³⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Sem Numero. A Gazeta. 01/10/1974.

³³⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. A Gazeta. 01/10/1974. Segundo os estudos de Gizele Zanotto, tanto bispos progressistas como Dom Helder Câmara e considerados

Ao observarmos o dossiê, constatamos que uma série de relatórios, anexos e troca de informações entre outros órgãos de segurança do país ajudaram os agentes da delegacia a tomar conhecimento da entidade. Dados colhidos pelo agente Domingos de Freitas datados de julho de 1975 nos apresentam o sistemático interesse dos agentes com relação à SBDFTP. O informe de número 195/75 vislumbra a sociedade como sendo de extrema direita e de combate ao comunismo. Os dados apresentados novamente evidenciam que o movimento teria sede em Vitória na Rua Padre Nóbrega, 193, Centro, tendo como responsáveis os senhores José Walter Lima Freire e Hisanohi Susaki.³³⁸

O informe de número 596/75 oferece dados mais detalhados sobre o movimento de forma geral. Com sede nacional em São Paulo, a SBDFTP ou simplesmente TFP era coordenada por Plínio Corrêa de Oliveira tendo sido fundada após assembleia geral que aconteceu bem 26 de julho de 1960.³³⁹ Um dado interessante que caracteriza a sociedade, apresenta o movimento como sendo de orientação católica e dirigido por Marianos. Segundo o informe, ela teria sido fundada para combater todos os regimes de esquerda de forma especial o comunismo, de forma pacífica.³⁴⁰ Segundo os dados apresentados no informe, Plínio Corrêa de Oliveira era advogado, nascido em São Paulo e ex-deputado estadual. Destacava-se como anticomunista pautado num pensamento de direita e contra a reforma agrária. Era também ligado aos setores conservadores da Igreja e autor de várias obras, entre elas “A liberdade da Igreja do Estado Comunista”, “Revolução contra Revolução” e outros.³⁴¹

No dossiê encontra-se um encaminhamento da DOPS de Porto Alegre à DOPS/ES, datado de 15/07/1975, onde uma lista de informações de âmbito nacional da TFP é apresentada com fatos relacionados em ordem cronológica de outubro de 1967 a

conservadores como Dom Eugênio Salles, expressavam-se contra o movimento. ZANOTTO, Gizele. 2007. op. cit., p. 156.

³³⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Fl. 23. *Informação Nº 576/75*. 17 de julho de 1975.

³³⁹ Em decorrência da consolidação da TFP no país ocorrida ainda no contexto do governo militar e dos inúmeros contatos estabelecidos com católicos de outros países a partir das semanas de estudo de catolicismo, entidades co-irmãs e bureaux TFP foram sendo fundados em vários países. Apesar da expansão internacional, cada um dos movimentos ou TFPs são autônomos em suas decisões e atuações, respeitando o contexto histórico, político e social de cada um dos países onde se instalou. Ver mais em: Zanotto, Gizele. *Tradição, família e propriedade (TFP)*....

³⁴⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Fl. 24 e 25. *Informação Nº 576/75*. 29 de julho de 1975. Em janeiro e fevereiro de 1971, a sociedade teria promovido a 3ª semana Especializada para formação anticomunista que reuniu estudantes secundaristas procedentes de várias partes do Brasil.

³⁴¹ *Ibidem*. Fl. 25 e 26.

maio de 1975.³⁴² Em um informe de número 0722/75, consta que a sociedade teria sido considerada uma entidade de utilidade pública pelo decreto lei estadual 45.132 de 17/08/1965. Segundo o relatório, no estatuto, a TFP se apresenta como tendo caráter moral e cívico, com o objetivo de esclarecer a opinião nacional, os partidos políticos, e os poderes públicos sobre a influência exercida na economia e na legislação do país, dos ideais comunistas em detrimento da tradição, da família e do direito à propriedade. Seria prática da sociedade distribuir materiais em defesa da Igreja Católica tradicionalista baseados na obra de Plínio Corrêa.³⁴³

A aplicação prática da TFP se efetivava através de campanhas. O relatório destacou as seguintes: Em 1963, campanha contra a reforma agrária proposta por Jango. Em 1966 contra a infiltração comunista nos meios católicos com o recolhimento de mais de um milhão e meio de assinaturas; em 1969 defendendo a tese de que uma possível crise na Igreja estaria sendo sustentada por organismos artificiais, no ano de 1970 contra a eleição de Salvador Allende no Chile e, finalmente, em 1975 contra o divórcio. O relatório ainda informa que quanto aos fins lucrativos, a entidade se mantinha através de contribuições de seus membros, venda de publicações e doações, estas favorecidas pela redução do imposto de renda por ser a entidade considerada de utilidade pública.³⁴⁴

Interessante observar que, segundo o relatório presente na DOPS, a TFP, embora considerada uma entidade anticomunista, sofria restrições em relação às entidades com o mesmo cunho ideológico.³⁴⁵ Tal prática se justificaria pelo caráter exclusivista e a maneira como seus militantes se apresentavam em público, considerada “espalhafatosa, antipática e agressiva”. Várias teriam sido as investidas contra a TFP, na qual teriam se envolvido vereadores e deputados tanto da ARENA quanto do MDB, uns aproveitando-se para aparecer e outros com o objetivo de combatê-la.³⁴⁶

³⁴² APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Fl. 38 a 45. Encaminhamento. 1027/75. 15 de julho de 1975.

³⁴³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Fl. 33. Relatório 0722/75. 28 de julho de 1975.

³⁴⁴ Ibidem, Fl. 34.

³⁴⁵ O dado presente no informativo caracteriza a afirmativa de Rodrigo de Sá Motta que classifica como diversas as formas de anticomunismo.

³⁴⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Fl. 34. Relatório 0722/75. 28 de julho de 1975.

A TFP era acusada de ser nazifascista, monarquista e paramilitar. Ao avaliar as acusações, o relatório afirma que no que diz respeito à acusação de ser nazifascista e monarquista, ainda não havia sido concluído que a doutrinação e práticas da entidade pudessem indicar tal afirmativa.³⁴⁷ Quanto a ser classificada como para militar, a própria entidade teria reconhecido que promovia cursos de defesa pessoal e que muitos de seus integrantes obtinham o porte legal de armas. O relatório aponta que a TFP justificava essas práticas como sendo necessárias para dotar os militantes de condições de defesa contra possíveis ataques “comuno progressistas”.³⁴⁸ Interessante observar também que, no informe, os agentes expõem a opinião sobre a TFP e manifestam sua análise sobre a possível perseguição que estaria sendo feita ao movimento.

[...] É consenso geral entre os órgãos de informação que a TFP está sendo utilizada como ponto de partida, para uma campanha mais ampla e de maior profundidade, cujo objetivo final e decisivo é atingir os demais movimentos e entidades anticomunistas. A desmoralização e a eliminação da TFP facilitaria alcançar este objetivo [...]³⁴⁹

O informe destaca que a própria entidade que antes não se preocupava com os ataques, teria começado a se intimidar por conta da ampla propaganda contrária ao movimento feita por políticos e também por prelados como o presidente da CNBB e o arcebispo de São Paulo.³⁵⁰

Como foi dito anteriormente, no Espírito Santo, o movimento também teria sido criticado pelo arcebispo Dom João Batista. Relatos de membros do clero e mesmo documentos presentes na DOPS/ES sobre o bispo de Cachoeiro, indicam que a Igreja do sul do estado, realmente apresentava uma linha mais conservadora. No entanto, apesar de movimentos e associações religiosas tradicionais como a Legião de Maria terem sido característicos na diocese mesmo após a saída de Dom Luiz

³⁴⁷ A TFP em consonância com as ideias de Paulo VI, influenciadas por Tomás de Aquino defendia a monarquia como a melhor forma de governo. Os tefepistas mantêm-se vinculados ao discurso tradicional católico que preconiza a união efetiva entre trono e altar. Entretanto, tal defesa monárquica tefepista é muito mais discursiva do que efetiva, visto que o alvo imediato da TFP vincula-se ao contexto em que atua o que, de certa forma, inviabilizaria uma campanha mais explícita em prol da monarquia no país. Ver mais em: Zanotto, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP).... p. 108 a 110.

³⁴⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 01. Fl. 35. *Relatório 0722/75*. 28 de julho de 1975. O DOPS de São Paulo teria constatado que na cidade de Itaquera/SP, teriam sido identificados 40 militantes praticando treinamento antiguerrilha. Na ocasião teriam sido apreendidos instrumentos de combate como revólveres e munição. Ibidem.

³⁴⁹ Ibidem. Fl. 37

³⁵⁰ Ibidem. Fl.36. No ano de 1975, o presidente da CNBB era Aloísio Lorscheider e o arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns.

Gonzaga Pelúcio em 1985,³⁵¹ não podemos afirmar que tenha existido nesta época uma ligação direta entre a TFP e a diocese de Cachoeiro. Em entrevista, Pe. Duque, sem recorrer a grandes detalhes, se recordou de uma manifestação dos TFPs em Vitória, onde teria ocorrido um enfrentamento direto entre ele e membros da sociedade.³⁵²

Em um trecho do recorte do jornal “A Gazeta” do dia 01/10/1974 hoje parte do dossiê, foi sugerido na matéria que, sendo a TFP uma “sociedade secreta”, ela teria seus métodos de amedrontar as pessoas consideradas subversivas, sendo sua principal estratégia, o uso de cartas anônimas e telefonemas.

Encontrar o dossiê sobre a TFP no Espírito Santo nos possibilita visualizar, de forma objetiva, a pluralidade de segmentos pastorais e movimentos presentes na Igreja do Espírito Santo. Percebemos, ainda, que o rótulo de subversivo e comunista atribuídos ao clero e aos leigos da ala progressista da Igreja, não era dado aos mesmos somente pelos militares, como também por movimentos de setores mais radicais do conservadorismo católico.

³⁵¹ O movimento Legião de Maria, presente no Espírito Santo surgiu em Dublin na Irlanda em 1921. Chegou ao Brasil em 1951 e no Espírito Santo através de um convite de Dom José Joaquim Gonçalves no ano de 1954, quando foi fundado o primeiro presídio capixaba (núcleo ou grupo básico da legião), conhecido como “imaculado coração de Maria. Ver mais em CARNIELLI, Adwalter. 2006. p. 624, 627 e 735 a 739.

³⁵² DUQUE, Padre Rubens. Igreja e DOPS no estado do Espírito Santo. 2013. Entrevista concedida à autora do trabalho, Colatina, 13 de maio de 2013.

3 ARTICULAÇÃO ENTRE IGREJA E MOVIMENTOS SOCIAIS SOB VIGILÂNCIA DA DOPS/ES.

O período compreendido entre 1974 e 1985, foi uma época marcada pelo resurgimento – sindicatos e movimento estudantil – e surgimento de novos movimentos de contestação ao regime como as comunidades eclesiais de base. Destaque também para os partidos políticos, tais como o MDB (depois PMDB) e, posteriormente o PT. Nesse contexto, a Igreja do Espírito Santo se caracterizou como mais um importante veículo de manifestação de ideias e de ações que incitavam a participação e formação desses segmentos sociais na luta por direitos humanos e redemocratização. Ao analisar os documentos da DOPS/ES, o que se percebe é que o “político” construído nas CEBs e nos diversos segmentos sociais das dioceses do Espírito Santo se engajava em diversas frentes, sendo, devido a esse motivo, em diversas vezes, considerado como elemento “comunista” e/ou subversivo pelos oficiais que os monitoravam.

Nesse sentido, este capítulo visa dar continuidade às reflexões sobre o monitoramento de cristãos católicos no Espírito Santo, abordando documentos presentes na DOPS/ES, que de forma geral, refletem todo o envolvimento desses militantes com os movimentos sociais e partidos que se engajavam nas lutas pautadas no contexto ditatorial. Relatórios de missas e encontros, cartas, informes e anexos diversos nos permitem, além de averiguar a visão dos agentes quanto às atividades desenvolvidas pelos militantes, transcorrer de forma clara, todo o percurso de lutas dos segmentos sociais que, de forma gradativa pressionaram a redemocratização do país.

3.1 MANIFESTAÇÕES DE APOIO AOS MILITANTES, RELIGIOSOS E ESTUDANTES.

A ideia de que havia no discurso católico elementos que incitavam a subversão, levou os militares a se sentirem alarmados contra todas as atividades que eram desenvolvidas pela Igreja do Espírito Santo. Os documentos apresentados neste tópico se incluem cronologicamente entre os anos de 1976 a 1979 e foram selecionados por se classificarem como manifestações de apoio por parte da Igreja

aos militantes de diversas frentes, que lutavam a favor de uma efetiva abertura política.

[...] Diante dos recentes acontecimentos que enlutaram e encheram de dor a Igreja de Deus no Brasil (os assassinatos do padre Rodolfo Lunkeimbeim e do índio Simão Cristino no dia 15 julho de 1976, em Meruri, MT: o sequestro e o espancamento de Dom Adriano Hipólito, no dia 22 de setembro de 1976 em Nova Iguaçu, RJ: o assassinato do padre João Bosco Punido Bournier no dia 11 de outubro, em Ribeirão Bonito também em Mato Grosso.³⁵³

Esse é um trecho da nota divulgada por Dom João Batista ao jornal A gazeta do dia 16/10/1976, onde o arcebispo convida toda a Igreja de Vitória a participar de uma missa contra todas as formas de violência que seria realizada no dia 18 de outubro na catedral de Vitória. O jornal ainda trazia em destaque uma nota da CNBB, onde a instituição cobrava das autoridades maior rigor no processo de esclarecimento de fatos envolvendo eclesiásticos.³⁵⁴

Segundo o relatório dos agentes ao delegado da DOPS/ES, a missa do dia 18 de outubro de 1976 seguiu a liturgia dos mártires em razão da violência que vinha sendo sofrida recentemente por membros da Igreja.³⁵⁵ No relatório, além de listar os nomes de padres que foram citados na nota emitida por Dom João ao jornal A Gazeta, ainda houve destaque para a fala de Dom João contra o espancamento de um comerciante chamado Paulo Baier, e contra a violência policial sofrida por Margarida Barbosa, Santana Rodrigues e Yolanda Penolva.³⁵⁶

³⁵³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 99. A Gazeta. DOPS/ES. 16 de outubro de 1976.

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ Embora só o papa tenha autoridade para proclamar publica e oficialmente que alguém é mártir, muitos foram reconhecidos com este título por ter dado o testemunho de sua fé até o final. O ritual celebrativo que segue a teologia dos mártires evidencia em meio à comunidade a disponibilidade daqueles que tiveram coragem de sofrer ou morrer pelos irmãos. A palavra mártir vem do grego mártys, mártiros, que significa testemunha. O mártir é uma testemunha que chega ao derramamento do próprio sangue. Seguir o ritual dos mártires é se colocar a serviço e doar-se até a morte em nome da causa do evangelho. Ver mais em: SILVA, José Arioaldo da. Sentido Teológico Litúrgico do Altar Cristão. In: **Revista Mundo e Missão**. São Paulo. nº. 87, p. 34-35, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/teologiaaltar.htm>>. Acesso em 29 de jul. de 2013.

³⁵⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 86. Relatório 18 de outubro de 1976. Os relatores destacam que nesse momento celebrativo a catedral estava lotada se fazendo presentes diversas personalidades do seguimento político e estudantil. Segundo os agentes da DOPS, o bispo abriu a celebração destacando as intenções da missa, lembrou que padre João Bosco que foi assassinado, havia sido seu colega de seminário e enfatizou que os direitos do homem são constantemente violados diante das autoridades incapazes de defender a integridade física dos trabalhadores.

Dando sequência à missa, a palavra foi dada a Mário Armando Furtado Monjardim, que leu versículos da carta de São Tiago onde se condenava a ação criminosa dos poderosos contra os fracos. Voltando a falar do assassinato do padre D. João, ressaltou que pertence ao governo a responsabilidade de zelar pela ordem pública e pela segurança de cada cidadão, o que não estaria sendo cumprido, tendo Dom João indagado “[...] É sabido a incapacidade do governo em conter a maldade que assola o país. De que adianta apelarmos para a polícia ou mesmo a justiça, se ambas não fazem nada”.³⁵⁷

Os oficiais que relataram o fato descreveram que tais palavras tiveram bastante repercussão entre os fiéis, notando-se a troca de ideias entre os mesmos. O documento ressalta que ao final da missa dos mártires, Dom João foi calorosamente aplaudido. Os agentes ainda relataram no documento a presença de líderes do MDB, de universitários, de padres da arquidiocese e dos irmãos de Taizé. O documento também traz em anexo dois exemplares de jornais da cidade que fizeram abordagens da missa e expuseram a delicada situação pela qual passavam militantes da Igreja do Brasil frente à tortura.³⁵⁸

De interesse para os militares também foi o culto ecumênico que aconteceu na Catedral Metropolitana de Vitória em memória dos dez anos da morte do estudante Edson Luiz, morto em um restaurante universitário no Rio de Janeiro. Os anexos referentes ao convite e uma carta motivando a participação se misturam a relatos dos agentes que acompanharam o culto. A carta assinada por alguns dos diretórios acadêmicos da UFES se apresenta com reflexões religiosas e logo no início incentiva os cristãos a tomarem uma atitude de fé e coragem ressaltando que “ao cristão é proibido ter medo”. Segundo o anexo, a carta seria uma declaração do fim da última assembleia nacional dos bispos do Brasil.³⁵⁹

Segundo o informe de número 418/78, o culto organizado pelos estudantes em razão do dia do Protesto, que teria acontecido em várias capitais, não teve a presença de políticos e durou aproximadamente 50 minutos. Contou com a presença

³⁵⁷ Ibidem. Fl. 87.

³⁵⁸ Ibidem. Fl. 88.

³⁵⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Fl. 63.

de um pastor protestante, de um padre conhecido como 'Euclides' e a presença de em média trezentas pessoas em sua maioria estudantes.³⁶⁰

O relatório também ressalta que na homilia do arcebispo Dom João lembrou os recentes fatos ocorridos pelos estudantes, tais como a proibição a viagem que um grupo de medicina faria a São Paulo. O arcebispo teria refletido sobre o arbítrio e a repressão que sofre o povo brasileiro e, nas palavras dos agentes que fizeram o relato, ele teria insistido em alimentar a revolta dos estudantes, ressaltando que os mesmos são impedidos de estudar e coibidos de participar, de viver a realidade brasileira, para a qual devem se colocar de costas, alheios ao que lhes acontece, por ordens vindas não se sabe de quem, onde e por quê.³⁶¹

Outra situação também apresentada nos anexos do dossiê da DOPS acerca da atuação do clero também teria gerado indignação no movimento estudantil e em setores da Igreja. No dia 12 de maio de 1978, foi preso pela polícia federal e mantido sob tortura, um estudante de Ciências Naturais, chamado Edval Nunes da Silva conhecido como "Cajá". Em solidariedade a todos aqueles que tentavam manifestar suas ideias, o diretório acadêmico da UFES convidou os estudantes a participar de uma missa que seria celebrada na catedral metropolitana de Vitória no dia 10 de Julho do mesmo ano. A missa também seria realizada nas cidades de Colatina, Linhares e São Mateus.³⁶²

Sobre o estudante, a ordem de encaminhamento de número 184/78 de 07 de julho de 1978 destaca que ele fora preso por tentar rearticular o PC do B em Recife.³⁶³ O estudante tinha convivência direta com Dom Hélder Câmara, participava da Pastoral Universitária e da CJP do Recife. Uma ordem de serviço expedida pelo então chefe de Serviço Interno de Investigações da DOPS/ES, encaminhou os agentes Marcos Moraes Costa, José Boldrini e João Manuel Rodrigues Lima para fazer o monitoramento da atividade na catedral metropolitana de Vitória.³⁶⁴

³⁶⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. *Informação 418/78. s/d.*

³⁶¹ *Ibidem.*

³⁶² APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 110 e 114. *Convite. s/d.*

³⁶³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 113. Encaminhamento nº 184/78. 07 de julho de 1978.

³⁶⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 116. Ordem de Serviço nº 008/78 de 10 de julho de 1978.

Em resposta, um informativo datado no dia 11 de julho de 1978 e um relatório constando o dia 12 do mesmo mês, foram enviados ao delegado da DOPS/ES. No informativo do dia 11 de julho os agentes relataram que toda a liturgia foi celebrada por Dom João Batista, arcebispo de Vitória. Além de classificar como teatral e hilária a atuação do arcebispo, os agentes ainda evidenciaram trechos de falas do arcebispo.³⁶⁵

[...] Tal qual seus últimos pronunciamentos, Dom João Batista mais uma vez apresentou-se violento, atacando direta e injustamente a Polícia Federal como órgão arbitrário, torturador e de tentar forjar através de documentação falsa, culpabilidade de pessoas, tudo isso, com a complacência das mais altas autoridades do Brasil e com o dinheiro do povo. [...] Durante poucos minutos o arcebispo de Vitória atacou a Polícia Federal taxando-a como impostora e mentirosa por tentar incriminar um 'inocente' e desejar com isso comprometer ligar a Igreja a grupos subversivos. [...] E mais, disse, revelando que sabia que entre os assistentes da celebração, encontravam-se "dedos duros" e "espiãs", mas que nada disso o intimidava, desejando apenas que os agentes não voltassem suas perseguições contra os estudantes, por estes estarem solidários com a Igreja. [...]³⁶⁶

Dos doze padres que se faziam presentes, os agentes conseguiram identificar o então padre Geraldo Lírio Rocha, porque ele foi citado pelo arcebispo e tomou a palavra. Em seguida, padre Geraldo teria apresentado segmentos da Igreja que assinavam um manifesto pedindo a libertação do estudante.³⁶⁷ Em destaque os agentes ressaltaram que a missa contou com cerca de 250 pessoas e que acreditavam que o pouco índice tenha se justificado pelas fortes chuvas que caíam na região.³⁶⁸

Na luta por redemocratização e direitos dentro do estado, a Igreja atraiu integrantes do movimento estudantil em uma época em que manifestações políticas eram limitadas. Em entrevista concedida à Giovana Valfré, Paulo Hartung, ex-governador do estado e ex-militante do Movimento estudantil, ressalta que se lembra da primeira passeata organizada pelos estudantes na Praça Oito, na luta pela anistia. Ele salienta que, quando a polícia partiu para o enfrentamento para acuar os estudantes,

³⁶⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 100. *Informativo Nº 955/78*. 11 de julho de 1978.

³⁶⁶ Ibidem. Fl. 100 e 101.

³⁶⁷ Ibidem. Fl. 101.

³⁶⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 117. *Relatório*. 12 de julho de 1978.

por ordem de Dom Luís Gonzaga, as portas da catedral foram abertas e lá eles ficaram em segurança.³⁶⁹

Segundo o ex-governador, a Igreja Católica, suas CEBs e suas pastorais sociais foram aliadas fundamentais para a reconstrução do movimento estudantil no Espírito Santo, impulsionando outros seguimentos da população a também se organizar, como sindicatos, associações de bairro, grupos de mulheres e movimentos populares. Destaca também que o espaço, a pragmática da Igreja e suas pastorais oxigenaram a práxis e os valores dos movimentos de esquerda, incluindo o estudantil e que a aproximação e a integração com os trabalhos sociais e políticos da igreja humanizaram o comportamento dos mesmos.³⁷⁰

Outro documento da DOPS/ES chama a atenção por apresentar um conflito direto que houve entre membros do clero da arquidiocese de Vitória e políticos no estado. Trata-se de uma carta escrita por José Maria Miguel Feu Rosa - ex-prefeito da cidade de Serra - onde ele solicita ao Presidente da República, João Baptista Figueiredo (1979-1985), ajuda para combater o clero progressista.

A carta, datada de 22 de maio de 1979, presente nos arquivos da DOPS/ES, tem início com o prefeito expondo que é Arenista e eleito com uma margem de 80% dos votos. Ele destaca sua força política ressaltando que ajudou na eleição de vereadores e que repetiu sua influência, ajudando a eleger deputados.³⁷¹

No texto, o prefeito menciona sua tradição católica e, em seguida, apresenta suas considerações sobre o clero. Segundo o prefeito, havia um pároco geral no município chamado “Luciano”, vindo do interior.³⁷² Ele destaca que há mais ou menos três anos havia chegado um padre auxiliar de nome “Francisco” e que desde sua vinda havia incluído em seus sermões uma série de críticas às autoridades constituídas.³⁷³ O prefeito afirmava que as pregações do então padre incitavam a subversão e a luta de classes contra patrões e governos, principalmente depois das

³⁶⁹ HARTUNG, Paulo. DANIEL, Sandra. 2006. p. 69. Entrevista concedida a Geovana Valfré.

³⁷⁰ Ibidem, p. 70.

³⁷¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 104. Carta. 22 de maio de 1979.

³⁷² Embora não tenhamos encontrado neste documento o nome completo do religioso, o identificamos como sendo o padre Luciano Marini. Seu nome também apareceu em outro documento da DOPS sobre o retiro do clero em 1976 como pároco da Serra.

³⁷³ Trata-se do Padre Francisco Lênis.

últimas eleições.³⁷⁴ A existência de um documento dando informações sobre o Pe. Francisco Lenis que atuava na Serra atesta que após as queixas do prefeito, foi feito um monitoramento sobre algumas atividades do religioso.³⁷⁵

Na carta, o prefeito enfatizava os estímulos às invasões no Planalto Carapina, região da cidade que já era alvo de muitos problemas por causa de outras invasões em terras particulares, situação que exigiria do governo uma pronta solução de desapropriação, que custaria milhões de cruzeiros, trazendo, assim, forte abalo político. O prefeito ressaltou que investia nas áreas de mais necessidade e que se considerava um bom prefeito, destacando que não só em sua administração faltavam maiores recursos para melhorar a situação da imensa população pobre.³⁷⁶

O prefeito prosseguiu sua carta destacando que, no estado, as campanhas da Igreja católica eram contra o sistema vigente e que a Igreja queria se posicionar contra o governo de uma forma sistemática e penetrante.

[...] Não me parecem que são do MDB. [...] Combatem de púlpito a falta de estrada, hospital, remédio, comida, água, esgoto, eletricidade, dinheiro, bons salários, etc. O bispo de Vitória, Dom Luís é o líder do grupo, já o procurei explicando que sou católico, tenho origens religiosas, estudei oito anos no colégio Salesiano, casado na Igreja católica e com meus seis filhos batizados na Igreja. Vou a missa regularmente e pelo simples fato de ser prefeito, não significa que deixei minha religião ou que seria contra Deus. Falou-me que lamentava, porém representava o sistema e o objetivo da Igreja era derrubar o sistema [...]. Estou sentindo que aqui no meu município está ficando cada vez pior e insustentável. As comunidades, outrora amigas eternas estão ficando agressivas [...].³⁷⁷

O prefeito ainda ressaltou em sua carta que, como a política era local, ele acreditava que em um momento teria que dizer: “ou o pároco Luciano, ou nós”. Feu Rosa descreveu também que “[...] preferia enfrentar os vereadores ou o governo estadual do MDB do que o clero do estado”, e ressaltou, também, que não deixaria um padre

³⁷⁴ Ibidem. Fl.105.

³⁷⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 117. Informação 009/80. 15 de jan. de 1980. O documento trazia algumas poucas informações sobre o Pe. Francisco. O documento relata que o religioso havia motivado uma greve com a participação de 300 pessoas na Empresa Industrial de Louças, estabelecida no contorno de Carapina, na Serra. Segundo o informativo, a greve era de caráter reivindicatório e teria sido irrompida sem o apoio do respectivo sindicato da classe. O relato dos oficiais ainda destaca que os grevistas se reuniam umas duas vezes por dia em um centro universitário que ficava a uns duzentos metros da fábrica e que, além dos operários, se faziam presentes seis universitários e o Pe. Francisco, também conhecido como “Chico”. Fl.117.

³⁷⁶ Ibidem. Fl. 105.

³⁷⁷ Ibidem.

“argentino” como o pároco Luciano (Marini) agir em sua pátria.³⁷⁸ O prefeito escreveu na carta, que como prova de seus argumentos, estava enviando um exemplar do folheto *Caminhada* editado pela arquidiocese.³⁷⁹

O padre Luciano Marini não chegou a ser expulso do estado, contudo, em nível nacional, muitos foram os que tiveram que abandonar o país por causa do autoritarismo dos militares. Nos documentos da DOPS, encontram-se arquivados recortes do jornal “A Gazeta” que descrevem a tumultuada expulsão do padre Vitor Miracapilo em 1980. O padre pertencia a Diocese de Palmares, zona da mata sul do estado de Pernambuco. Na ocasião, o padre teria se negado a celebrar uma missa alusiva à independência do Brasil e às festividades do município. Este acabou sendo um dos casos mais conflituosos entre a hierarquia católica e o governo brasileiro.³⁸⁰

Todo esse contexto de repressão ia de encontro ao pensamento apresentado por políticos como o ex-prefeito Feu Rosa no Espírito Santo. Os anexos presentes no arquivo atestam que as opiniões quanto a decisão do governo federal de expulsar o religioso da diocese de Palmares, aguçaram ainda mais a expectativa quanto a punição de membros do clero dentro do estado.

Segundo recortes do Jornal A Gazeta presentes no dossiê sobre a movimentação do clero correspondente ao período de expulsão do padre Vitor, o então deputado e ex-prefeito Feu Rosa, então no PDS, teria levado o padre da Igreja Católica Brasileira, o senhor Augusto de Oliveira, ao gabinete do líder da câmara Nelson Markezam no dia 21 de outubro de 1980 e o apresentado como sendo o pároco da Serra. “Na

³⁷⁸ Cabe ressaltar que o padre Luciano Marini é italiano e não argentino como sugere a carta presente nos arquivos da DOPS/ES. Em conversa recente via telefone com o padre Luciano, o religioso destacou que embora não soubesse da existência da carta de Feu Rosa, se lembra que os embates com o ex-prefeito da Serra se davam por conta da ação pastoral que ele e outros religiosos desempenhavam no estado.

³⁷⁹ Ibidem, 105. Arquivado, o verso do envelope da carta indica que a mesma teria sido encaminhada ao “Capitão do Mar e da Guerra Otto Nascimento – Capitania dos Portos de Vitória”. O encaminhamento do ministério da Marinha data em 29 de maio de 1979. APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 115. Anexo DOPS/ES. 29 de maio de 1979.

³⁸⁰ O padre italiano Vitor Miracapilo chegou no Brasil no ano de 1975 a convite do bispo da diocese de Palmares – Dom Acácio Rodrigues. O padre atuou na paróquia de Ribeirão e teria enviado ao prefeito Salomão Pereira uma carta onde por motivos de organização pastoral e de convicções políticas, havia optado por não celebrar missas alusivas as festividades da independência e emancipação política. Somente no ano de 2012 o padre conseguiu voltar a exercer seu trabalho no Brasil. Mais detalhes ver: ALVES, Clécio. CRUZ, Cleonildo. **O replicar dos sinos: A expulsão do Padre Vitor Miracapilo do Brasil.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rorkowgSiow>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2013.

ocasião, o padre da Igreja brasileira teria censurado o comportamento do padre Vitor e o classificado como ‘imprudente e anticristão’.³⁸¹

Em resposta, a assembleia arquidiocesana de Vitória se manifestou sobre a questão emitindo uma nota de protesto contra o deputado datada do dia 28/10/1980.

A assembleia arquidiocesana de Vitória que reúne cerca de 300 pessoas entre bispos, padres, religiosos e leigos – como órgão representativo de toda a Igreja de Vitória – vem esclarecer a opinião pública sobre uma notícia veiculada nos meios de comunicação social do país. Segundo alguns jornais, o deputado federal José Miguel Feu Rosa do PDS-ES, conduziu à presença do líder da Câmara Federal o padre Augusto de Oliveira. O citado padre apresentado como “pároco” da Serra foi prestar solidariedade ao Presidente da República pelo fato de ter expulsado do país o Padre Vitor Micarapillo. [...] Nenhuma objeção faz a assembleia diocesana ao fato de que o padre da Igreja brasileira seja favorável à expulsão do padre Vitor. O que é intolerável é a omissão ao fato de que tal padre pertence a Igreja Brasileira [...].³⁸²

O deputado Feu Rosa se defendeu das acusações da arquidiocese, emitindo uma nota publicada no dia 29 de outubro também no jornal A gazeta. Segundo o deputado, não foi ele quem levou o então padre da Igreja brasileira ao congresso, sendo que o referido religioso é que o havia procurado em seu gabinete. Na nota o deputado novamente evidenciou sua educação no colégio religioso ‘Salesiano’ e ressaltou que desde cedo teria aprendido a respeitar os mandamentos de Deus. Contudo, apesar de negar seu envolvimento com as declarações do padre, com relação ao padre Vitor ele acabou evidenciando:

[...] O presidente Figueiredo agiu certo expulsando o padre Vitor Micarapillo “não por se tratar de um padre, apenas por ser um estrangeiro que infringiu a lei brasileira, protelando declarações ofensivas à nossa pátria e desrespeitando nossa carta magna”. [...]³⁸³

Encontra-se também em anexo um panfleto tipograficamente assinado pelo padre da Igreja brasileira o ‘Monsenhor Raymundo Augusto de Oliveira, onde ele apresenta seu relato sobre o episódio ocorrido em Brasília.

Não fui a Brasília apadrinhado por nenhum deputado ou mesmo ousei pleitear o concurso de políticos para obter meu intento que é o de construir um orfanato Lar Escola Menino Jesus, num dos bairros mais carentes da comunidade serrana ‘o Sossego’. Lá chegando contei com o beneplácito de um patriota oriundo do mesmo município, que se propôs a me encaminhar, comportamento natural dos conterrâneos, ficando claro portanto, que as declarações que proferi sobre o padre Vitor Micarapillo, são de exclusiva

³⁸¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. A gazeta. 28 de outubro de 1980.

³⁸² Ibidem.

³⁸³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl.152. A Gazeta 29/10/1980.

responsabilidade de minha consciência como brasileiro, que não permite a quem quer que seja o achincalho da nossa História, sobretudo por que não está em estrangeiros a possibilidade de mudá-la. [...] ³⁸⁴

Toda essa atuação de políticos e agentes de polícia foi motivada, principalmente, pelo papel de destaque da Igreja do Espírito Santo quanto às reivindicações sociais do período, entre elas: melhores condições de vida, mobilizações contra a tortura, campanha pela Anistia, pela volta do pluripartidarismo e pelas eleições diretas. Constataremos a seguir que os segmentos progressistas da Igreja do estado não atuaram sozinhos no processo de luta pela democracia pautando o diálogo com outros setores da sociedade. Dessa forma, as reflexões políticas levantadas pela Igreja também davam sustentabilidade a muitos militantes que se engajavam nas diversas formas de atuação política.

3.2 DIÁLOGO COM O MDB

O AI 2 editado no ano de 1965 aboliu o pluripartidarismo no Brasil e adotou uma política bipartidária onde funcionavam somente dois partidos, sendo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido do governo; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) uma espécie de oposição consentida do regime.

Até meados da década de 1970, o MDB ainda era visto como um partido com pouca expressão eleitoral. A partir da segunda metade da década, a ala esquerda do partido, que já contava com alguns quadros do PTB, PCB e PSB, começou a aglutinar em torno de si, militantes vindos de segmentos progressistas da Igreja. ³⁸⁵ Nesse período, muitos estudantes também começaram a apoiar candidatos do MDB, abrindo mão da campanha do voto nulo. O pleito de 1974, onde os candidatos do MDB venceram os da ARENA, tornou-se um divisor de águas no partido. ³⁸⁶

Na conjuntura de abertura política, muitos militantes viam no apoio ao MDB uma das formas legítimas de combater o regime. ³⁸⁷ À luz de elementos teológicos a Igreja capixaba, também se inseriu neste contexto. Em consonância com a Igreja nacional,

³⁸⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 144. Panfleto. s/d.

³⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá, O MDB e as Esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964). **As esquerdas no Brasil**. vol.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 286 e 287.

³⁸⁶ Ibidem, 296.

³⁸⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: **O Brasil Republicano**. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 255.

as dioceses do estado, pressionavam o regime em busca de redemocratização política e abordavam a importância do voto.

Nos chamou a atenção um folheto de orientação eleitoral que foi anexado aos documentos da DOPS/ES, trata-se do “Manual do eleitor” elaborado pela arquidiocese de Vitória com o objetivo de orientar o voto dos fiéis. Na apresentação inicial do documento assinada por Dom João e Dom Luis, ressalta-se que o manual veio como uma necessidade do povo. É apresentada também a orientação do presidente da CNBB, que ressalta que a ideia de votar corretamente dentro das normas da justiça eleitoral é tão importante quanto rezar e que a oração sem o cumprimento dos deveres de cidadão desagrada o Senhor, perdendo seu sentido.³⁸⁸

De fato desde Medellín e Puebla, os cristãos católicos eram chamados a uma maior reflexão sobre a importância do voto e da participação política. No manual apreendido pelos agentes da DOPS/ES a Igreja apresentou os diferentes tipos de voto, as leis que regiam os direitos e deveres dos eleitores e candidatos, além de reflexões sobre como escolher um bom candidato.³⁸⁹

O ano de 1976 foi o ano em que seriam escolhidos os prefeitos e vereadores de cada município. Ao analisar o manual do eleitor presente nos arquivos da DOPS/ES percebe-se que, considerando esse importante momento da vida política, a arquidiocese em consonância com a Igreja de todo o país, estendeu suas discussões sobre a importância da participação popular na vida política da sociedade. Nesse sentido, o manual do eleitor além de apresentar dados sobre a eleição e número de eleitores, apresentou através de linguagem religiosa e simples, reflexões sobre a compra de voto e sobre o tipo de política que “agradava a Deus”.

[...] “Política certa” é o gosto que cada candidato e cada eleitor tem de trabalhar em benefício do município todo. “Política certa” é a arte de organizar bem o município para que todos do município se sintam com direito e vez. “Política certa” é a arte e a disposição de servir aos outros – com a única finalidade de ver todo mundo mais feliz [...]. “A participação na vida política da nação é um dever de consciência e de caridade” A responsabilidade de cada pessoa não termina com o voto. A responsabilidade continua. Geralmente os candidatos esquecem as promessas feitas. O povo se acomoda, fica esperando. Em cada lugar as

³⁸⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Fl. 78. Manual do eleitor. 1973

³⁸⁹ Ibidem.

peças devem se encontrar para pensar melhor como vão resolver os seus problemas [...].³⁹⁰

O que chama a atenção no manual do eleitor elaborado pela arquidiocese, além da linguagem simples, é o fato de se perceber trechos que foram enviados por cristãos de algumas áreas pastorais, o que leva a crer que a discussão política realmente era pauta das reflexões de diversos grupos de leigos na arquidiocese. Uma página inteira do jornal *A Gazeta* do dia 26/09/1976 foi dedicada à divulgação do material da arquidiocese. Após a apresentação de todas as orientações presentes no manual, o texto termina com um trecho do mesmo, onde é ressaltada a importância da política na sociedade a luz de interpretações do evangelho.³⁹¹

[...] O evangelho não diz se devemos votar na ARENA ou no MDB. Mas também não é contra a política. O evangelho é a favor de tudo o que ajuda a fazer justiça aos homens, a consertar os erros da sociedade a dar mais liberdade ao povo, a liberar os pobres da opressão, a construir uma convivência humana fraterna. Se a política faz isso ela está de acordo com a vontade de Deus.³⁹²

Um documento presente no dossiê sobre a movimentação do clero nos leva a considerar que o manual do eleitor produzido pela arquidiocese despertou a repulsa por parte de representantes do cenário político da época. Trata-se de um folheto intitulado “Manual do Homem de Batina” que, segundo as referências encontradas no próprio dossiê, seria uma “[...] resposta e ampla orientação a Dom João e outros do clero”³⁹³ O manual teria sido encaminhado ao então delegado da DOPS/ES Cláudio Guerra no dia 19 de outubro de 1976 e apresentava-se com uma reflexão sobre o papel da Igreja evidenciando 30 requisitos de um bom sacerdote.

Eis a crítica construtiva em forma de conselho edificante [...] Fica assim enumerado o Manual do Homem de Batina: [...] 10 – Não seguir a carreira política, nem depender de força política interna ou externa que quando muito violenta quebre a MORALIDADE RELIGIOSA [...] 30 – ter o máximo cuidado para não confundir e trazer confusão aos seguintes termos: ‘Religião com rebelião’ ‘Ecumenismo com comunismo’, ‘Caridade com paridade’, ‘Purificação com proliferação’, felicidade com facilidade’. [...]”³⁹⁴

Neste trecho visualizamos que ações de membros do clero progressista e de setores da Igreja eram vistas como subversivas aos olhos de quem elaborou o manual. O

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 04. Sem folha. *A Gazeta*. 26 de setembro de 1976.

³⁹² Ibidem.

³⁹³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 69. *Anexo.s/d*.

³⁹⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 68. *Anexo*. 10 de outubro de 1976.

que causa interrogação com relação ao panfleto é no que diz respeito a sua autoria. Esse é um questionamento pertinente principalmente quando se observa uma indicação presente no documento encaminhado ao então delegado Cláudio Guerra, destacando que o manual deveria chegar às mãos do mesmo para que fosse reproduzido e distribuído.³⁹⁵

Um informativo presente no dossiê sobre atividades nas paróquias nos apresenta mais uma das diligências dos agentes da DOPS que tinha como alvo a atuação dos militantes cristãos. Trata-se da ordenação do padre Jair Côgo, que aconteceu na cidade de Linhares, noroeste do estado, na manhã do dia 01 de outubro de 1978.³⁹⁶ Segundo o informativo, datado no dia 05/10/1978, a celebração ocorreu no ginásio de esportes do bairro Casas Populares. O trabalho teria sido conduzido pelo bispo Dom Luís Gonzaga Fernandes com a presença de Dom Aldo Gerna de São Mateus, e demais comunidades de diversas regiões do estado.³⁹⁷

Pela ênfase que foi dada no informativo em questão, o que mais chamou a atenção dos agentes, foi a entrega de um livreto intitulado “Assembleia das Comunidades”, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Linhares. Segundo o registro no informativo, os agentes se deram ao trabalho de investigar as quatro gráficas da cidade, com o intuito de descobrir onde o mesmo havia sido impresso. Após colher informações, os agentes concluíram que o livreto (informativo), certamente havia sido impresso no seminário de Santo Antônio em Vitória.³⁹⁸

A atividade em questão, talvez pudesse ser simplesmente relatada como mais uma atividade pastoral, não fosse a repercussão que foi dada ao conteúdo presente no livreto que foi entregue no dia da ordenação. Um exemplar do livreto foi anexado aos

³⁹⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Fl. 68. Anexo. MEMO 85/76 . 10 de outubro de 1976. Um encaminhamento presente na DOPS/ES sobre o manual de número 16/76 também do mês de outubro do respectivo ano apresenta Frei Betto como o responsável pela edição do mesmo. O citado frei atuava nas CEBs e nas demais pastorais da arquidiocese de Vitória. Avaliando os papéis que se relacionavam nesse contexto, fica confusa a exatidão sobre a autoria do manual que se intitulava uma resposta à arquidiocese. APEES/DOPS. Série Movimento Religiosos. Cx. 26. Dossiê 05. Encaminhamento 16/76.

³⁹⁶ Cabe ressaltar que os mesmos informativos, relatórios e anexos sobre a ordenação do padre Jair Côgo e desdobramentos políticos desencadeados por esta atividade também se encontram no dossiê 07 referente a movimentação das paróquias presente na Cx. 27 da DOPS/ES.

³⁹⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 07. Fl. 14. Informativo 1318/78. 05 de outubro de 1978.

³⁹⁸ Ibidem.

arquivos da DOPS/ES. O que se percebe é que toda liturgia da ordenação teve como tema principal a reflexão à cerca da situação social da cidade e região.

[...] Dos trabalhadores que ganham um baixo salário nas serrarias, indústrias lojas fábricas e mercearias da cidade de Linhares, das horas extras sem receber e do desrespeito às leis trabalhistas. Senhor tende misericórdia de nós [...] Da dificuldade com que luta o povo do interior e da cidade, com a falta de estradas, luz, água, esgoto, calçamento e da nossa falta de união e organização em lutar para exigir do poder público aquilo que temos direito. [...] Da mentira dos políticos que na hora da eleição enganam o povo prometendo muita coisa e não fazendo nada porque não estão querendo ouvir ao povo mas usar do povo para subir [...] Do mal atendimento médico nos hospitais, INPS, Funrural, Sindicatos que vem causando a morte de tantas crianças, jovens, adultos e velhos. Senhor tende misericórdia de nós. [...] ³⁹⁹

O trecho acima citado constitui-se em quatro das onze preces da comunidade, que foram tachadas como subversivas pelos críticos políticos do livreto. Percebe-se que toda a ideia de que caberia ao povo ver, julgar e se organizar para agir na sociedade, remete a proposta de libertação na qual a paróquia Nossa Senhora da Conceição de Linhares estava inserida. A análise do contexto social presente nas preces nos remete a teologia de cunho libertador que sustentava as reflexões das CEBs.

O jornal “A Gazeta” do dia 05 de outubro de 1978, trouxe à tona uma série de opiniões acerca do conteúdo presente no livreto. Segundo o jornal apreendido pela DOPS/ES, logo após a entrega do material considerado subversivo pelas autoridades, setores ligados à política que dirigia Linhares (ARENA), se posicionaram contra os questionamentos apresentados no mesmo e a polícia federal se fez presente na cidade. Segundo o informativo, o padre da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, o padre Rubens Duque, havia saído da cidade logo que uma primeira análise sobre o panfleto havia sido divulgada. ⁴⁰⁰

As explicações para a saída do padre Rubens Duque da cidade não ficaram muito claras no informativo, no entanto, um dos trechos do jornal foi confirmado recentemente pelo padre Duque. Trata-se de uma fala que aparece no texto como sendo do padre “Germano”. Ele teria assegurado na nota do jornal que o Pe. Duque havia se dirigido a Afonso Cláudio/ES, por conta da morte da mãe do recém

³⁹⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 07. Fl. 20. *Livreto das comunidades*.

⁴⁰⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 07. Fl. 16. *A Gazeta*. 05 de outubro de 1978.

ordenado padre Jair Côgo.⁴⁰¹ Segundo o informativo, padre Germano teria ressaltado também que Pe. Duque na missa do domingo, dia 08 de outubro, faria um esclarecimento sobre a redação dos 11 itens de críticas ao governo.⁴⁰²

O que se percebeu na sequência da matéria, foi justamente a repercussão política que o livreto teve em meio aos setores políticos não só de Linhares, como também de outras partes do estado. Segundo relato dos agentes da DOPS/ES, o vereador Amantino Pereira Paiva do MDB teria feito congratulações favoráveis ao livreto distribuído pela paróquia.⁴⁰³ Outro dado colhido no jornal “A tribuna” do dia 05/10/1978 refere-se a oposição de um deputado chamado Neyder Barbosa de Menezes (MDB). Ele também teria se manifestado em solidariedade a Igreja de Linhares contra muitos da ARENA que criticavam a circulação do panfleto e por conta de sua posição foi muito questionado. Contrariamente, Muniz dos Reis (ARENA), então prefeito de Linhares, criticou a postura do religioso Rubens Duque e caracterizou a opinião do deputado Neyder como oportunista.⁴⁰⁴

Pela referida matéria que foi exposta no dia 05, se percebe que o posicionamento do deputado Neyder Barbosa de Menezes não foi somente a favor das reflexões presentes no livreto das comunidades, isso levando em conta a matéria que ressalta que além de se manifestar a favor da Igreja, ele também teria tecido críticas ao secretário do diretório regional da ARENA, Talma dos Santos Gama e ao presidente do sindicato Rural Patronal, Waldemar Borges da Silva.⁴⁰⁵

Em outro anexo referente ao mesmo jornal apreendido pela DOPS/ES, datado também no dia 05/10/1978, se percebe que, apesar da grande discussão que o livreto das comunidades inseriu na cidade, segundo os redatores do jornal, entre os populares, poucas pessoas se dispuseram a falar sobre o assunto, alegando que

⁴⁰¹ DUQUE, Padre Rubens. **Militância cristã e DOPS/ES**. 2013. Entrevista concedida a autora do trabalho, Colatina, 13 mai. de 2013.

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 07. Fl. 15. Informativo 1318/78. 05 de outubro de 1978.

⁴⁰⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 07. Fl. 16. A Tribuna. 05 de outubro de 1978.

⁴⁰⁵ Ibidem.

justamente por causa da repercussão, seria melhor manter silêncio e não falar sobre o mesmo.⁴⁰⁶

Pelo que foi descrito na matéria, o receio de falar sobre o assunto era tão grande, que somente os vereadores do MDB de Linhares e um pastor da Igreja Batista chamado Elieser Batista, aceitaram falar abertamente sobre o assunto. Enquanto a bancada de oposição de Linhares havia se pronunciado a favor das reflexões contidas no livreto, o referido pastor da Igreja Batista, em síntese, disse não achar correta a discussão política proposta pela Igreja Católica local, fugindo esta da 'linha de atuação que deve pautar qualquer religião'.⁴⁰⁷

O jornal ouviu também o candidato do MDB ao senado Ferdinand Barreto de Meneses, que teceu opinião favorável ao conteúdo do livreto das comunidades. Seu pronunciamento sugere uma reflexão por parte das autoridades.

O documento da paróquia Nossa Senhora da Conceição em Linhares de "alerta às comunidades" não tem nada de subversivo, nem de afrontoso à segurança nacional. Muito pelo contrário, representa uma advertência séria a quantos tenham uma parcela de responsabilidade neste país. [...] os responsáveis pela nação precisam refletir sobre a miséria e a fome por que tem passado as classes trabalhadoras mais humildes de nossa terra, sobretudo do interior, onde a exploração dos trabalhadores do campo, particularmente pelas grandes empresas, está transformando o nosso trabalhador rural, em autêntico escravo. Isso está agora sendo combatido pela Igreja [...].⁴⁰⁸

O debate acerca das reflexões contidas no livreto entregue pela paróquia de Linhares foi do norte ao sul do estado. Anexados junto ao informativo sobre a ordenação do padre Jair Côgo, encontram-se dois recortes de jornal que tratam justamente da discussão sobre o tema no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Sem ter indicação de data ou de entidade organizadora, os recortes de jornal apresentam pronunciamentos de líderes da cidade sobre as declarações da paróquia. O debate sobre o que viria a ser "subversão" foi assunto principal na pauta de discussões.⁴⁰⁹

O ex-prefeito e então candidato ao senado pelo MDB, Hélio Carlos Manhães, declarou que a posição da Igreja não pode ser interpretada como subversiva, por se

⁴⁰⁶ Ibidem, Fl. 17.

⁴⁰⁷ Ibidem,

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem, Fl. 18.

tratar de um ato de coragem em pregar o verdadeiro evangelho. Em linhas gerais, o prefeito destacou que somente denunciando a opressão política e econômica, a Igreja estaria cumprindo os preceitos das encíclicas papais. Finalizou argumentando que ao se dirigir ao norte com o intuito de divulgar as ideias do MDB, pode constatar como são verdadeiras as denúncias feitas no livreto da paróquia.⁴¹⁰

O então líder do MDB na câmara Municipal de Cachoeiro, Roberto Valadão, deu suas declarações à cerca da postura da Igreja de Linhares. Em sua fala ele teria debatido sobre a temática da “subversão” e percebe-se pelos pronunciamentos à cerca da questão, o quanto o termo era designado para representar qualquer tipo de pensamento contrário ao regime instituído.

“Subversão é deixar morrer de fome irmãos do mesmo solo, que também trabalham. [...] Acusar, aliás, de subversão acusam a tudo que não esteja a serviço do regime, dos tecnocratas dos banqueiros avarentos, e dos políticos que perderam a espinha dorsal, que é a dignidade de não submeterem ao erro. [...] Subversão é abrir oportunidades apenas para alguns em prejuízo de muitos. É a corrupção. É deixar que empresas estrangeiras explorem nosso povo. É alienar através de propaganda paga pelo dinheiro público. [...]”⁴¹¹

Também se manifestou sobre o livreto da paróquia de Linhares o líder da ARENA na câmara municipal de Cachoeiro e candidato a deputado estadual, o vereador Nicolau Depes. Ele iniciou sua fala destacando que reconhece que há dificuldades em muitas relações de trabalho no estado, mas que nenhuma situação se assemelha a triste abordagem feita no que chamou de “cartilha”. O vereador destacou em sua fala que é necessário por parte dos que possuem uma situação privilegiada uma melhor conscientização para que não se revoltem de forma indevida.⁴¹²

Segundo o recorte de jornal presente nos arquivos o padre Jeferson Luís de Magalhães, da paróquia de São Pedro em Cachoeiro teria preferido não dar declarações por desconhecer a cartilha. O padre teria argumentado que tinha

⁴¹⁰ APEES/DOPS. Série Movimentos Religiosos. Cx. 27. Dossiê 07. Fl. 18. Anexo. s/d.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Ibidem. Fl. 19

interesse em conhecer a cartilha e que entraria em contato com o pároco Rubens Duque.⁴¹³

Toda essa discussão desencadeada pelas onze preces presentes no livreto “Assembleia das Comunidades”, acabou colocando em evidência a dicotomia entre Igreja e subversão. Apesar do processo de abertura política iniciado em 1974, percebe-se que apresentar, mesmo que de forma “evangelizadora”, as deficiências de um regime ditatorial, ainda era se colocar em uma situação desconfortável, diante das autoridades da época. O bipartidarismo ainda era uma realidade na política brasileira, sendo assim fica um questionamento: se estavam contra o governo, de que lado se aproximariam os católicos?

Nesse sentido, o deputado do MDB Carlos Alberto Cunha, que rebateu críticas feitas ao livreto, teria dito que o mesmo se identifica com a mensagem do MDB, apesar dos interesses pessoais e do imediatismo de alguns colegas de seu partido. Quanto ao conceito de subversão que vigorava no país, o deputado apresentou os seguintes argumentos:

[...] Aqui no Brasil, se os estudantes reivindicam seus direitos são chamados de subversivos; se os operários lutam por melhores salários, são taxados da mesma maneira; quem não aceita a miséria, também é subversivo, assim como quem combate a corrupção. Enfim, tudo que não seja subserviência é subversão?⁴¹⁴

Uma atividade promovida pela ala jovem do MDB no Espírito Santo e o Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta também foi alvo de monitoramento dos agentes da DOPS. Trata-se do Primeiro Seminário de atualidades políticas que aconteceu no Colégio do Carmo, na capital do estado entre os dias 17 e 21 de maio de 1978. O evento que tinha por objetivo discutir questões relativas ao contexto de abertura, anistia e participação política de jovens, chamou nossa atenção por ter sido destacado pelos agentes da repressão a presença do arcebispo de Vitória Dom João Batista da Motta e Albuquerque.

Através de ordens de serviço datadas no dia 19/05/78 Waldir Chavier, chefe do Serviço de investigações e informações, determinou aos agentes José Waldomiro

⁴¹³ Ibidem. Sobre toda essa situação envolvendo a paróquia de Nossa Senhora de Linhares, o padre Duque à época responsável pela mesma, em entrevista no dia maio de 2013 disse se lembrar, que se tratava de uma época difícil, mas que não teve grandes embates com os agentes da delegacia.

⁴¹⁴ Ibidem.

Leite, Alcy Figueiredo Cajueiro, Rogério de Soares de Freitas, Marcos Luis nascimento dos Santos, Hélio Martins, Luís Gonçalves dos Santos, Mario Leibel Cotta e Wellington da Cruz Pitomba para que se dirigissem ao antigo colégio do Carmo onde aconteceria o encontro do MDB.⁴¹⁵ Esses oficiais documentaram uma série de relatórios e de anexos de jornais que nos fornecem um parecer geral sobre as discussões do encontro e as repercussões do mesmo. Segundo um dos relatos, o primeiro dia de seminário ocorreu sem grandes anormalidades tendo como conferencistas Eduardo Suplicy, Alceu Colares e Rui Brito. O debate teria sido em torno de política salarial, liberdade sindical e situação política.⁴¹⁶

No relatório sobre o segundo dia, entre as falas dos senhores Argilano Dário, presidente do diretório estadual do MDB, e dos palestrantes Everton Montenegro e Perli Bevilacqua, os oficiais fizeram questão de sublinhar no texto a fala do arcebispo. “Eu como representante da Igreja, não poderia estar em minha casa, quando nesse momento se realiza, neste local, um manifesto pela anistia, fazendo ver a todos que a Igreja Católica está de mãos dadas a este movimento”.⁴¹⁷

No relatório de número 663/78 referente aos dois primeiros dias datado do dia 19/05/1978, os oficiais enfatizam que organizadores do evento, como a deputada Rozilda de Freitas, fizeram com que representantes de diversos movimentos fizessem uso da palavra, e que isso fazia parte de uma “jogada” da qual teria participado o arcebispo Dom João. Também nesse relatório a fala de Dom João recebeu destaque. Ao descrever as falas do segundo dia de encontro, os agentes apontaram Dom João como sendo “elemento reconhecidamente elo de vários movimentos do Estado”.⁴¹⁸

⁴¹⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 03. Fl. 93, 95 e 99. Ordens de Serviço 005/78, 006/78 e 007/78 de 19 de maio de 1978. Entre as folhas 66 e 109 do dossiê de número 03 sobre o MDB, presente na caixa 16, encontramos documentos referentes ao Seminário. Existe mais de uma cópia de um mesmo relatório, ou documento.

⁴¹⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 03. Fl. 68 e 69. Relatório. 17 de maio de 1978. As ordens de serviço encontradas onde o chefe do SII Waldir Xavier encaminha agentes para o monitoramento referem-se somente aos dias 19, 20 e 21. Embora o relatório apresente uma assinatura a caneta, não foi possível identificar o nome do agente. Os oficiais também destacaram a existência de três faixas coladas no auditório do antigo colégio do Carmo com o poema de Thiago de Mello: Em nome do pai punido, mas que abraça da esperança no seu peito injustiçado entre cinzas resguardou. Em nome do Filho a que Tu vais em breve entregar o que o arbítrio negou, e em nome do Espírito Santo da liberdade, que ascende a consciência mais fria, eu te batizo: Anistia.

⁴¹⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 03. Fl. 70.

⁴¹⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 03. Fl. 88, 89 e 90. *Informação nº 683/78*. 24 de maio de 1978.

Segundo este outro relatório, o arcebispo teria dito que “[...] não poderia ficar alheio às transformações e que seu lugar era no meio do povo. [...] quando se quer a volta do estado de direito, necessariamente se fala nesta palavra mágica que é a anistia”. Mais adiante em sua locução ele teria se manifestado “feliz por estar presente a este momento histórico, entre aqueles que lutam pela liberdade”.⁴¹⁹

A informação de número 683/78 datada no dia 24/05/78 ressalta que os três últimos dias do “Seminário de Atualidades Políticas”, como era de se esperar, transcorreram com críticas dos palestrantes ao atual regime político. Os agentes destacaram que o clero se fez presente através de seu representante maior Dom João Batista e ressaltaram que em sua palestra no último dia de atividades, novos ataques foram emitidos ao governo.⁴²⁰

Percebe-se, por conta do contexto político e do destaque as falas do arcebispo durante o Seminário de Atualidades Políticas do MDB que a anistia política era, nesse período, uma das principais pautas de luta entre os movimentos sociais no Espírito Santo. O MDB, apesar de ser a princípio uma oposição aceita pelo regime, acabou por aglutinar em torno de si, diversos segmentos organizados da sociedade que pautavam lutas sociais e políticas. Assim, a existência de afinidade política entre emedebistas e membros do clero, não se fez perceber só nesta atividade como também no discurso político da época.

Através da observação dos documentos da DOPS/ES, podemos perceber que, embora não tomasse formalmente posição nem da ARENA e nem do MDB, as reflexões da Igreja presentes nos documentos evidencia que, de forma geral, existia certa afinidade política entre emedebistas e membros do clero capixaba.

3.3 MOVIMENTO PELO TRANSPORTE COLETIVO EM VILA VELHA

Em fins da década de 1970 a luta por ampla abertura política e redemocratização, foi a base das reivindicações das lutas sociais. Segundo Ana Maria Doimo, inseridos nesse contexto, os movimentos sociais surgiram na Grande Vitória devido ao inchaço das áreas urbanas que aumentavam por conta da industrialização na

⁴¹⁹ Ibidem, Fl. 90 e 91. Posteriormente em entrevista ao jornal “A Gazeta” do dia 19/05/1978, também anexo aos documentos do dossiê sobre o MDB, o arcebispo teria completado suas críticas ao regime destacando que a anistia deveria ser “ampla e irrestrita”.

⁴²⁰ Ibidem, Fl. 107.

capital. Em sua obra sobre movimento social urbano, a autora apresentou o histórico e análises de vários movimentos sociais que permearam o cenário capixaba e dentre eles, o Movimento pelo Transporte Coletivo (MTC) de Vila Velha que teve início em 30 de abril de 1978.⁴²¹

A autora destaca a intensa atuação da Igreja e de forma específica das comunidades eclesiais de base no processo de formação destes movimentos.⁴²² Nesse sentido, mesmo a atuação de um movimento autônomo como o do MTC de Vila Velha, nos ajuda a evidenciar a extensão da militância dos cristãos católicos no cenário capixaba. Em 1977, a pedido do bispo auxiliar Dom Luis Gonzaga Fernandes, foi traduzido para linguagem popular o documento “Exigências Cristãs para uma Ordem Política”, produzido pela CNBB. Essa tradução foi inicialmente lançada numa parceria entre as dioceses de São Mateus e Vitória e, foi estudado em praticamente todas as CEBs destas duas dioceses.⁴²³

Questões políticas sob a luz da doutrina Social da Igreja e de textos do Evangelho eram tratadas de forma simples e popular. Os estudos foram divididos em temas específicos de forma dinâmica, com ilustrações e tarjas com pequenos diálogos que representavam questões cotidianas. Continuamente os temas abordavam o homem enquanto ser social e político.

O documento, mesmo elaborado no contexto de repressão militar, não deixou de tecer críticas diretas ao governo estabelecido. Temáticas propostas para o estudo abordavam o direito à liberdade ao voto direto e questionavam o chamado “milagre econômico” dos militares refletindo sobre o que seria um tipo de desenvolvimento

⁴²¹ DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p.53.

⁴²² Mesmo atestando que quem viveu o período reconhece a importância da Igreja nos segmentos sociais, a autora reflete sobre a atuação da Igreja, apresentando como embasamento para suas ponderações as ideias de, por exemplo, Paulo Singer que destaca o papel das CEBs nos movimentos sociais do período e em contrapartida também faz uso do autor Silvio Caccia Bava, que ao refletir sobre o movimento pelo transporte em São Paulo resalta que, por vezes, a Igreja acaba, mesmo que de forma inconsciente, reproduzindo uma dominação política de classe. Impede-se, portanto, que as massas tomem posse de suas lutas, na tentativa de absorver o movimento pela base, para dentro de suas estruturas, torná-la sua própria base. As abordagens teóricas são apresentadas como propostas de reflexão sobre um período de intensa atuação da Igreja. DOIMO, Ana Maria. 1984, p.35.

⁴²³ ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. Exigências cristãs para uma nova ordem política. 1977.

que favorecia as pessoas “O desenvolvimento não se traduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico deve ser integral”.⁴²⁴

“[...] O poder político deve ter como finalidade a realização do bem comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários”.⁴²⁵ “[...] O Estado deve animar e dar liberdade de participação, de maneira igual a todos os grupos que existem na sociedade como, por exemplo: o sindicato dos operários e lavradores, a Igreja, os estudantes, o grupo dos artistas e escritores, o grupo dos líderes do povo”.⁴²⁶

Além de incentivar a criação de comissões e pastorais sociais, o estudo do documento por parte dos leigos, incentivou o engajamento dos mesmos em diversos outros segmentos sociais. O movimento pelo Transporte Coletivo que aconteceu em Vila Velha possuía autonomia própria e não tinha liderança sindical, partidária e/ou religiosa, sendo assim capaz de envolver diversos segmentos da sociedade. No entanto, segundo DOIMO, muitos que atuaram no movimento, se sentiram motivados a participar por conta das reflexões sociais que eram feitas nos grupos de base da Igreja.⁴²⁷

A maioria das lideranças de bairro se declarou participante das CEBs e revelou que o movimento surgiu por iniciativa de pessoas ligadas ao trabalho pastoral da Igreja a nível de Igreja de periferia. De fato, as entrevistas feitas com agentes pastorais, que eram também lideranças do MTC, mostraram que o embrião do movimento estava no seio do próprio trabalho de reflexão religiosa desenvolvido no interior das CEBs a partir das diretrizes mais amplas da própria Igreja.⁴²⁸

Além de argumentar sobre a importância das reflexões do documento para o movimento de transporte de Vila Velha, DOIMO ainda contribuiu apresentando depoimentos de participantes do movimento que discorrem sobre a ligação dos mesmos com as reflexões da Igreja.

Esse documento levava as pessoas a se comprometerem com a realidade e tentar mudá-la. Toda vez que esse treinamento ia começando, nós já sabíamos que ia desembocar em uma prática reivindicatória. Parecia incrível! Todo mundo começava a manifestar o interesse de lutar pelos seus direitos. Foi então que nós observamos que a questão do transporte era a principal. Quando entrou o ano de 1978, o transporte entrou no relatório

⁴²⁴ DOIMO, Ana Maria. 1984, p. 27.

⁴²⁵ Ibidem, p. 14.

⁴²⁶ Ibidem, p. 23.

⁴²⁷ Ibidem, p.74.

⁴²⁸ Ibidem, 74

anual das CEBs de Vila Velha. Assim, o movimento se iniciou nas comunidades de base.⁴²⁹

Ao esboçar sobre a organização do movimento, DOIMO apresenta o mesmo dia 30 de abril como marco inicial das atividades enquanto grupo específico. Nesse dia, aproximadamente 60 pessoas teriam se reunido para discutir e avaliar o transporte público do município. Dessa reunião foi delegada uma comissão geral com representantes de diversos bairros, que tinha por objetivo realizar encontros de discussão e, posteriormente, desenvolver uma pesquisa detalhada sobre o funcionamento e regularidade das linhas de ônibus.⁴³⁰

No dia 13 de agosto do mesmo ano, houve uma assembleia que voltou a contar com inúmeros representantes de bairros. O objetivo era levar ao conhecimento de todos, as principais reivindicações de cada um dos bairros. Esse levantamento acabou gerando um documento base que circulou em 26 bairros na forma de abaixo assinado. Dessa forma, as assembleias nos bairros, as idas de casa em casa e o apoio das Igrejas locais resultaram em um abaixo assinado com mais de quarenta mil assinaturas.⁴³¹

Uma assembleia geral foi marcada para o dia 08 de outubro no colégio Marista de Vila Velha, onde os moradores discutiram a questão do transporte e do monopólio da empresa Alvorada.⁴³² Os participantes da assembleia definiram comissões que se encarregariam de levar ao conhecimento dos órgãos públicos o documento e as assinaturas.⁴³³ Os jornais da época noticiaram a atividade e foi a partir de então que o movimento chegou ao conhecimento de grande parte da população.⁴³⁴

O diálogo com os órgãos públicos procedeu de forma difícil, e muitos representantes das comissões reclamaram de não serem atendidos como deveriam.⁴³⁵ Nesse contexto, envolvidos com o difícil contato com o poder público, os representantes das comissões decidiram marcar outra assembleia de moradores com o objetivo de não deixar desanimar o movimento. Como não houve estratégias de mobilização como assembleias nos bairros, nem abaixo assinados e outros, a assembleia geral

⁴²⁹ Ibidem, p. 74 e 75.

⁴³⁰ Ibidem, p. 53.

⁴³¹ Ibidem, p. 56.

⁴³² Ibidem.

⁴³³ Ibidem, p. 59

⁴³⁴ Ibidem, p. 56

⁴³⁵ Ibidem, 61 a 63.

contou com menos da metade dos participantes que haviam comparecido na outra convocação. Junto a pouca representatividade nas bases e a insistente falta de diálogo por parte do poder público, a assembleia se deu sem grande motivação, no entanto, foram encaminhadas como estratégias para o movimento, o fortalecimento das comissões de bairro, a continuidade da tentativa de diálogo com o poder público e a criação de um boletim de comunicação com os moradores.⁴³⁶

Encontramos no dossiê sobre o MDB, duas folhas arquivadas que tratam de assuntos referentes ao Movimento de Transporte Público de Vila Velha.⁴³⁷ Pelas características, acreditamos se tratar de partes de um ou mais exemplares de um boletim que era produzido e distribuído pelo movimento.⁴³⁸ Não chegamos a localizar relatórios ou informes redigidos por agentes da DOPS sobre o movimento.

Encontrar documentos sobre o Movimento pelo Transporte Coletivo de Vila Velha que aconteceu nos anos de 1978 e 1979 nos remete a certeza de que, mesmo no contexto de abertura política, movimentos populares eram monitorados pelos órgãos de segurança. Já consideramos anteriormente, que panfletos e anexos apreendidos pelos agentes se constituíam como ferramentas que levavam aos olhos dos mesmos um pouco da realidade de elementos ou grupos que estavam sendo monitorados.

Como supomos que os folhetos tratam de um material escrito pelo próprio movimento, eles nos são caros, justamente por apresentar a visão de alguns dos que participaram do mesmo. Com estas duas páginas, podemos observar um pouco da organização e das angústias do movimento, podendo-se perceber que as discussões não giravam somente em torno da questão do transporte.

Enquanto os governantes preparam em seus gabinetes belas palavras, abertura política, redemocratização, reformas de lei, etc os moradores de Vila Velha querem ver tudo isso na prática. Querem começar a construir a verdadeira democracia. E esta não se constrói sem a organização e a participação popular. Muitos moradores de muitos bairros já começaram a caminhada, depois de algumas reuniões e de duas assembleias, foram formadas três comissões: uma da vala, outra do aterro e outra da luz. Na Toca, o problema do esgoto e das valas está sendo muito discutido pelos moradores. No garrido, já ocorreram três reuniões. Em Alvorada um grupo de donas de casa já se organizou para reivindicar junto à Empresa Alvorada, o retorno da linha Alvorada x Vitória. Em Santa Rita os moradores

⁴³⁶ Ibidem, 63 e 64.

⁴³⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 16. Dossiê 03. Fl. 177 e 178. *Boletim*.

⁴³⁸ Segundo o trabalho de Ana Maria Doimo entre o início e o fim do movimento foram redigidos cinco boletins. Ver mais em DOIMO, Ana Maria. 1984.

estão se reunindo pra para discutir o PROMORAR. No Cavaliéri a nova diretoria do Centro Comunitário está incentivando muito a participação dos moradores. Em Boa Vista, Soteco, Ataíde e Santa Mônica, também existem núcleos bem ativos [...] ⁴³⁹

Podemos relacionar este trecho do boletim com a declaração do membro da CEBs, apresentada anteriormente quando ao expor a origem de suas reivindicações, argumenta que eram os documentos e reflexões vindas das comunidades que o impulsionavam a um maior comprometimento social. Além de todo este informe sobre a organização do movimento, outro trecho discorre de forma específica sobre a quebra do monopólio do transporte.

A luta pela melhoria do transporte não acabou. O DETRAN desde o ano passado prometeu que depois que saísse a concorrência interna, iria começar os trabalhos para a concorrência externa. A concorrência interna já saiu e o DETRAN ainda não se mexeu [...]. Na última reunião da comissão geral, ficou decidido que as comissões do DETRAN, Governador e Secretaria de Int. e Transporte, seriam ativadas. E o pessoal já está trabalhando. Resta agora o apoio e o fortalecimento das comissões de bairro. ⁴⁴⁰

Após meses de licitação, a empresa carioca Verdum foi incorporada à rede de serviços de transporte de Vila Velha. ⁴⁴¹ No entanto, a observação do folhetim apreendido pelos agentes nos leva a compreender que a quebra do monopólio da empresa Alvorada não representou o fim das reivindicações do movimento.

[...] Há muito tempo que o povo de Vila Velha vêm sendo explorado pela Viação Alvorada [...]. Quando o povo pensou que a Verdum fosse resolver um pouco o problema, vem outra exploração, e muito pior, por que agora é diretamente do governo através da CONDUZA [...]. A CONDUZA alega que vem tendo prejuízos, mas isso é uma desculpa, por que todo mundo sabe que tem muita corrupção dentro da CONDUZA. E onde é que fica o planejamento que foi feito? O governo do Estado, quando resolveu “desenvolver” o Espírito Santo, criou a Fundação Jones dos Santos Neves, especialmente para fazer planos [...]. E rios de dinheiro foram gastos e até agora nada. Dentre os muitos planos foi elaborado o “PAIT” (Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito). Cujo conteúdo é muito bom. Engloba também as seguintes propostas: - ônibus que saem dos bairros e vão até as lanchas; Calçamento das ruas que ligam os bairros as lanchas; Melhores serviços, mais lanchas e maior rapidez nos serviços; integração de ônibus e lanchas, por uma única passagem e por um preço bem barato. Tudo isso está no plano. Tudo isso esta na teoria, tudo isso está engavetado. Mas na prática está todo muito diferente! Quem depende de ônibus e lancha está tendo que pagar muito mais caro, está perdendo mais tempo e está tendo que engolir os abusos e a exploração/ deste governo que usa o dinheiro do

⁴³⁹ Ibidem, Fl. 177

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹ DOIMO, 1984. p, 64 e 65. Detran - Departamento Estadual de Trânsito.

povo contra o povo. [...] Para onde é que está indo o dinheiro da CONDUZA? É preciso continuar lutando.⁴⁴²

Após o esboço de reivindicações apresentadas no boletim, podemos perceber que, apesar da vitória alcançada pela quebra do monopólio da empresa Alvorada, as condições de melhoria dos serviços reivindicados pelos moradores não foram totalmente atendidos. O movimento desarticulou-se e após avaliação, os participantes optaram pelo fim do mesmo. No entanto, como analisa a pesquisadora DOIMO, é evidente a importância e o caráter desta mobilização de moradores enquanto movimento.⁴⁴³

3.4 VIGILÂNCIA E VOLTAS COM O MOVIMENTO SINDICAL

Como vimos anteriormente, a estrutura pastoral na arquidiocese de Vitória e na diocese de São Mateus, desde o início de seu trabalho com as CEBs, já primava pela conscientização e organização dos trabalhadores. A Pastoral Operária (PO) presente nos centros urbanos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em áreas rurais, eram segmentos pastorais com muitos grupos de reflexão. Esses segmentos pastorais foram espaços geradores de lideranças no movimento operário, contribuíram para a organização de centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) dentro do estado e, de forma especial, elas incentivaram militantes a se engajar na política partidária, construindo e direcionando as lutas de partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT).

Frei Beto, logo que chegou ao Estado depois de ser liberto da prisão em 1973, foi convidado por Dom Luís para dedicar-se às pastorais sociais. Além de colaborar na construção das comunidades eclesiais de base, ele a princípio ajudou a criar também a Cáritas aqui no Estado. Frei Beto foi personagem importante na criação da Associação Nacional dos Movimentos Populares – ANAMPOS, criada em 1980 em João Monlevarde (MG). Em entrevista ele ressalta que o papel da mesma era “assegurar a autonomia e a articulação dos movimentos populares e sindicais” e a classifica como a “mãe da CUT”.⁴⁴⁴

⁴⁴² Ibidem, 178.

⁴⁴³ DOIMO, 1984. op. cit., p. 67 a 70.

⁴⁴⁴ BETTO, Frei. BARROS, Nicélio. RIBEIRO, Luis Cláudio. **Olhares de Luta: Reflexões contemporâneas sobre a CUT no Espírito Santo**. Vitória: Produz Comunicações, 2008. p. 93. Entrevista concedida a Luíz Cláudio Ribeiro e Nicélio Barros.

O ex-prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, ressalta que a ANAMPOS funcionou como um grupo de apoio não só aos movimentos sociais e comunitários, mas como apoio ao próprio movimento sindical por que ela tinha caráter nacional. Quando questionado sobre a visão de enfrentamento ao regime militar e reorganização do trabalho sindical que foi característica de sua atuação no sindicato dos médicos, Vitor afirma que chegou ao sindicato com esta postura por que levava consigo a orientação da Igreja, dos bispos e de padres progressistas.⁴⁴⁵

Em entrevista Rogério Sarlo de Medeiros lembrou alguns poucos anos antes da criação do Pró-CUT e abordou uma conjuntura política amarrada pela ditadura militar. Segundo ele, havia a necessidade de trabalhar as oposições sindicais para tirar os “pelegos” do sindicato. Nesse sentido imaginou-se fazer a chamada Frente Sindical, que parecia desaconselhável, pois ia de encontro à estrutura sindical do país, mas que vingou.⁴⁴⁶

Em sua entrevista, Medeiros citou a importância de sindicatos como o Sindicato dos Trabalhadores no Campo representado por Ângelo Moschen. Ao citar o sindicalista, Medeiros ressalta que ele havia inicialmente relutado em ir para a Frente Sindical por orientação da Igreja. Nesse sentido Medeiros faz uma crítica ao movimento progressista da Igreja que, segundo ele, se tratava de um campo “calouro” e por agir de forma equivocada e receosa, por vezes atrapalhava não deixando clara a proposta de oposição da Frente Sindical nos sindicatos ligados à Igreja.⁴⁴⁷

Segundo ele, a Frente Sindical, foi uma característica do movimento sindical capixaba funcionando como um local de articulação das oposições sindicais, organizou movimentos concretos contra a ditadura e fez com que o país, principalmente São Paulo, tentasse entender o que estava sendo feito aqui no

⁴⁴⁵BUAIZ, Vitor. BARROS, Nicélio. RIBEIRO, Luis Cláudio. 2008, p. 107 a 110. Entrevista concedida à Luíz Cláudio Ribeiro e Nicélio Barros. Vitor foi preso em 12 de dezembro de 1972. Ao sair da prisão no mês de janeiro, recebeu a visita de Dom João Batista da Motta e Albuquerque, Dom Luís Gonzaga Fernandes e do padre francês André Lepoutre. A partir de então ele começou a frequentar a casa dos irmãos de Taizé e entrou na coordenação da pastoral da saúde. (105).

⁴⁴⁶MEDEIROS, Rogério Sarlo de. BARROS, Nicélio. RIBEIRO, Luis Cláudio. 2008, p. 97 e 98. Entrevista concedida a Nicélio Barros. Segundo Medeiros, essa estratégia teria sido discutida em âmbito nacional, mas teria inibido muitos sindicalistas, pois ali se começava a pensar um movimento maior com o intuito de mudar a face do sindicalismo brasileiro.⁴⁴⁶ No estado do Espírito Santo, a proposta foi sendo montada de início pelo próprio Rogério Sarlo Medeiros - presidente do Sindicato dos Jornalistas -, por Vitor Buaiz - do Sindicato dos Médicos e por Marilda Baião que era presidente do Sindicato dos Bancários. (97)

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 97 e 98.

estado. Ele ressalta que mesmo alguns sindicalistas de São Paulo reconhecem que o embrião da CUT nasceu aqui no Espírito Santo.⁴⁴⁸

Como se pode perceber, o envolvimento de setores da Igreja em meio ao sindicalismo, nem sempre era uma prática vista com bons olhos entre todos os que compunham o movimento sindical no estado. Contudo, uma foto presente em “*Olhares de Luta*” do acervo de Medeiros apresenta imagens da realização do dia primeiro de maio de 1979, onde discursava o arcebispo de Vitória Dom João Batista da Motta e Albuquerque. Consideramos que a foto de Dom João em meio ao evento que envolvia entidades sindicais e CEBs no Ginásio Saldanha da Gama, indica a relevância que leigos e membros do clero católico tinham em meio à organização dos trabalhadores.⁴⁴⁹

Documentos presentes na série movimentos sindicais da DOPS/ES nos ajudam a constatar a interferência da Igreja na organização dos trabalhadores no Espírito Santo. A organização pró-CUT foi um movimento nacional que tinha por um dos objetos aglutinar forças e orientar toda a luta sindical no país.

No ano de 1983, a luta contra a política de arrocho salarial imposta pela Ditadura Civil-Militar constituiu-se em um marco na trajetória dos trabalhadores. As análises dos documentos da DOPS/ES evidenciam que o calendário de greves que marcaram o cenário nacional também fez parte das discussões e ações dos segmentos sociais no Espírito Santo.

Um trecho do jornal “A Tribuna”, hoje parte dos anexos da DOPS/ES, apresenta uma das situações, onde o movimento pró-CUT do Espírito Santo, em consonância com os movimentos desencadeados no estado de São Paulo em julho de 1983, decidem por fazer uma discussão de emergência a se realizar no dia 11/07, no Instituto Pastoral da Arquidiocese de Vitória – IPAV, para decidir sobre uma possível paralisação no estado. Para a reunião, foram convocados sindicatos e militantes do movimento social do estado.⁴⁵⁰

⁴⁴⁸ Ibidem, p. 97 à 99.

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 30 e 31.

⁴⁵⁰ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl.67. A Tribuna. 10 de julho de 1983. DOPS/ES.

Segundo o informe de nº 360/83 expedido no dia 13 de julho de 1983, a reunião da Comissão Estadual do pró-CUT realmente aconteceu no dia 11 de julho na arquidiocese de Vitória com a participação de cerca de vinte pessoas. O documento cita como presidente da comissão Stand Silva, como vice João Carlos Coser (ex-prefeito de Vitória) e como secretário o sindicalista senhor Paulo César Vinhas. O assunto da reunião era uma greve geral que seria deflagrada no dia 21 de julho de 1983 em consonância com o movimento nacional.⁴⁵¹ O documento ressalta que em entrevista à TV Gazeta no dia 12/07/1983, o senhor Paulo César, sindicalista, e Antônio Ângelo Moschen, então presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura FETAES, afirmaram que os trabalhadores do Espírito Santo iriam parar no dia 21 de julho.⁴⁵²

Diante das informações colhidas pelos oficiais, foi expedida uma nova ordem de serviço determinando quatro agentes para o monitoramento da atividade. Datada do dia 20 de julho de 1983, as orientações da ordem apresentada determinam que os agentes, Valter Ribeiro do Nascimento, Lucas Miranda, Angelo da Silva Maia e Solange Ramalho, se dirijam no dia 21 de julho ao centro da cidade e se localizem em pontos estratégicos para melhor acompanhar o movimento de greve.⁴⁵³

Encontramos também em anexo nesse dossiê uma convocação para greve, onde assinam a comissão pró-CUT, o sindicato dos trabalhadores da construção civil, o sindicato dos empregados do comércio e o sindicato dos médicos. O panfleto trazia a motivação dos trabalhadores e pautava a luta contra o arrocho salarial, a política do governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A greve teria início às 10 horas com a concentração dos trabalhadores e culminaria em um ato público na Praça Oito, após uma passeata com início às 16 horas, na Praça do Trabalho.⁴⁵⁴ Um informe dos agentes da DOPS/ES datado do dia 22 de julho de 1983 nos aproxima de como teria sido o movimento de greve que aconteceu no dia 21.

Segundo o relato dos agentes que acompanharam a atividade, a greve teria começado às 06h e 30min da manhã, com o piquete organizado por alguns

⁴⁵¹ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 38. Informe Nº 360/83. 13 de julho de 1983. O documento ainda destaca a presença de um elemento chamado Délio do PT que havia participado de todas as reuniões no meio estudantil, construção civil e magistério.

⁴⁵² Ibidem.

⁴⁵³ Ibidem. Fl. 40 e 42.

⁴⁵⁴ Ibidem. Fl. 43.

integrantes do movimento, que objetivavam parar os ônibus que tentavam chegar até o centro de Vitória. Após dar fim a estratégia dos grevistas, alguns membros, que os agentes especificaram como sendo “os mais exaltados”, teriam sido detidos pela polícia. Também teriam sido presos logo no amanhecer do dia Josmar Pereira (Deputado estadual), Perly Cipriano (representante do PT) e Waldemar Lyrio do sindicato da Construção Civil.⁴⁵⁵

Segundo o relato, às 16h e 30min do dia 21/07/1983, o movimento teve início com uma passeata que reuniu aproximadamente 8.000 pessoas. Os agentes registraram as presenças dos políticos Josmar Pereira, Max Mauro, Vasco Alves de Oliveira Júnior, Perly Cipriano, Vitor Buaiz e outros. Como se pode perceber, dois dos grevistas que teriam sido presos pela manhã, tem seus nomes na lista dos presentes na passeata, o que leva a crer que, neste caso, a prisão tenha sido momentânea.⁴⁵⁶

O relatório também apresentou uma lista onde foram identificados diversos sindicatos e representantes de associações de bairro e outros. Na Praça Oito, um caminhão de propriedade do “Frigorífico Santíssimo” de Bela Aurora teria servido de palanque para as manifestações. Entre os presentes, os oficiais também destacaram no relatório a presença do padre Rubens Duque, um representante de Dom João Batista da Motta e Albuquerque, que se manifestou comunicando o apoio do arcebispo ao movimento de greve e outro padre identificado como “Padre Penedo” representando a CJP de Vitória.⁴⁵⁷ Anexado aos arquivos da DOPS/ES, um recorte do jornal *A Gazeta* apresenta uma foto da manifestação onde podemos identificar a participação do padre Rubens Duque no movimento do dia 21.

⁴⁵⁵ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 50. Informe 007/83. 22 de julho de 1983.

⁴⁵⁶ Ibidem.

⁴⁵⁷ Ibidem. Fl. 51. No relatório datado em 22 de julho de 1983, percebe-se que o nome do padre “Pendo” ainda não tinha sido identificado o que só veio a acontecer em um relatório posterior com data de 26 do mesmo mês. (53)



FIGURA 1: Protesto e passeata. Fundo: APEES/DOPS.⁴⁵⁸

O segundo relatório sobre o evento destaca que Perly Cipriano e Standar Silva quando apresentados ao público foram bastante aclamados, oposto do que aconteceu quando o deputado Max Mauro fez uso da fala, os manifestantes o teriam chamado de “demagogo” e “puxa-saco dos patrões”. Os oficiais destacaram que de forma geral, o dia de protesto teria acontecido de forma “pacífica” apesar das duras críticas que foram feitas ao governo e das palavras de “baixo calão” que foram usadas durante as manifestações.⁴⁵⁹

Outra atividade envolvendo o movimento sindical com o apoio da Igreja teria acontecido em outubro de 1983. Segundo uma ordem de serviço expedida pela DOPS/ES, os agentes Dairon Rodrigues da Cunha e Lucas Miranda receberam ordens para se dirigir no dia 15 de outubro ao Colégio do Carmo para acompanhar a Assembleia Inter-Categorias que tinha por objetivo decidir encaminhamentos para uma possível greve no dia 25 do mesmo mês.⁴⁶⁰

⁴⁵⁸ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 63. *A Gazeta*. 22 de julho de 1983.

⁴⁵⁹ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 54 e 55. *Relatório*. 26 de Julho de 1983.

⁴⁶⁰ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 85. *Ordem de Serviço*. 07 de outubro de 1983.

Segundo o relatório, a reunião no auditório do Carmo teve início às 16h30. Teriam composto a mesa Benedito Tadeu César, Ângelo Moschem da agricultura, Waldemar Lírio dos comerciários, Oswaldo Rigo, José Aguiar e José Aguiar representante da União dos Professores do Espírito Santo (UPES). Estiveram presentes também representantes dos trabalhadores rurais de Linhares e Valdomiro Breg representante do sindicato dos jornalistas. Foi relatado que representantes de várias categorias presentes na assembleia fizeram o uso da fala no intuito de dar seu parecer sobre a organização e possibilidades de adesão a uma greve que aconteceria no dia 25. Dentre os informes relatados, foi anunciado que no dia 21 do mesmo mês haveria uma assembleia dos trabalhadores na Igreja Católica de Carapina.⁴⁶¹

Outro relatório sobre a atividade datado no dia 19 de outubro de 1983 também descreve a atividade que aconteceu no colégio do Carmo em Vitória. Segundo esse documento, teriam comparecido ao local cerca de 300 pessoas com a finalidade de discutir e aprovar a participação dos trabalhadores na greve do dia 25 de outubro. O relatório destacou as presenças do deputado federal Nelson Aguiar, Mirtes Devilaqua, Ângelo Moschem e do então presidente da comissão Pró-CUT estadual Standart Silva.⁴⁶²

Nos anexos da DOPS/ES encontramos um exemplar de um convite para a assembleia de trabalhadores na Igreja de Carapina. Logo no início, a greve geral do dia 25 de outubro é apresentada como proposta de protesto contra as medidas econômicas adotadas pelo governo federal. Segundo o texto, as medidas só atendiam aos patrões e ao Fundo Monetário Internacional, indo contra os interesses da classe trabalhadora. O convite ainda evidenciou que a Central Única dos Trabalhadores, havia entregado ao governo uma carta contendo 13 reivindicações discutidas e aprovadas pelos trabalhadores que não foi aceita pelo mesmo, motivo pelo qual se fazia necessária uma discussão sobre a importância da greve.⁴⁶³

⁴⁶¹ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 90-92. *Relatório*. s/d.

⁴⁶² APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl.103. Relatório.19 de março de 1983.

⁴⁶³ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 99. ANEXO. 21 de outubro.

Os fatos acabaram mudando o rumo das manifestações. Por conta da pressão dos trabalhadores, o Decreto N° 2045 do governo foi derrotado no congresso federal.⁴⁶⁴ Como toda uma organização já tinha sido articulada para acontecer no dia 25 de outubro, as entidades que prepararam o movimento optaram por adiar a greve, mantendo, para o dia 25, um dia de protesto que aconteceria na Praça Oito, a partir das 17h.⁴⁶⁵

Uma ordem de serviço datada no dia 24 de outubro de 1983 designou os agentes Dairon Rodrigues da Cunha, Alcilúcia Pereira Penha e Noélia Senna Brito para comparecer no dia 25, ao local onde aconteceria o protesto.⁴⁶⁶ No relatório datado em 26 de outubro, os agentes destacam que atividade do dia 25 teve início às 17h com a participação de aproximadamente 500 pessoas. O relatório enumerou a fala de 11 pessoas destacando trechos do discurso de cada uma. Em geral, todos que haviam tomado a fala teriam se manifestaram contra as políticas econômicas do atual governo. Segundo o relatório, um coro de mulheres gritava palavras de ordem como “Mais arroz e mais feijão na panela do povão” e “A greve geral derruba o general”.⁴⁶⁷

Embora não identificados, jornais que circulavam na cidade deram notícias sobre a manifestação do dia 25 de outubro. Segundo o trecho de um jornal presente no dossiê sobre a CUT, o protesto registrou cerca 1000 pessoas, que saíram às ruas para protestar contra o desemprego, fome, arrocho salarial e contra a pressão exercida pelo capital estrangeiro, sobretudo o controlado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A manifestação teria sido iniciada na Praça João Clímaco e encerrada na Praça Oito. A concentração na Praça Clímaco visava a entregar por escrito uma série de reivindicações ao então governador Gerson Camata. Uma

⁴⁶⁴ O ano de 1983 foi muito difícil para a classe trabalhadora. O governo baixou quatro decretos que tinham por objetivo arrochar o salário dos trabalhadores. Logo em janeiro o governo baixou o decreto 2012, seguido do decreto 2024. Esses dois decretos não alteravam o limite de negociação dos salários além do limite automático. A partir de julho com o decreto 2045, o governo estabeleceu um limite de cálculo de 80% do INPC que servia não mais de base mais de teto para a negociação do aumento. Com o decreto 2065, este teto subiria para 100% do INPC para uma faixa de até três salários mínimos.

⁴⁶⁵ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 114-116. *Anexos. s/d.*

⁴⁶⁶ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 107. Ordem de Serviço 24 de outubro de 1983.

⁴⁶⁷ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 111-113. Relatório. 26 de outubro de 1983.

comissão de representantes de bairro conseguiu falar com o governador, que prometeu com tempo, estudar as reivindicações apresentadas.⁴⁶⁸

Trechos do outro jornal apreendido pela DOPS/ES apresentam trechos da fala de alguns dos manifestantes. Interessante para entender o contexto que envolvia os trabalhadores no período foi a fala do então presidente do PT Perly Cipriano que, segundo o jornal, ao fazer comentários sobre a situação do estado, citou o atraso no pagamento de professores da rede estadual, falou sobre a greve dos médicos e sobre o assassinato de líderes comunitários do bairro São Pedro.⁴⁶⁹

Depois que a comissão conseguiu falar com o governador, a manifestação de pessoas batendo em panelas vazias, seguiu pelas ruas chegando até a Praça Oito, onde permaneceram durante quase duas horas fazendo críticas ao governo federal. Segundo a matéria, um forte esquema de segurança composto por dois pelotões de choque da polícia Militar, quatro viaturas e vários agentes federais e do serviço de informação da PM acompanharam o movimento, não tendo sido verificado qualquer incidente.⁴⁷⁰

Ao observar os documentos da DOPS/ES, percebe-se que o apoio a movimentos sindicais não se deu somente na arquidiocese de Vitória. Segundo um informe presente na DOPS/ES, um congresso regional da CUT Norte II teria acontecido no Centro de Formação de Líderes Rurais (CEFOLIR), espaço que na época era de responsabilidade da irmã Nilza Junqueira Reis, na cidade de São Mateus entre os dias 24 e 25 de março de 1984. O congresso teria sido realizado pela comissão regional provisória da CUT, composta por membros de sindicatos e de representantes da Comissão Pastoral da Terra de São Mateus. Segundo o informativo, entre delegados sindicais e convidados, o evento reuniu cerca de 120 pessoas.⁴⁷¹

Segundo os dados contidos no informe, estavam representados os sindicatos rurais de Colatina, Linhares, São Gabriel da Palha, Montanha, São Mateus, Nova Venécia,

⁴⁶⁸ ANEXO DOPS/ES. Dossiê Central Única dos Trabalhadores. Cx. 06. p. 117. s/d.

⁴⁶⁹ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 118. Recorte de jornal. s/d.

⁴⁷⁰ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 117. Anexo sem identificação e data.

⁴⁷¹ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 130. *Informe 099/89*. 30 de março de 1984.

São Francisco e Ecoporanga. Havia também representantes da União dos Professores (UPES) e do sindicato dos comerciários. Além dessas representações, havia também representantes de diversas associações como a das lavadeiras, dos trabalhadores da construção civil de Linhares e São Mateus e Associação de Defesa Social (ADES), ambas ligadas ao clero do Norte e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (FETAES).⁴⁷²

Segundo o informe, se faziam presentes como convidados Domingos Firmiano dos Santos, o padre Derli Casli, a irmã Nilza Junqueira, o seminarista e hoje padre da diocese de São Mateus, Heraldo José do Couto. Segundo o informe, todos eram membros da CPT de São Mateus. Também teriam participado como convidados, Perly Cipriano representando o PT, Valdomiro Broechl pela comissão nacional da CUT, João Carlos Coser, pela CUT estadual e o deputado estadual Salvador Bonomo.⁴⁷³ A abertura do evento teve a presença do bispo de São Mateus Dom Aldo Gerna que, segundo o informe, acolheu os congressistas com as seguintes palavras:

É com real satisfação que a Igreja vê hoje os trabalhadores se unirem num só sentimento de libertação, numa entidade que vem englobar todas as categorias de trabalhadores. Nos alegramos muito porque a Igreja vê o resultado da opção pelos pobres seguindo uma diretriz da TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO para os países do terceiro mundo. O fato de estarem aqui reunidos hoje para discutirem os vossos problemas é o fruto semeado que já brota para um novo amanhã. Por muito tempo os homens tem criado leis que mantém nas mãos de uma minoria o monopólio de decisão do Estado. Sim, o Estado está voltado para o enriquecimento de poucos e o empobrecimento de muitos. A Igreja não está alheia a isso, a Igreja não pode fazer política, a Igreja não pode fazer sindicalismo, mas pode ajudar em muito através do evangelho, que Deus não quer isso não. É por isso que a Igreja do povo de Deus tem que ser luz para abrir as vistas do cego, ensinando a caminhar por um caminho que leva a libertação dos oprimidos, o resto é tarefa vossas, por que vocês viram e estão seguindo o caminho verdadeiro, por que é através da organização de vocês, da união da fé e firmeza na caminhada que vocês vencerão. [...]⁴⁷⁴

O discurso político alinhado as raízes evangélicas atribuído a Dom Aldo no informe, chama a atenção por representar uma linha pastoral que foi proposta e assumida por diversos membros do clero e leigos engajados da diocese de São Mateus e da arquidiocese de Vitória. O orador que teria sucedido o bispo foi o deputado do PMDB Salvador Bonomo e logo depois Perly Cipriano presidente do PT no Espírito

⁴⁷² Ibidem.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ Ibidem, Fl. 131

Santo. A fala dos dois oradores também foi descrita no relatório. Ao observar a fala principalmente de Perly Cipriano, se percebe que o discurso em prol da campanha pelas Diretas Já e das reformas de base, de forma especial a reforma agrária, já eram destaque no discurso e organização dos movimentos.⁴⁷⁵

Vários oradores fizeram uso da palavra durante o encontro. No segundo dia, além de uma eleição para definir uma nova diretoria, também foram definidas três prioridades de ação da CUT – Norte: a preparação para uma greve geral em abril, unificar o primeiro de maio e preparar a festa do lavrador em Montanha com passeatas e comícios contra a violência no meio rural, como estratégia de fortalecer o sindicato.⁴⁷⁶

Uma carta de repúdio emitida pelos trabalhadores que se reuniram no congresso CUT – Norte foi apreendida pelos agentes da DOPS/ES. No texto da carta, os trabalhadores denunciavam de forma especial a violência sofrida pelos trabalhadores rurais de Montanha, que nos últimos meses, teriam sido ameaçados com cartas anônimas, caluniando a diretoria sindical e tiveram a sede do sindicato arrombada no dia 07 de março de 1984. A carta exigia das autoridades uma melhor apuração dos fatos.⁴⁷⁷

Uma nota de protesto dos trabalhadores da CUT Norte II em conjunto com demais segmentos da CUT no estado, apresentou de forma sintética o cenário de lutas pela terra que estava sendo travada na região. A nota protestava contra o assassinato dos trabalhadores rurais Cesário Barbosa de Mucurici em dezembro de 1983, de José Martins na cidade de Santa Tereza em fevereiro de 1984, o assassinato em 16 de março de 1984 de Emílio Barcelos e sua filha em São Mateus e o assassinato de outro companheiro de Conceição da Barra, que não teve o nome citado. A nota também protestava contra as ameaças aos sindicalistas de Montanha.⁴⁷⁸

Também circulou após o congresso uma nota de apoio aos desempregados de São Mateus assinada pelos participantes do encontro. Mais uma vez o desemprego foi abordado como sendo uma consequência da falta de terra de muitos trabalhadores

⁴⁷⁵ Ibidem.

⁴⁷⁶ Ibidem. Fl. 132.

⁴⁷⁷ APEES/DOPS. Série Movimentos Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 147. Carta de Repúdio. s/d.

⁴⁷⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 148. Nota de Protesto. Sem data.

rurais da região.⁴⁷⁹ Os três pronunciamentos, onde assinam os membros do congresso que foram recolhidos pela DOPS/ES, nos ajudam a compreender as especificidades dos movimentos que mais cresciam e envolviam os militantes ao norte do estado. Por ser uma região de grande produtividade agrícola, as questões referentes ao trabalho na terra e posse da mesma eram pauta de discussão primária entre os que se engajavam em lutas sociais. Nesse sentido, a Igreja de São Mateus com a Comissão Pastoral da Terra e o incentivo às associações e organizações sindicais se apresentava como grande auxílio à organização de instrumentos de luta nessa região.

Não foi possível encontrar nos registros da DOPS/ES, os nomes dos oficiais que fizeram o relatório referente ao congresso da CUT – Norte II citado anteriormente e nem mesmo a forma que os oficiais encontraram para adquirir tantas informações sobre os mesmos. Observando os documentos, pudemos observar que, mesmo após um primeiro informe, alguns dados como nomes dos participantes foram pesquisados e apresentados posteriormente para melhor identificação de dados e de nomes que a princípio estavam incompletos.⁴⁸⁰

No relatório são citados alguns dos anexos alusivos aos participantes do congresso adquiridos pelos agentes. Alguns, com o intuito de divulgar para a população dados sobre o encontro, citam, por exemplo, quantidade de pessoas participantes, entidades que se fizeram presente e outros. No entanto, toda a descrição das falas dos oradores durante o congresso, bem como dados sobre a eleição e definição de prioridades, aponta que houve um monitoramento direto por parte dos agentes. Dados sobre a fala de participantes e sobre elementos que compareceram a atividade nos dão a ideia de um acompanhamento mais próximo ao invés de um relatório totalmente montado a partir de dados secundários.

Podemos perceber que a história da CUT no Espírito Santo apresentada nos documentos da DOPS, por vezes, também acaba por apresentar a história de alguns dos organismos pastorais da diocese de São Mateus e da arquidiocese de Vitória. A luta em favor dos trabalhadores e dos desempregados, também fazia parte da pauta

⁴⁷⁹ APEES/DOPS. Série Movimentos Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 149. Apoio a desempregados. Sem data.

⁴⁸⁰ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 170. *Informe* 123/84. 10 de abril de 1984.

de segmentos pastorais da Igreja de Vitória. Em pesquisa aos arquivos da Pastoral Operária do ES, encontramos um boletim *Ferramenta* de 1984 (junho), que relata o movimento dos desempregados. Segundo o boletim, os desempregados fizeram um acampamento de dezessete dias em frente à Catedral de Vitória. O objetivo inicial seria ficar em frente ao Palácio do governo, mas os manifestantes teriam sido impedidos pela polícia de ficar no local e acabaram se refugiando na Igreja. Constantemente eram feitas reuniões por setores e assembleias gerais, além de passeatas nas ruas da cidade. Segundo o depoimento de “Euclides” presente no boletim, as comunidades eclesiais de base, a Igreja Luterana e outros parceiros, teriam sido os responsáveis pelo apoio moral e material do movimento.⁴⁸¹

Segundo os documentos presentes na DOPS, no dia 25 de setembro de 1984, outro ato público teria sido realizado, dessa vez promovido pela CUT regional do estado. Como acontecia em muitas das manifestações organizadas pela CUT, no dia 25, mais uma vez, agentes da DOPS/ES se dirigiram à Praça Oito em Vitória para acompanhar o ato promovido pela CUT.⁴⁸²

Segundo o relatório dos agentes, datado em 26/09/2013, compareceram na atividade aproximadamente 100 pessoas, entre elas muitos desempregados e alguns militantes do PT. Uma Kombi fazia a sonorização do evento. Os animadores anunciaram a participação de representantes do movimento comunitário, movimentos de bairros, de CEBs, de políticos como Perly Cipriano e demais associações e sindicatos do estado.⁴⁸³ Do palanque improvisado foi anunciada uma série de eventos de mobilização dos trabalhadores: uma reunião na Praça de Vila Velha no dia 26 de setembro, e duas reuniões no colégio do Carmo nos dias 28 de setembro e 12 de outubro. Um dos objetivos principais da atividade do dia 25 era exigir do governo a criação de 6.000 empregos. Ao término do ato, por volta das 20h, os manifestantes queriam se dirigir ao palácio do governo, no entanto, foram dispersos por policiais militares.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ Arquivo da Pastoral Operária do Espírito Santo. *Ferramenta*. 1984.

⁴⁸² APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 202. *Relatório* 26 de setembro de 1984.

⁴⁸³ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Ibidem. Fl. 202 e 203.

⁴⁸⁴ Ibidem. Fl. 203.

No dia 27 de setembro de 1984, uma ordem de serviço da DOPS/ES encaminhou os agentes Dairon Rodrigues da Cunha e Antônio Carlos de Aguiar Gagno Júnior para comparecerem ao colégio do Carmo no dia 28 para a reunião da CUT.⁴⁸⁵ O relatório dos oficiais datado do dia 01 de outubro nos dá mostras das discussões pautadas entre os presentes no Colégio do Carmo. Para o debate estava prevista a visita do presidente geral da CUT Jair Meneguelli, no entanto, em seu lugar veio o deputado federal Aurélio Perez. Em sua fala ele teria dito que “[...] a solução para o imperialismo no Brasil não estava nas eleições direitas, mas sim numa revolução promovida pela classe operária”.⁴⁸⁶

O deputado citou o presidente Figueiredo como sendo o “[...] maior representante do imperialismo no Brasil, que Maluf seria uma continuidade do governo instituído e que Tancredo seria uma opção menos ruim”. Também fizeram uso da palavra muitos outros políticos do estado como Vitor Buaiz e outros. O debate teria terminado às 22h, com a presença aproximada de 80 pessoas.

Sendo assim, o movimento sindical no Espírito Santo foi outro seguimento social que também contou com a participação de muitos militantes que vinham das CEBs. João Coser, ex-prefeito de Vitória (2005-2012), foi militante e presidente da CUT/ES, entre os anos de 1984 e 1986. Em entrevista a Nicélio Barros, em 2008, o ex-sindicalista falou sobre a origem de suas ideias políticas.

[...] Eu comecei na Igreja Católica, por que quando eu cheguei da roça – eu morava em Santa Teresa e lá nós só tínhamos a Igreja. Lá no interior é a Igreja, o campo de futebol e as festas das famílias. Então quando eu cheguei pra cá, nos fomos morar no Itararé e no Itararé tinha uma comunidade de base em 74. [...] Aqui nós conseguimos fazer um trabalho, construímos uma igreja, eu cheguei a ser do conselho da paróquia, [...] nós tínhamos um bispo muito importante, Dom João Batista da Motta e Albuquerque. Esse bispo, ele tinha uma relação muito grande com as comunidades eclesiais de base, ele incentivava o trabalho das Igrejas e foi na Igreja que eu me descobri realmente como cidadão e comecei a adquirir consciência para além de uma visão pessoal. [...]⁴⁸⁷

Se a Igreja é mesmo uma instituição que adentra as questões temporais com o objetivo de permanência como havíamos dito anteriormente, o trabalho, tido como

⁴⁸⁵ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 205 e 206. *Ordem de Serviço 029/84*. 27 de setembro de 1984.

⁴⁸⁶ APEES/DOPS. Série Movimento Sindical. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 207 e 208. *Relatório*. 01 de outubro de 1984.

⁴⁸⁷ COSER, João. BARROS, Nicélio. RIBEIRO, Luis Cláudio. 2008. p. 151. Entrevista concedida à Nicélio Barros.

direito e dever continuou sendo uma grande mola de atuação que fez com que esta entidade se remodelasse e se enquadrasse às lutas políticas de seu tempo.

Se por um lado o envolvimento da Igreja do estado com movimentos sindicais e políticos, fez com que ela se configurasse como uma importante força de oposição ao governo ditatorial, por outro fez com que ela se tornasse alvo de muitas críticas. Em pesquisa realizada no arquivo da arquidiocese de Vitória, encontramos uma carta intitulada “Carta ao Povo Brasileiro” que chama a atenção por conter críticas à ala progressista da Igreja Católica e também a alguns políticos do Espírito Santo. A carta com forte apelo político não possui indicação formal de autoria e foi assinada pelo “Comando Maria”.⁴⁸⁸ Além de tecer críticas à partidos e organizações, a carta solicita que se crie núcleos de combate ao comunismo e apresenta uma lista com nomes de alguns “comunistas” do estado:

[...] Eis nossa lista negra: Dom João Batista da Motta e Albuquerque, Dom Aldo Gerna, juiz João Batista Herkenhoff, Orlando Bonfim Júnior, Dilton Lyrio Neto, Max de Freitas Mauro, Roberto Valadão Almokdice, Perly Cipriano, todos jornalistas de “ A Tribuna “, alguns jornalistas de “ A Gazeta “, José Maria Coutinho, Namir Chequer, Jô Amado, Luiz Aparecido, Vitor Buaiz, Padre Bernardo Colombe, Nilo de Mingo, Renato Viana Soares, Rose de Freitas, Paulo Hartung Gomes, Antônio César, Menezes Penedo, Fausto de Araújo Porto e Gildo Ribeiro. [...] ⁴⁸⁹

Observamos que nomes de membros do clero católico do estado e de alguns leigos foram citados na lista. Não conseguimos informações precisas quanto ao comando Maria que assina a carta, no entanto, podemos evidenciar através do trecho citado a ideia que alguns grupos tinham quanto a atuação de militantes cristãos católicos no estado. A carta não possui data, mas apresenta críticas ao então presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo que governou o Brasil entre os anos de 1979 e 1985. Este dado nos ajuda a evidenciar que mesmo em tempos de abertura política, militantes sindicais, políticos e alguns leigos que atuavam ativamente nas CEBs, pastorais e comissões da Igreja ainda recebiam o rótulo de “comunistas” e eram taxados de “subversivos” por grupos que desejavam a continuidade do regime.

3.5 CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

As comunidades eclesiais de base se caracterizavam como espaços que sob vigência do concílio Vaticano segundo e orientação de uma teologia de cunho

⁴⁸⁸ Arquivo da Arquidiocese de Vitória. 2012. **Carta ao povo brasileiro**. (sem data).

⁴⁸⁹ Ibidem.

libertador, incentivavam a atuação de cristãos leigos não somente dentro da Igreja, como também na sociedade. A conjuntura de abertura política que emergia no início dos anos 1980 traz como característica a legalização e criação de instrumentos partidários que despontavam como alternativas de luta em meio ao contexto político. Já no ano de 1979, a lei nº 6.767 extinguiu as organizações partidárias existentes (ARENA e MDB), restituindo o pluripartidarismo no Brasil.

Com essa medida a ARENA transformou-se em Partido Democrático Social – PDS, e o MDB em Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. O MDB desde os anos finais da década de 1970 vinha se caracterizando como um instrumento que aglomerava várias frentes de oposição ao regime, com a volta do pluripartidarismo, esse instrumento se desmembrou em outros partidos, o que era conveniente aos olhos dos militares.

Entre os partidos de oposição ao regime do período temos o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, o Partido Popular – PP e o Partido dos Trabalhadores – PT. Com relação ao PT, uma singularidade caracterizou o partido. Em sua fundação no dia 10 de março de 1980 no Colégio de Sion, encontraram-se articuladas lideranças sindicais, militantes marxistas leninistas e cristãos católicos pertencentes a setores progressistas da Igreja católica.⁴⁹⁰

O documento *Gandium Et Spes* do Concílio Vaticano II enfatizava que também caberia ao homem a participação na vida política. Essa reflexão teológica, juntamente com o contexto de repressão motivou muitos militantes da Igreja católica do Espírito Santo a se engajar na construção de partidos como o PT. Ao observarmos os documentos referentes ao partido presentes nos arquivos da DOPS/ES, observamos não uma opção direta pela nova sigla política, mas uma considerável participação de alguns leigos católicos na construção e formação do partido, bem como toda uma rede de influência pastoral que apoiava a criação deste segmento.

Um documento no dossiê sobre o PT nos traz referências sobre a formação do partido no Espírito Santo. Segundo o informe de número 004/80, no dia 27 de janeiro

⁴⁹⁰ REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores: Trajetória, metamorfoses, perspectivas.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964...)*. **As esquerdas no Brasil.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 507.

de 1980, aconteceu no colégio do Carmo uma reunião com o objetivo de fundar o partido no estado. O informe ressalta que a reunião que teria durado em média quatro horas, contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas, tendo sido a mesa composta por Vitor Buaiz do Sindicato dos Médicos, Rogério Medeiros do Sindicato dos Jornalistas, do sindicato dos médicos, Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Paulina São Paulo e José Hibrant, líder sindical em Osasco (SP). Dessa reunião teria sido formada uma comissão pró-partido com dois representantes de cada município sendo estes: Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição do Castelo, Serra e Vitória sendo incluída a presença de Vitor Buaiz e Rogério Medeiros.⁴⁹¹

O antigo colégio do Carmo era um espaço de referência para muitos encontros de organização de diversos segmentos sociais. Além do destaque com relação ao local, neste documento podemos observar representado na pessoa de Vitor Buaiz, que era membro de CEBs, a participação direta que alguns membros de segmentos pastorais da Igreja tiveram na formação do partido. Em um folheto sobre a campanha de Vitor Buaiz para prefeito de Vitória que se deu em 1982 apreendido pela DOPS/ES, se percebe o explícito apoio dados por Cláudio Vereza e João Batista Herkenhoff para a formação do partido. Ambos já eram conhecidos pela atuação na Pastoral Operária e Comissão Justiça e Paz de Vitória.⁴⁹²

A parceria entre a Comissão Provisória do PT no Espírito Santo e alguns segmentos pastorais da arquidiocese era ação constante. Em uma denúncia pública de 09 de janeiro de 1981, sobre a situação de despejo das famílias no Bairro São Pedro, o Partido dos Trabalhadores cita a atuação da CJP de Vitória.

Grileiros protegidos por policiais militares fortemente armados, derrubaram 83 barracos de zinco investidas na primeira semana de janeiro, no bairro de São Pedro na Ilha de Vitória. Trabalhadores que não conseguiam pagar as altas taxas de aluguéis, devido aos baixíssimos salários, construíram seus barracos no mangue, terrenos da união (do povo) sob a fiscalização da marinha [...] Mais uma vez, a polícia se colocou do lado dos grileiros, que aproveitavam documentos falsos de posse, passando assim por cima da lei e do direito do povo [...] O Partido dos Trabalhadores, nesta oportunidade, louva o trabalho realizado pela Comissão de Justiça e Paz de Vitória na

⁴⁹¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 10-11. *Informe 004/80*. 11 de fevereiro de 1980.

⁴⁹² APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 42-43.

defesa dos humildes trabalhadores e aproveita para conclamar os posseiros a se organizarem em comissões para defender seus legítimos direitos.⁴⁹³

Outra mostra do entrosamento que havia entre PT e segmentos pastorais no estado, também pode ser observada em um convite para um comício público sobre a Lei de Segurança Nacional que aconteceria no dia 12/04/1981. No convite, hoje anexado nos arquivos da DOPS/ES, chamou-nos atenção o fato de que além de se especificar no texto que, entre membros do partido, também fariam parte do debate membros da CJP, mais uma vez a reunião aconteceria em um espaço religioso, nesse caso, um salão ao lado da Igreja Católica do Ataíde.⁴⁹⁴

A parceria entre setores da Igreja e o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, não parecia ser algo que se quisesse omitir, muito pelo contrário. Além dos anexos de panfletos acima citados, outro intitulado ‘Conversa com o eleitor’, ao que indica produzido pelo partido, aborda de forma evidente a afinidade de ideias entre setores progressistas da Igreja de Vitória e o partido dos Trabalhadores.

O PT – Partido dos Trabalhadores e seus aliados na oposição – PDT e PMDB, têm vindo de público denunciar as bandalheiras, as crueldades, a violação e, acima de tudo a falta de caráter que os homens da reação estão praticando no pleito comprando votos, seduzindo consciências e deturpando a disciplina moral da sociedade. Você que é eleitor, trabalhador, operário ou liberal, estudante não pode ficar a favor dos lacaios da ditadura dos generais que há 18 anos exploram a nação e empobrecem o trabalhador, tornando os ricos cada vez mais ricos e poderosos. Eles tramam contra a eleição contra os pequenos partidos e insistem em permanecer no poder. [...] Junte-se a nós, as comunidades eclesiais de base, aos padres progressistas e aos bispos esclarecidos que querem libertar o povo destes monstros fardados. [...] A nossa luta é do tostão contra o milhão, do idealismo ideológico contra a mentira, principalmente contra os beatos que impedem que a Igreja reaja à nosso favor e contra o falso trabalhador, que prefere ser escravizado às migalhas que lhes são dadas pelos seus opressores.⁴⁹⁵

Percebe-se que a inegável parceria entre setores da Igreja e partidos, era prática que se destacava no contexto de lutas sociais no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Como mostra dessa afirmativa podemos citar um recorte do jornal ‘O Diário’, hoje parte do dossiê sobre o PT, onde em entrevista, o ex-presos político Perly Cipriano, dentre outras questões, ao abordar a articulação do PT no estado, teceu elogios a atuação da Igreja Capixaba na pessoa do arcebispo Dom João

⁴⁹³ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 20. Anexo. 1981.

⁴⁹⁴ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 45-46. Anexo. s/d. A Igreja Católica do Ataíde fica na cidade de Vila Velha-ES.

⁴⁹⁵ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 75. ANEXO.

Batista da Motta e Albuquerque e de seu bispo auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes.⁴⁹⁶ Uma reflexão apresentada no jornal Ferramenta da Pastoral Operária da arquidiocese de Vitória ajuda a sintetizar o que se evidencia ao analisar a relação de parceria entre setores da Igreja e o Partido dos Trabalhadores no Estado.

A pastoral operária tem partido? [...] É claro que uns vão dizer: “A Pastoral Operária faz campanha pelo PT! – Mas outros conclamarão: A P.O deveria apoiar mais o Partido dos Trabalhadores!” A REALIDADE É A SEGUINTE: 1) A maioria dos membros da P.O de Vitória trabalha com o P.T.; e vários também são candidatos. 2) Porém, os mesmos dizem: “Pastoral é pastoral, Partido é partido. Pastoral é independente do Partido”. 3) As propostas do P.T. agradam os operários da P.O. comprometidos nas lutas operárias. No entanto, os mesmos questionam o Partido, questionam hoje os candidatos e têm vontade de questionar amanhã os eleitos pelo partido. Portanto lembremos umas palavras dos próprios operários do dia 12 de setembro: A P.O. congrega operários independente de partido. [...] Não se confunde com partido, mas contribui para uma boa mudança [...].⁴⁹⁷

Em consonância com a Igreja do Brasil, a Igreja do Espírito Santo não tinha como base de sua ação social a política partidária e nem fundamentou seu discurso na construção e formação de partidos. No entanto como se pode perceber, a construção de organizações partidárias em meio ao contexto político fazia parte da pauta de discussão de muitas das pastorais sociais das dioceses do estado.

3.6 MOBILIZAÇÃO POR DIRETAS PARA PRESIDENTE

A volta do pluripartidarismo marcou o início da década de 1980. Com o regime dando ares de pleno enfraquecimento, com a economia comprometida por altos índices de inflação, desemprego e aumento da dívida externa, a composição partidária do período formada por partidos de oposição ao regime como o PMDB, PTB, PDT e PT demonstrou força nas urnas de 1982 elegendo diversos representantes nos governos estaduais e em outros cargos legislativos em todo o país.

No ano de 1984 estava prevista a eleição para presidente, no entanto, ela aconteceria de forma indireta através do Colégio Eleitoral. O deputado do PMDB, Dante de Oliveira, propôs uma emenda constitucional que tinha por objetivo instituir o voto direto na escolha para substituir o então presidente João Batista Figueiredo. O povo se mobilizou na tentativa de pressionar a aprovação da emenda. A

⁴⁹⁶ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 100. *O Diário*. DOPS/ES.

⁴⁹⁷ Arquivo da Pastoral Operária do Espírito Santo. *Boletim Ferramenta*. s/d.

mobilização se generalizou em várias capitais do país, caracterizando-se como uma das maiores manifestações do movimento popular no Brasil. Para decepção de milhares de pessoas, mesmo com as manifestações públicas, os deputados federais, não se sensibilizaram e a lei não foi aprovada. As eleições aconteceram em janeiro de 1985, tendo sido eleito Tancredo Neves de forma indireta.

O PT foi quem deu o pontapé inicial para a campanha pelas Diretas Já. Posteriormente a mobilização em torno das eleições diretas, contou com o apoio de grande parcela da população, incluindo membros da classe artística, intelectuais, estudantes, demais partidos políticos, sindicatos e militantes religiosos. Embora num contexto onde a mobilização contra as políticas do regime se manifestassem de forma explícita, os órgãos de segurança continuavam seu trabalho de monitoramento e vigilância aos segmentos considerados subversivos. Nos documentos presentes no dossiê sobre a CUT datados nesse período, podemos perceber que a reflexão quanto à importância das Diretas Já era pauta de muitas atividades ligadas à entidade. Como setores da Igreja se engajavam em diversos segmentos sociais, foi possível identificar a atuação da Igreja em meio ao contexto de mobilização pelas eleições diretas.

Um documento datado do dia 02 de maio de 1984 apresenta um relatório sobre as comemorações do dia 01 de maio do referido ano no Ginásio de esportes Saldanha da Gama em Vitória. Segundo o relatório a atividade foi promovida pelo pró-CUT do Espírito Santo e teria começado às 9h e terminado às 12h. No relatório houve a identificação de vários políticos do PCB, PCdoB, PMDB e PT. Novamente, o relatório deu destaque à fala do representante do PT, Perly Cipriano, que em sua fala elogiou a atuação da Igreja Católica, da Igreja Luterana e de outras Igrejas evangélicas por estarem na luta junto com o PT.⁴⁹⁸

Também no dossiê sobre a CUT, encontramos um exemplar do boletim Ferramenta que apresenta uma reflexão sobre as diretas. A pastoral operária em todo o Brasil e

⁴⁹⁸ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 06. Dossiê CUT. Fl. 09 e 10. Informe 155 S2/ 84. 02 de janeiro de 1984. No relatório também havia a informação de que durante o encontro, foram distribuídos vários panfletos, entre os quais um que convidava os presentes para um debate livre que aconteceria nos dias 3 e 4 de maio de 1984 no antigo colégio do Carmo, onde também se realizariam um Seminário de Participação Política e Social e a inauguração no dia 05 do Instituto Aldemar de Oliveira Neves. Não colocamos mais informações sobre a atividade no colégio do Carmo porque não encontramos nos dossiês mais anexos ou relatórios referentes ao tema. (Fl. 10).

também no Espírito Santo se constituía como um segmento pastoral que levava aos operários da área urbana apontamentos e reflexões sobre a situação política e social do país. No exemplar do boletim de número 66 apreendido pela DOPS/ES, já na primeira folha podemos observar a mobilização que era feita na Igreja em prol das diretas: “No Brasil todo, um grito em favor das diretas”.⁴⁹⁹ Em um trecho presente no boletim, além de convocar os operários para se juntar à luta pela redemocratização do país, a pastoral apresenta sua concepção de como deve ser o trabalho e atuação dos leigos na sociedade.

O povo brasileiro já manifestou claramente sua vontade de votar para presidente da república. O consenso é muito grande para dar mais um passo e chegar às beiras da democracia. Assim todos nós podemos dizer: DIRETAS JÁ! E vamos à luta. Mas votar diretamente para presidente da república não basta para criar a democracia. É preciso CONSTRUIR A DEMOCRACIA A PARTIR DE UMA POLÍTICA VERDADEIRA. Tudo começa no trabalho de bairro, de comunidade de base, de sindicato, de partido político [...].⁵⁰⁰

A mobilização em torno das diretas para presidente teve como característica gigantescos comícios que aconteceram nas principais capitais brasileiras no ano de 1984. No dossiê sobre o PT há o recorte de um jornal sem data com o tema “Comício das diretas em Vitória reúne só 500”. Na reportagem, Perly Cipriano, presidente do PT e o coordenador da CGT João Amorim, ressaltam a pouca organização que foi possível fazer para o evento, no entanto, eles afirmam não se importar com o pequeno número de manifestantes, porque acreditavam que a tendência do movimento era continuar crescendo.⁵⁰¹

Nesse sentido, cabe aqui destacar que o movimento realmente cresceu e que ainda é presente na memória de muitos capixabas um grande comício pelas diretas que aconteceu no dia 25 de janeiro na Praça Oito reunindo cerca de 20.000 pessoas.⁵⁰²

⁴⁹⁹ Ibidem, Fl. 150

⁵⁰⁰ Ibidem, Fl. 152.

⁵⁰¹ APEES/DOPS. Série Movimentos Políticos. Cx. 17. Dossiê 16. Fl. 121. *Jornal sem identificação de entidade e sem data.*

⁵⁰² TV Ales. **Especial ES nas Diretas Já.** Disponível em: <<http://al-es.jusbrasil.com.br/noticias/2266827/tv-ales-exibe-especial-es-nas-diretas-ja>>. Acessado em: 28 de julho de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985), que fez da repressão uma política de Estado no Brasil, ainda se apresenta como um cenário obscuro na recente redemocratização do país. A Igreja, que inicialmente compunha o quadro de instituições que legitimava o governo instituído, se apresentou, em fins da década de 1970, como uma via de oposição que deu suporte às lutas em favor da redemocratização.

Nos capítulos, buscamos analisar a atuação dos militantes católicos tendo como fonte os arquivos presentes na DOPS/ES. A observação dos documentos nos permitiu constatar que no período analisado, também no Espírito Santo, setores da Igreja despertaram como importantes grupos de oposição e de defesa dos direitos humanos. Tal conduta permitiu que houvesse dentro da própria Igreja uma mudança de paradigma.

Nesse sentido, ao abordarmos inicialmente os segmentos da Igreja Católica do estado enquanto representantes de uma nova cultura política, os situamos dentro de um contexto onde, após o fim de focos da luta armada, uma nova forma de oposição começou a ser construída. Os acontecimentos eclesiais e políticos das décadas de 1960 e 1970 se entrelaçam com o surgimento do cristianismo da libertação e posteriormente da teologia da libertação, que se constituíram como uma nova forma de interpretar a realidade e davam a sustentabilidade teológica necessária para a linha pastoral e ação dos cristãos católicos em meio ao contexto social no estado.

Importante ressaltar, contudo, que a Igreja popular que se formou no período que compreende a década de 1970, se difere da oposição católica característica dos setores de oposição na década anterior. Enquanto na década de 1960 se percebia um movimento mais elitista e com forte apelo revolucionário, na década de 1970 emerge uma Igreja de base que mistura fé e ação política de uma forma mais popular. Com base nessas novas formas de interpretar a realidade, também a Igreja do Espírito Santo se inseriu nesse contexto de oposição ao regime e se tornou alvo de monitoramento dos agentes da DOPS/ES.

Situando-se como parte de um integrado sistema de repressão policial que aglutinava Forças Armadas e Polícias, as DOPS se caracterizavam, desde sua formação, por apresentar como foco de sua ação o combate ao comunismo considerado “o grande mal social”, tendo posteriormente como base de sua ideologia a Doutrina de Segurança Nacional.

A análise dos documentos da DOPS/ES nos permite afirmar que também aqui no estado membros da Igreja que se opunham ao regime eram tidos como “subversivos”, enquanto outros de linha mais conservadora por vezes, eram classificados pelos agentes como “bons católicos”. Sendo assim, a prática de ligar a Igreja ao comunismo fazia parte de uma ideologia política explicitada na prática policial que identificava como comunista e, por conseguinte, subversiva, toda e qualquer forma de oposição ao regime.

Embora já exista no APEES, uma organização que divide os documentos em séries, e entre estas a série de documentos sobre Movimentos Religiosos, para atingir o objetivo de pontuar a atuação de militantes cristãos católicos no estado, nos deparamos com a necessidade de pesquisar também os documentos das Séries Movimento Político e Movimento Sindical. Essa análise ampliada dos documentos de outros segmentos sociais nos permite afirmar que, também no Espírito Santo, a atuação política dos militantes cristãos não se limitou à sua ação no meio eclesial.

Ao analisar os documentos presentes nas Séries Movimentos Religiosos, Movimentos Políticos e Movimento Sindical, não observamos nenhuma singularidade quanto à escolha de agentes da DOPS/ES, ou de formas de monitoramento na vigilância dos segmentos ou militantes religiosos, visto que a prática de infiltração, interrogatórios, fotos, recortes de jornais, recolhimento de panfletos e outros, também era estratégia de investigação observada nos demais dossiês sobre outros segmentos da sociedade.

Considerando que ao monitorar um denominado grupo os agentes da DOPS acabavam por “descrevê-lo” com o objetivo de provar a possível “ameaça social”, tivemos, nesse sentido, além da oportunidade de nos aproximar de algumas práticas e da ideologia que sustentava as ações da polícia política, a oportunidade de

conhecer as diversas formas de atuação de membros e grupos da Igreja Católica do Espírito Santo no período pesquisado.

Agindo sobre a lógica da desconfiança, para a polícia política, todas as formas de organização eram suspeitas. Sendo assim, não só as atividades das Igrejas de Vitória e São Mateus, consideradas progressistas, eram monitoradas, como também membros e grupos da diocese de Cachoeiro, apesar desta ter sido classificada pelos agentes como uma Igreja mais conservadora. Tivemos a oportunidade de concluir a partir da vigilância da delegacia, quais eram os principais setores da Igreja que mais entraram em conflito com o estado, se opondo a ordem vigente.

Apesar de compreendermos que os documentos não são as únicas fontes para reconstrução da História, à partir dos mesmos podemos visualizar uma Igreja que, refletindo toda a complexidade e diversidade eclesial do período, também se apresentava no estado de forma heterogenia. Percebe-se que as atividades ligadas ao modelo de CEBs e a segmentos como a PO, a CPT, a CJP e outras pastorais eram fortemente monitoradas, o que não excluiu o interesse da DOPS/ES em acompanhar o histórico de movimentos religiosos conservadores presentes no estado como, por exemplo, a SBDTFP. Nesse sentido, percebemos a heterogeneidade da Igreja no Espírito Santo, que apesar da grande atuação política de membros da ala progressista, teve sua trajetória marcada por linhas pastorais diferenciadas e oposições que também vinham de dentro da própria Igreja.

O período de distensão do regime iniciado em 1974, também foi o período em que o modelo eclesial de CEBs começou a se tornar característica marcante no estado e em todo o Brasil. Com o propósito de construir uma Igreja conciliar e ecumênica, a Igreja do Espírito Santo dialogou com segmentos de jovens como a comunidade de Taizé. O que se percebe ao analisar os documentos e, por conseguinte, a preocupação dos agentes, é que o diálogo aberto com jovens de outras realidades do Brasil e do mundo, foi considerado ameaça por parte dos agentes da Polícia Política no estado. Este meado de década também marcou o período em que outras pastorais de grande importância social como a PO e a CPT começaram a atuar no Estado. A CJP de Vitória, que sob a tutela de Dom Luís Gonzaga Fernandes e o aval de Dom João, começaram a apoiar as lutas por habitação e direitos no Espírito Santo, foi também um importante reduto de resistência e de luta contra o regime.

Os documentos analisados nos permitem concluir que em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, a orientação social de parte da Igreja no estado foi essencialmente importante para a reestruturação de segmentos de oposição que atuavam no cenário capixaba. Enquanto no início da década de 1970, as CEBs encabeçavam uma nova alternativa de oposição ao regime, nesse segundo período analisado pela pesquisa, evidenciamos uma Igreja que se envolveu no fortalecimento e posteriormente no surgimento de segmentos externos que ajudaram na organização das lutas sociais.

Nesse sentido, o que se percebe nos documentos da DOPS/ES, por exemplo, é que no contexto de luta por anistia política, membros da ala progressista da Igreja se envolveram em atividades promovidas pelo MDB. Independente das opiniões quanto a eficácia de sua participação, outra constatação é a de suas reflexões serviram de incentivo para participação de militantes cristãos em meio às organizações sindicais e movimentos de base como os movimentos de bairro. Sendo assim, podemos também concluir que a Igreja do Espírito Santo, em consonância com a Igreja do Brasil, também se posicionou dando sustentabilidade na rearticulação de movimentos de base.

Embora a organização partidária não tenha sido uma diretriz encaminhada pela Igreja visualizamos através dos documentos analisados, que também no Espírito Santo, houve a parceria entre Igreja e demais organizações da sociedade civil na construção de partidos políticos como o PT. Os documentos também evidenciam que a luta por “Diretas Já” que tomou conta do país também entrou na pauta das reflexões dos grupos de base e de pastorais da Igreja dentro do estado.

A perseguição a militantes se dava enquanto vigilância aos diversos coletivos de reflexão que faziam parte dos segmentos pastorais, no entanto, a partir dos documentos se constata que o monitoramento a indivíduos específicos também era executado. Outra característica que se observa é a de que apesar dos conflitos entre membros do clero e agentes da polícia política, não houve o total rompimento entre membros da ala progressista da Igreja e governos instituídos e nem mesmo unanimidade de opiniões entre os setores da Igreja quanto ao governo ditatorial instalado em 1964.

Uma observação relevante quanto à análise feita nos documentos, refere-se ao fato de evidenciarmos que, apesar de se constatar uma tentativa de maior abertura para a atuação leiga dentro das pastorais e serviços, a vigilância aos militantes cristãos, foi, na grande maioria das vezes, registrada nos documentos, de forma a evidenciar a figura do clero. Importante ressaltar que, identificar este destaque dado a membros do clero em meio aos documentos não estava entre os objetivos iniciais da pesquisa, no entanto, o que se evidencia através das fontes é que mesmo em relatos sobre encontros com a presença e participação de muitos leigos, os destaques nos relatórios eram dados aos membros da hierarquia.

Destacar essa observação quanto aos documentos analisados, não significa concluir que o monitoramento aos militantes cristãos se restringia a membros do clero. Isso se faz pertinente à medida que constatamos que os próprios documentos nos ajudam a visualizar o crescimento das CEBs e demais pastorais sociais que se desenvolviam no estado. Neste sentido, mais do que nos apresentar a linha pastoral dos líderes religiosos, os documentos nos auxiliaram no sentido de visualizar como as reflexões religiosas assimiladas pelos militantes cristãos se materializaram em participação popular dentro de diversos segmentos sociais como sindicatos, partidos políticos e outros. Um dado que exemplifica essa afirmativa, é o fato de que foi necessária a análise de documentos dos demais segmentos presentes no APEES para concluirmos nossa pesquisa.

Sendo assim, podemos concluir através dos documentos apresentados e da bibliografia proposta para as análises da pesquisa que, de forma geral, a Igreja do Espírito Santo no período de 1974 a 1985, inserida no contexto de movimentação do catolicismo, destacou-se como um importante núcleo de oposição dentro do estado. Essa afirmativa não inclui resguardar à atuação dos cristãos católicos o papel de vítimas ou de heróis na luta por direitos e democracia, posto que, como se pôde constatar, a Igreja não foi o único foco de oposição dentro do estado.

Considerando que este é um trabalho que trata de um recente período da História do Brasil, destacamos por fim, a importância de dar continuidade às pesquisas sobre a repressão e vigilância sofrida por militantes cristãos católicos no Espírito Santo. Diante da diversidade pastoral que existia na Igreja do estado, visualizamos que com novas pesquisas e novos olhares, análises mais específicas quanto a cada um

dos grupos citados, sua relação com o estado e com a Polícia Política poderão ser melhor apresentados.

Também ponderamos como necessárias pesquisas que se destinem a analisar de forma específica, a face e características da polícia política capixaba, bem como sua forma administrativa e ideológica de atuação, posto que este ainda seja um campo pouco explorado por pesquisadores.

Nesse sentido destacamos que o governo brasileiro através da presidente Dilma Rousseff, ao sancionar a Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, que dá acesso a documentos e informações produzidas pelo poder público, abre novas possibilidades para a construção da História e formação da memória. Neste sentido, a chamada Comissão da Verdade, que tem por finalidade analisar e esclarecer perseguições e graves violações de direitos humanos no Brasil, entre os anos de 1964 e 1988, se torna válida à medida que possibilita o conhecimento de cada um dos diversos segmentos envolvidos no cenário político da época.⁵⁰³

Por conseguinte, levando em conta que arquivos como os da Polícia Federal, do Exército e da Marinha ainda são restritos, percebemos que apesar de sua extensão, os arquivos das DOPS constituem-se como apenas uma parte dos documentos sigilosos sobre repressão política e, que nesse sentido, grande parte da história de militantes e agentes que atuaram no período certamente ainda serão apresentadas posteriormente.

Sendo assim, considerando que o conhecimento se constitui enquanto processo, não esperamos que nossas formulações quanto a atuação de cristãos se cristalizem. Com a maior abertura de todos os arquivos sigilosos de repressão, novas possibilidades de interpretação se juntarão às nossas, evidenciando que muito ainda está por ser descoberto sobre este período de violência e castração de direitos. Sendo assim, podemos ponderar que na luta por uma “sociedade sem males”, quer seja em nome de Deus, ou em nome do Estado, militares e Igreja atuaram como protagonistas, definindo assim, seu papel político na História do Espírito Santo.

⁵⁰³ BRASIL, Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm> Acesso em: 20 de jul. de 2013.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/ Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (APEES/DOPS-ES).

Arquivo da Arquidiocese de Vitória-ES. Mitra Arquidiocesana.

Arquivo da Pastoral Operária – ES. Mitra Arquidiocesana.

Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória – IFTAV.

Secretariado de Pastoral da Diocese de São Mateus – ES. Mitra Diocesana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in fire nations**. Califórnia: Sage Publications, 1988.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Clécio. CRUZ, Cleonildo. **O replicar dos sinos: A expulsão do Padre Vitor Miracapilo do Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rorkowgSiow>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2013.

ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. A luta Democrática contra o Regime Militar na década de 70. In: **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-1985)**. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá. (orgs). Bauru: EDUSC. 2004 .

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. Disponível em: <http://www.brasa.org/documents/brasa_xi/Vitor-Angelo.pdf>. Acesso em 29 de jul. de 2013.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História e culturas Políticas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-6YCH3R/disserta_o_de_ros_ngela_pereira_de_abreu_assun_o.pdf?sequence=>> Acesso em 07 fev. 2013.

BARREIRO, Álvaro. **As comunidades eclesiais de base e evangelização dos pobres**. São Paulo, Loyola, 1977.

BARROS, Nicélio. RIBEIRO, Luis Cláudio. **Olhares de Luta: Reflexões contemporâneas sobre a CUT no Espírito Santo**. Vitória: Produz Comunicações, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Fé na luta**. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

BOFF, Clodovis. BOFF, Leonardo. **Da Libertação: O teológico das Libertações Sécio Históricas**. Rio de Janeiro: Vozes. 1985.

BOFF, Clodovis. **Comunidade Eclesial Comunidade Política**. Ensaios de eclesiologia política. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes. 1978.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.), **O Brasil Republicano: O Tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL, Ato Institucional Nº 1. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s>. Acessado em 06 de julho de 2013.

_____, Ato Institucional Nº 2. Rio de Janeiro-GB, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 25 de julho de 2013.

_____, Decreto-lei 314 de 13 de março de 1967. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126124/decreto-lei-314-67>>, Acesso em junho de 2013.

_____, Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em 29 de julho de 2013.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina Social da Igreja: Abordagem Histórica**. São Paulo: Loyola. 1995.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade. 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira**. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. PROIN (Projeto Integrado) Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>, acesso em 12 jun. 2013.

CARNIELLI, Adwalter Antonio. **História da Igreja Católica do Estado do Espírito Santo**. Vila Velha: Comunicação Imprensa. 2006.

CNBB. **Exigências cristãs de uma Ordem Política**. Arquidiocese de São Mateus. 1977.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964.** In: Revista Brasileira de História, vol.24, n.47, São Paulo, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011&lng=en&nrm=iso> Acesso em 02 de fev. de 2013.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar a democracia.** Dossiê Democracias e Autoritarismos. In: Revista de Sociologia Política, n. 25, Curitiba, novembro, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 10 de fev. de 2013.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: **Uma Igreja que nasce do povo:** Comunidades eclesiais de base. Encontro de Vitória, ES. Petrópolis: Vozes, 1975.

CONCÍLIO VATICANO II – **Compêndio do Vaticano II:** constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____. **Gaudiun et spes:** Comunicação Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de hoje. Paulinas. 1983.

COUTINHO, Sérgio Ricardo (org.). **Religiosidades, misticismo e História no Brasil Central.** Brasília: CEHILA, 2001.

CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e Repressão:** O assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto. Recife: UFPE, 2007.

DANIEL, Sandra. **Dom João Batista da Motta e Albuquerque.** Vitória: Contexto, 2005.

_____. **Dom Luís Gonzaga Fernandes.** GURGEL, Antônio de Pádua. (org). Vitória: Pró-Texto Comunicação e Cultura. 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e humanos (1960 – 1970). FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**, vol. 4, O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOCUMENTOS DE PIO XI. **Quadragesimo Anno.** Achilli Ratti; tradução Darci Marin. São Paulo: Paulus, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular:** Rio de Janeiro: Vozes. 1984.

_____. **A vez e a voz do popular:** Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro. ANPOCS: 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUSSEL, Enrique. Hipóteses Fundamentais para a História da Igreja na América Latina. In: CEHILA. **Para uma História da Igreja na América Latina**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: modos operandi da polícia política do estado do Espírito Santo (1930 a 1985) In: _____. **Arquivos da Repressão Política no Espírito Santo (1930-1945)**. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011. p. 11-34.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia. Rio de Janeiro. Record, 2001.

FONSECA, Guido. DOPS – **Um pouco de sua História**. Revista ADPESP. Ano 10, nº 18, dezembro de 1989.

FRANCO. Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A república e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos – campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1998.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das letras. 2001.

GIBELLINO, Rosino. **Teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

GURGEL, Antônio de Pádua; PESSALI, Hesio. **São Pedro, Vitória**: um exemplo para o mundo. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda. 2004.

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão**: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977). 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26283/Dissertacao_DAYA_NE_HESSMANN.PDF?sequence=1> Acesso em: 02 fev.2013.

JÚNIOR, Almir de Oliveira. **Cultura de polícia**: Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte. 2007. 212 f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Ciências Humanas Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA->

[7FFJV7/tese_cultura_policial_almir_oliveira_jr_.pdf?sequence=1](#)>. Acesso em: 07 de fev. 2013.

KENNETH, P. Serbin; tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso às informações e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Minorias Silenciadas**: História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum sobre a condição dos operários**. Edições Paulinas. 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Rui Oliveira. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.

LEORATO, Massimiliano . **CEBS: gente que se faz gente na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1997

LOWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez. 1991.

_____. Cristianismo da libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos de 1920 aos 1960. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. As Esquerdas na Ditadura militar: o cristianismo de libertação . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964...). **As esquerdas no Brasil**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 305-320.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil. (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINEZ, Paulo. **Política, Ciência, Vivência e Trapaça**. São Paulo: Moderna, 1990.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de; SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANOEL, Ivan A. **Ação Católica Brasileira: marco na periodização da História da Igreja Católica no Brasil.** In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org.). **Religiosidades, misticismo e História no Brasil Central.** Brasília: CEHILA, 2001.

MEDEIROS, Rogério. NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina. FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente – 1964- 1992.** São Paulo: Ática, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as Esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964). As esquerdas no Brasil.** vol.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva. 2002.

NASCIMENTO, Cláudio. **Marxismo e socialismo na América Latina.** Rio de Janeiro: CEDAC, 1989.

NAVARRO, Juan Boch. **Para compreender o ecumenismo.** São Paulo: Loyola. 1995.

NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

PINTO, Heráclito Sobral. **Teologia da Libertação: O materialismo marxista na teologia espiritualista.** Rio de Janeiro: Lidador, 1984.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 2005.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964.** 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Projeto Memórias Reveladas. Disponível em <
http://www.ape.es.gov.br/mr_dops.html>. Acesso em 28 de jul. de 2013.

PUEBLA. Conclusões da Conf. de. **Evangelização no presente e no futuro da América latina.** México: Paulinas, 1979.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **O Partido dos Trabalhadores: Trajetória, metamorfoses, perspectivas.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e**

democracia (1964...). As esquerdas no Brasil. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A Ditadura-Civil-Militar. **Grupo Tortura Nunca mais**, 02 de abr. 2012. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-sp.org/site/index.php/noticias/552-a-ditadura-civil-militar>> Acesso em: 02 set. 2013.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História conceptual de lo político**. México et AL: Fondo de Cultura Econômica, 2002.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL. **Dom Aldo Gerna**: 50 anos de mística e missão na diocese de São Mateus – ES. São Mateus, 2006

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Angelissa Tatyane de Azevedo e. Sob a lógica da desconfiança: a polícia política na campanha “O petróleo é nosso!” (1947-1954). In: **Anais da Anpuh**, 2004. Disponível em: < http://rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=305>. Acesso em: 26 de julho de 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**: o Tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, José Arioaldo da. Sentido Teológico Litúrgico do Altar Cristão. In: **Revista Mundo e Missão**. São Paulo. nº. 87, p. 34-35, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/teologiaaltar.htm>>. Acesso em 29 de jul. de 2013.

SILVA, Marta Zorzal e. **Estado Interesses e Poder**. Vitória: FCAA/SSDC. 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Porto de Vitória: Expansão e Modernização (1950-1993)**. Vitória: Codesa, 1994.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TAIZÉ – Os irmãos no Brasil. Disponível em: < www.taize.fr/pt_article7312.html>. Acesso 15 set. 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. V. 24. N.47. São Paulo, 2004.

TV ALES. Especial ES nas Diretas Já. In: **JusBrasil**. 2009. Disponível em: <<http://ales.jusbrasil.com.br/noticias/2266827/tv-ales-exibe-especial-es-nas-diretas-ja>>. Acessado em: 28 de jul. de 2013.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, família e propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995)**. Florianópolis, 2007. 287f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp038380.pdf>. Acesso em Jan. 2013.